



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**O DIREITO À COMUNICAÇÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA
REALIDADE DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR: UMA ANÁLISE DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO PROGRAMA MEIO-DIA PARANÁ
DA RPC**

FELIPE GARCIA CAMARGO

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

SERVIÇO SOCIAL

**O DIREITO À COMUNICAÇÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR: UMA
ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO PROGRAMA
MEIO-DIA PARANÁ DA RPC**

FELIPE GARCIA CAMARGO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon.

Foz do Iguaçu
2023

FELIPE GARCIA CAMARGO

**O DIREITO À COMUNICAÇÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU-PR: UMA
ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO PROGRAMA
MEIO-DIA PARANÁ DA RPC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon
UNILA

Profa. Dra. Cristiane Sander
UNILA

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
UNB

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2023.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Felipe Garcia Camargo

Curso: Serviço Social

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: O Direito à Comunicação e a Política de Assistência Social na Realidade do Município de Foz do Iguaçu-PR: Uma Análise Das Representações Sociais a partir do Programa Meio-Dia Paraná da RPC

Nome da orientadora: Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todas as luzes na jornada. Por toda a generosidade, naturais e intencionais, que me permitiram/permitem e fizeram/fazem a diferença, dando o sentido para que eu esteja compartilhando essa experiência, nessa terra.

Agradeço à minha família (meus ancestrais) por todo o amor investido; aos amigos (irmãos) de caminhada e colegas (semelhantes) pela parceria, afeto, cuidado e identificação; aos trabalhadores, profissionais e professores que constroem e acreditam, diariamente, no possível alargar do sonho latinoamericano dessa universidade, incrivelmente diversa e plural; às professoras do Serviço Social da UNILA pela dedicação e empenho, mesmo quando os desafios se mostram gigantes; à professora Claudiana, orientadora deste trabalho, pela perseverança, direcionamento e paciência; às docentes que aceitaram participar da banca deste trabalho, meu muito obrigado de coração, jamais me esquecerei de vocês; e à todes es colegas de curso que me ajudaram e me ensinaram a me re-construir, mesmo nas diferenças e dificuldades, a ser uma pessoa melhor, mais empática, gentil e compassiva. A todes vocês, sou imensamente grato.

Agradeço pela oportunidade de acessar essa política pública de educação superior, em uma universidade pública, gratuita e de qualidade; ter sido possível, nesse processo, ser contemplado por uma política de permanência estudantil que propiciou o foco e a priorização necessária aos estudos, garantindo o desenvolvimento do pensamento deste ser que vos fala. Para mim, essa é a realização de um sonho, e sem a comunicação nada disso teria sido possível. Agradeço também pela oportunidade de estudar ao lado de pessoas incríveis e que são o florescer desse projeto de integração, nos encontramos por aí. Agradeço ao aprendizado vivenciado, processos/ciclos que se concluem agora, a todes que vieram antes, lutando e almejando uma sociedade mais equitativa, empática, harmônica e radicalmente humana. A todes que nos habitam, nos guardam e nos protegem, que nos permitem pisar e sentir este chão, a vocês, peço bênçãos, que se abram os caminhos.

Os homens... não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o homem à condição de "coisa". [...] Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho teve como objeto de pesquisa o direito à comunicação no contexto da Política de Assistência Social (PAS) no município de Foz do Iguaçu-PR e como problema de pesquisa: “Como esse direito se apresenta, ou se ausenta, nas reportagens veiculadas pelo programa Meio-Dia Paraná da RPC, no que se refere à PAS?” O objetivo geral foi conhecer como o direito à comunicação se apresenta no contexto da PAS neste município. Nos objetivos específicos se pretendeu qualificar a categoria do direito à comunicação enquanto um direito humano, aproximando esse debate ao campo teórico do serviço social, em consonância com a perspectiva de viabilização de direitos da PAS. Também buscou-se conceituar a Comunicação Pública (CP) refletindo sobre a disseminação das informações relacionadas a essa política. Por fim, analisou-se o conteúdo e o discurso das 31 reportagens selecionadas produzidas, sobre a PAS, por um dos mais abrangentes veículos de comunicação da cidade, entre os anos de 2012 e 2022. A metodologia utilizada se deu a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, esta segunda, a partir da Análise de Conteúdo (AC) e Análise de Discurso (AD) das matérias jornalísticas selecionadas, priorizando identificar e melhor compreender as suas dinâmicas, relações e conflitos de interesse na produção de sentidos sobre os temas correlatos à PAS. Entre os resultados encontrados, foi possível evidenciar que a categoria do direito à comunicação, como também os preceitos da CP não estão presentes enquanto conteúdo e/ou discursividade nas reportagens analisadas. O que se encontrou foi um contexto de produção do discurso naturalizado, reducionista e hegemônico sobre as problemáticas sociais que produzem discursividades distanciadas e rasas sobre essa política, características presentes na intencionalidade da empresa privada de comunicação. Já para a PAS, a partir dos atores entrevistados nas reportagens, o direito à comunicação e os preceitos da CP, aparecem de forma breve e pontual, enquanto uma necessidade reconhecida na fala de um gestor, em contraste com a linha editorial da emissora que não destaca essa perspectiva. O que se evidencia vai na contramão dos valores democráticos, ou em uma concepção liberal desta, ou seja, as reportagens contribuem para o fortalecimento de imaginários sobre a PAS que denotam interesses privados e mercadológicos e, conseqüentemente, reforçam o esvaziamento de noções de uma comunicação de utilidade pública, o que se refere ao caráter público do direito ao acesso à informação previsto pela PAS e ao direito à comunicação assegurado pela Constituição Federal. Esse cenário enfraquece a perspectiva política dos direitos humanos, fortalece discursos de desinvestimento e esvaziamento dos recursos das políticas sociais do Estado, reforçando investimentos em projetos do terceiro setor, o que também perpetua ideologicamente o projeto societário neoliberal.

Palavras-chave: direito à comunicação; política de assistência social; representações sociais; serviço social; democracia.

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objeto de investigación el derecho a la comunicación en el contexto de la Política de Asistencia Social (PAS) en el municipio de Foz do Iguaçu-PR. Como problema de investigación se intentó responder a: “¿Cómo se presenta, o no, este derecho en los reportajes publicados por el programa Medio Día Paraná del RPC, en relación a la PAS?” El objetivo general fue comprender cómo se presenta el derecho a la comunicación en el contexto de la PAS en este municipio. Los objetivos específicos pretendieron calificar la categoría del derecho a la comunicación como un derecho humano, acercando este debate al campo teórico del trabajo social, en consonancia con la perspectiva de garantía de derechos de la PAS. También buscamos conceptualizar la Comunicación Pública (CP) reflexionando sobre la difusión de información acerca de esta política. Finalmente, se analizó el contenido y el discurso de los 31 reportajes seleccionados, que trataban sobre la PAS, elaborados por uno de los vehículos de comunicación más completos de la ciudad, entre los años 2012 y 2022. Respecto a la metodología, se realizó una investigación documental basada en el Análisis de Contenido (CA) y el Análisis del Discurso (AD) de artículos periodísticos seleccionados, priorizando identificar y comprender mejor sus dinámicas, relaciones y conflictos de intereses en la producción de significado sobre los temas correlacionados con la PAS. Entre los resultados encontrados, se pudo demostrar que la categoría del derecho a la comunicación, así como los preceptos de la CP, no están presentes como contenido y/o discursividad en los reportajes analizados. Lo que se encontró fue un contexto de producción de discurso naturalizado, reduccionista y hegemónico sobre cuestiones sociales que producen discursos distantes y superficiales sobre esta política, características presentes en la intencionalidad de la empresa privada de comunicaciones. En cuanto al PAS, según los actores entrevistados en los reportajes, el derecho a la comunicación y los preceptos del CP aparecen de manera breve y puntual, como una necesidad reconocida en el discurso de un directivo, en contraste con la línea editorial de la emisora que no destaca esta perspectiva. Por esto, resulta evidente que va en una dirección contraria a los valores democráticos, propiciando así una concepción liberal de estos; en otras palabras, los reportajes contribuyen al fortalecimiento de imaginarios sobre la PAS que denotan intereses privados y mercadológicos y, como consecuencia, refuerzan la pérdida de nociones de una comunicación de utilidad pública, lo que se refiere al carácter público del derecho al acceso a la información previsto por la PAS y al derecho a la comunicación garantizado por la Constitución Federal (CF). Este escenario debilita la perspectiva política de los derechos humanos, fortalece los discursos de desinversión y drenaje de recursos de las políticas sociales del Estado, reforzando las inversiones en proyectos del tercer sector, lo que también perpetúa ideológicamente el proyecto corporativo neoliberal.

Palabras clave: derecho a la comunicación; política de asistencia social; representaciones sociales; servicio social; democracia.

ABSTRACT

The research object in this paper was the right to communication in the context of the Social Assistance Policy (SAP) in the city of Foz do Iguaçu, Parana, Brazil and as a research problem: “How is this right presented, or absent, in the media published by the Rede Paranaense de Comunicação (RPC), in the Mid-Day Program, in relation to SAP?”. The general goal was to understand how the right to communication presents itself in the context of PAS in this city. For the specific goals, it was intended to qualify the category of the right to communication as a human right, bringing this debate closer to the theoretical field of social service, according to the SAP perspective of enabling rights. Also, it was sought to conceptualize Public Communication (PC) by reflecting on the dissemination of information related to this policy. Finally, it was analyzed the content and discourse of the 31 selected reports produced on SAP by one of the most widespread communication vehicles in the city, between the years 2012 and 2022. The methodology used was based on bibliographical research and documentary research, the latter, based on Content and Analysis (CA) and Discourse Analysis (DA) of selected journalistic articles, prioritizing identifying and better understanding their dynamics, relationships and conflicts of interest in the production of meanings on topics related to SAP. Among the results found, it was possible to demonstrate that the category of the right to communication, as well as the precepts of PC, are not present as content and/or discursiveness in the media analyzed. What was found was a context of production of naturalized, reductionist and hegemonic discourse on social issues that produce distant and shallow discourses on this policy, characteristics present in the intentionality of the private communications company. As for SAP, based on the agents interviewed in the media, the right to communication and the PC precepts appears briefly and punctually, as a need recognized in the speech of a manager, in contrast to the broadcaster's editorial line which does not highlight this perspective. What is evident goes against democratic values, or a liberal conception of it, that is, the media contribute to the strengthening of imaginaries about SAP that denote private and market interests and, consequently, reinforce the emptying of notions of communication of public utility, which would refer to the public nature of the right to access to information provided for by SAP and the right to communication guaranteed by the Federal Constitution. This scenario weakens the political perspective of human rights, strengthens discourses of disinvestment and draining of resources from the State's social policies, reinforcing investments in third sector projects, which also ideologically perpetuates the neoliberal corporate project.

Key words: right to communication; social assistance policy; social representations; social service; democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – N° de Palavras-Chave em Relação com a PAS	77
Figura 2 – N° de Palavras-Chave com Relação às Categorias Analíticas	78
Figura 3 – N° de Palavras-Chave Report. Explor. do Trab. Infantil	84
Figura 4 –N° de Palavras-Chave Rep. Fome na Pandemia	97
Quadro 1 – Tipos de informação no contexto público e estatal	52
Quadro 2 – Elementos destacados sobre a Comunicação Pública	54

APÊNDICES

Quadro 3 – Matérias Meio-Dia Paraná - RPC	110
--	-----

Lista de abreviaturas e siglas

AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise do Discurso
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CP	Comunicação Pública
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DVGER	Divisão de Gestão do Trabalho, Educação Permanente e Regulação do SUAS
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNLDC	Frente Nacional da Luta pela Democratização da Comunicação
GRPCOM	Grupo Paranaense de Comunicação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONG	Organizações Não-Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAS	Política de Assistência Social
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar
RPC	Rede Paranaense de Comunicação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESENVOLVIMENTO	18
2. A COMUNICAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	18
2.1 COMUNICAÇÃO: CONCEITOS E AVANÇOS	18
2.2 O DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO NA PAS	32
3. COMUNICAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO	47
3.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: CARACTERÍSTICAS NA ESFERA PÚBLICA ESTATAL	47
3.2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FORTALECENDO A DEMOCRACIA	58
4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO LINGUÍSTICA DO CONTEÚDO E DO DISCURSO DA RPC: UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS	68
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO, UNIDADES E CATEGORIAS ANALÍTICAS: CONTEXTO HISTÓRICO DO DISCURSO A SER ANALISADO	68
4.2 DESVENDANDO O CONTEÚDO VEICULADO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CANAL RPC	73
4.2.1 A Análise de conteúdo (AC) das reportagens da RPC	74
4.2.2 A Análise do Discurso (AD) das reportagens da RPC	79
4.2.2.1 A RPC, a abordagem sobre a exploração do trabalho infantil e a centralidade da esmolagem	80
4.2.2.2 A RPC, as representações sociais da fome na pandemia e a centralidade da campanha #JuntosContraaFome	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES	109
APÊNDICE A – QUADRO 01 - REPORTAGENS DA RPC SOBRE A PAS	110

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho “O Direito à Comunicação e a Política de Assistência Social (PAS) na realidade do município de Foz do Iguaçu-PR: uma análise das representações sociais a partir do programa Meio-Dia Paraná da RPC”, tem como objeto de pesquisa o direito à comunicação no contexto da PAS no município de Foz do Iguaçu e como problema de pesquisa: “Como o direito à comunicação se apresenta, ou se ausenta, nas reportagens veiculadas pelo programa Meio-Dia da RPC no que se refere à Política de Assistência Social?”

A aproximação do acadêmico com o objeto de pesquisa se justifica em três principais dimensões: 1. primeira formação em Comunicação Social – Jornalismo do discente; 2. ter realizado Estágio Obrigatório em Serviço Social na Diretoria de Gestão da Política de Assistência, mais especificamente na Diretoria de Gestão do SUAS e Divisão de Gestão do Trabalho do SUAS (DIGS/SUAS) em Foz do Iguaçu, o que permitiu uma visão a partir da gestão da PAS; 3. Contato teórico e temático sobre o Direito à Comunicação e a Democratização dos Meios de Comunicação em projetos sociais de arte-educação e cultura em geral e de extensão universitária. A motivação de viabilizá-lo tem relação com compreender melhor essa temática e qual a sua relação e importância na conformação das políticas sociais e na efetiva viabilização de direitos pela PAS. Também por compreender a dimensão da comunicação e do direito à comunicação de maneira ampla, inscritas na produção e reprodução de sociabilidades, no seio das políticas sociais no contexto da sociedade capitalista. Essas relações perpassam a construção e disputas de representações sociais e ideologias, permeando os valores existentes nessa sociedade e conformando meios, instrumentos e ferramentas de construção e transformação da realidade vivenciada. Para isso, se apresenta necessário qualificar e ampliar essas noções, problematizá-las e compreendê-las, inscritas na era das tecnologias da informação, que segundo Moraes (2013), se referem a um apanhado de dispositivos que determinam e regem as relações sociais na atualidade

Como se telas, monitores, e ambientes virtuais condensassem dentro de si a vida social, as mentalidades, os processos culturais, os circuitos informativos, as cadeias produtivas, as transações financeiras, a arte, as pesquisas científicas, os padrões de sociabilidade, os modismos e as ações sociopolíticas (MORAES, 2013, p. 19).

Neste trabalho, portanto, se compreende a comunicação de maneira ampla e multi-dimensional, no que tange evidenciá-la enquanto um complexo e indissociável constructo à condição humana, que tem fundamental relação com a realidade vivenciada

É isto que nos permite entender a proposta de McLuhan com a sua expressão: o meio é a mensagem. Independentemente do conteúdo das mensagens, os meios em si têm características que afetam as nossas percepções e alteram o ambiente em que vivemos, essa seria a “mensagem” do meio de comunicação. Ela se refere à potencialidade dos meios de comunicação mudarem como nos comunicamos e com isso alterarem todo o ambiente social (BARBOSA,2020, p. 133).

O objetivo geral se definiu em “conhecer como o direito à comunicação se apresenta no contexto da PAS no município de Foz do Iguaçu”. Pelo fato de não ter sido possível encontrar veículos institucionais da PAS que contivessem dados e documentos substanciais para a análise sobre a temática, optou-se, então, por trabalhar com a base de dados da principal mídia local da região, de modo a utilizar a produção de seu conteúdo como um referencial para problematizar a questão do direito à comunicação e, a partir deste contraste, conhecer os discursos públicos materializados sobre a PAS. Já nos objetivos específicos se pretendeu: “Conceituar o direito à comunicação como um direito humano e compreender qual a sua relação com a PAS”; “Trazer o debate sobre o direito à comunicação no Serviço Social, levantando sua relação com a viabilização e materialização de direitos na PAS”; também o de “Refletir sobre o conceito de comunicação pública (CP) e sua contribuição na disseminação das informações na PAS;” e, por fim, “Identificar e analisar o conteúdo e os discursos presentes e ausentes, veiculados sobre a PAS no canal de televisão RPC, entre os anos 2012 a 2022, de modo a contextualizar essa produção no debate proposto”.

O presente trabalho contará com quatro capítulos, acrescido das considerações finais. O primeiro capítulo trata da introdução com a justificativa, objetivos gerais e específicos e a metodologia da pesquisa. O segundo capítulo “A comunicação como um direito humano e a Política de Assistência Social” trará no primeiro subtópico “Comunicação: conceitos e avanços” a conformação teórica e histórica sobre os direitos humanos e a comunicação enquanto categoria relacional que carrega consigo outras categorias fundamentais para uma compreensão mais profunda e substancial do direito à comunicação. Já no segundo subtópico “O direito

ao acesso à informação na PAS” faz uma análise de suas normativas a partir das categorias apresentadas no primeiro subtópico. No terceiro capítulo, “Comunicação pública e o direito ao acesso à informação”, traz em seu primeiro subtópico a “CP: característica na esfera pública estatal”, buscando realizar a sua conceituação categórica e qualificando a sua utilização no contexto público e estatal. Já no segundo subtópico “CP e a PAS: fortalecendo a democracia”, vai trabalhar com aproximações conceituais dessa perspectiva na consolidação da PAS enquanto política social viabilizadora de direitos, buscando compreender barreiras, avanços e desafios.

O quarto capítulo tem como título “Representações Sociais e o contexto da construção linguística do conteúdo e do discurso da RPC: uma análise dos sentidos”, sendo o subtópico “percurso metodológico, unidades e categorias analíticas e o contexto histórico do discurso a ser analisado”, busca aprofundar as categorias de análise já trabalhadas com as categorias metodológicas a serem utilizadas na análise dos conteúdos e discursos sobre os temas atrelados à PAS. Já o segundo subtópico, “Desvendando o conteúdo veiculado sobre a Política de Assistência Social no canal RPC”, apresenta a análise realizada, demonstrando os achados de pesquisa e fazendo os apontamentos a partir da perspectiva analítica proposta.

A pesquisa documental se dará a partir das matérias jornalísticas que trazem problemáticas relacionadas à PAS, muitas delas com entrevistas de profissionais desta política, como também de outros atores, como usuários, trabalhadores de Organizações não Governamentais (ONGs) e/ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs), vinculadas ou não a esse órgão público, entre outros sujeitos e fontes. Portanto, a PAS

Trata-se de uma política social que se ergue como resultado de lutas sociais, que ocupa lugar na Seguridade Social brasileira, ao lado da Previdência Social e da Saúde na Constituição Federal de 1988, e tem como marco inicial a Lei Orgânica de Assistência Social – a LOAS (1993). De lá para cá, as conquistas de ordem legal, estrutural e organizacional, desenhadas tanto na Política Nacional de Assistência Social, em 2004, quanto no Sistema Único de Assistência Social, em 2005, e as sucessivas legislações que instituem normativas que fundamentam a existência deste Sistema vêm legitimando a consolidação de uma política social de Estado, que se encontra exposta às ameaças da lógica neoliberal (LOAS, 2003 apud DICIONÁRIO CRÍTICO POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL, 2016, p. 04).

Essas matérias jornalísticas trazem conteúdos como: o levantamento de informações, a comunicação de ideias, às quais serão analisadas para a melhor compreensão de como tem sido tratada essa política em questão em um veículo de grande audiência, e como se conformam e produzem um imaginário social sobre o tema, e como estes se relacionam, ou não, ao direito humano à comunicação e à informação.

Esta pesquisa pretende realizar o estudo do objeto pretendido, a partir das ciências sociais aplicadas, em sua concepção estratégica, que conforme Minayo (2004, p. 26):

Baseia-se nas teorias das ciências sociais, mas orienta-se para problemas que surgem na sociedade, ainda que não preveja soluções práticas para esses problemas. Ela tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade. Seus instrumentos são da pesquisa básica tanto em termos teóricos como metodológicos, mas sua finalidade é a ação.

A pesquisa é de cunho social, e quanto à abordagem, se baseará na pesquisa qualitativa, que segundo Gernhardt (2009, p. 30-31) define esse caminho metodológico da seguinte forma

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (MINAYO, 2001, apud GERNHARDT, 2009, p, 30-31).

Essa pesquisa se enquadra como descritiva, que, segundo Gernhardt (2009, p. 35):

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-post-facto (TRIVIÑOS, 1987 apud GERNHARDT, 2009, p. 35).

Quanto aos procedimentos, além da pesquisa documental, será também utilizada a pesquisa bibliográfica, trazendo a relevância da temática a partir de materiais já publicados, articulando-os à proposição de análise de conteúdo (AC) e análise do discurso (AD), dos documentos encontrados nesta pesquisa.

Sobre a pesquisa bibliográfica, entende-se que:

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002 apud GERNHARDT, 2009, p. 37).

Já sobre a pesquisa documental, entende-se

[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32) apud (GERNHARDT, 2009, p. 37).

Conceituando a análise de conteúdo que pretende-se desenvolver, trazemos dois autores para contribuir nessa compreensão. A primeira delas é de Bernardes (2019) apud Franco (2018)

Introduzindo as bases teóricas da Análise de Conteúdo, Franco assinala que esse procedimento pode ser considerado como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. De forma veemente, ela enfatiza a importância de se partir da mensagem, sendo ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada, trazendo consigo condições contextuais de quem a produz, carregadas de componentes cognitivos, subjetivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. Nesse sentido, o processo não considera somente o conteúdo observável, mas o latente, a hermenêutica e toda complexidade que acompanha a diferença entre significado e sentido (FRANCO, 2019 apud BERNARDES, 2019, p. 339).

O segundo autor para referenciar o conceito de AC desta pesquisa documental, se trata de Bardin (2011), onde traz elementos teóricos e conceituais na abordagem qualitativa

No plano metodológico, a querela entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa absorve certas cabeças. Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomada em consideração (BARDIN, 2011, p. 27).

A AC se desdobrará apoiando-se em instrumentos e técnicas dessa conceituação, que se diferenciam da análise de discurso, de enunciação, porém, que serão utilizados de forma complementar neste trabalho. Especificamente, o que se refere a “medição da implicação do político em seus discursos”, ainda segundo

Bardin (2011, p. 38), propicia a análise de significados da mensagem, como também a sua intencionalidade comunicacional, a partir da AC. Assim, definindo o conceito a partir deste

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2011, p. 15).

Sobre a AC e a análise documental, Bardin (2011) trata de diferenciar os conceitos, mesmo que um e outro sejam semelhantes e estejam relacionalmente ligados, segundo o autor, estes têm funções distintas e “diferenças essenciais”.

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenamento; o da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 2011, p. 52).

Para a aplicação da metodologia de análise, serão constituídas três unidades, sendo duas baseadas na análise do conteúdo (AC) e uma na análise do discurso (AD), de modo a subsidiar o tratamento dos dados encontrados nos materiais audiovisuais selecionados. Utilizaremos como base referencial e teórica, a linha francesa de análise do conteúdo e do discurso, a qual serão apoiadas nas obras de Guimarães (2022a) e Guimarães (2022b), respectivamente, que tratam da corrente teórica de Pêcheux (1990) e outros autores, perspectiva que será melhor explicitada adiante.

2 A COMUNICAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar o tema do direito à comunicação, de modo a resgatar o seu contexto histórico e o seu processo de consolidação enquanto um direito humano, fazendo aproximações desse direito enquanto um dos elementos que compõem a PAS. Busca ainda realizar aproximações relacionais entre a categoria da comunicação enquanto um nexo fundante de outras categorias como *liberdade, democracia, ética e política*. Por fim, elencar paradigmas da temática na sociedade atual a partir das categorias *ideologia, linguagem, educação e cultura*, recorrendo a alguns autores que trabalham com a temática, de modo a qualificar essa discussão. Estas categorias apresentam subsídios teóricos para a melhor compreensão da problemática desta pesquisa.

O direito à comunicação se insere como tema afeto aos direitos humanos das pessoas e da sociedade como um todo. Para tanto, no desenvolvimento dessa pesquisa resgata-se como se deu a constituição dos direitos humanos na sociedade, qualificando qual a relação do direito à comunicação com a perspectiva da materialização e viabilização de direitos a partir da PAS, demarcando possíveis aproximações como também avanços. Para isso, no primeiro subtópico *Comunicação: conceitos e Avanços*, será realizada uma conceituação histórica sobre o direito à comunicação, fazendo algumas correlações entre categorias essenciais. O segundo subtópico, *O direito ao acesso à informação na PAS*, trabalhará com as normativas que regem essa política, permitindo realizar uma reflexão relacionando-as com a perspectiva teórica e histórica apresentada sobre a comunicação, buscando identificar alguns limites e desafios que se apresentam.

2.1 Comunicação: conceitos e avanços

Falar do tema da comunicação na atualidade não se apresenta uma tarefa simples, em meio a era das tecnologias da informação, dada a sua complexidade e por atravessar boa parte de nossas relações. A comunicação pode se configurar por uma ação e/ou uma estrutura social, podendo criar pontes e conexões e/ou muros e divisões. Pode-se ainda configurar um meio e/ou um fim, personificar um emissor

e/ou um receptor, pode ser utilizada como uma ferramenta técnica básica e/ou uma relação complexa de conexões entre sujeitos. Enfim, a comunicação está em quase tudo. Por isso, muitas vezes ela se apresenta tão naturalizada e inserida no cotidiano que não nos permite enxergá-la e percebê-la em profundidade, mas também por outros motivos que serão discutidos nesse trabalho.

É possível dizer que a comunicação¹ é elemento intrínseco à vida humana e às relações. Porém, não deixa de carregar consigo certas complexidades e especificidades que são necessárias serem demarcadas, para se falar em direito humano à comunicação e a sua importância nos dias atuais.

A comunicação, enquanto uma ação inerente à vida humana e também a outras categorias que coexistem nos indivíduos e nas expressões de suas sociabilidades a partir de valores socialmente e historicamente construídos. Entre eles estão: a liberdade, a democracia, a política e a ética (GUARESCHI, 2013). Esses valores e expressões se conformam em vínculos que se materializam e se consolidam, ou não, a partir de ideologias, culturas, hábitos, práticas e relações educacionais de ensino-aprendizagem no cenário político, sendo as mediadoras da vida humana, num emaranhado de tensões, diálogos, choques e conflitos, que não deixam de se utilizar da comunicação enquanto um elemento essencial na viabilização de projetos societários

[...] devido à influência do modo de produção capitalista, no caso da comunicação, os meios de comunicação transformam-se também em meios de produção da comunicação. A comunicação se transforma em mercadoria, com a finalidade de conseguir lucro, conforme reza o mandamento capitalista. Alfredo Vizeu Pereira Júnior (2005, p. 69) destaca que, no Brasil, a relação capitalista entre informação e mediação fez surgir uma dependência mercadológica responsável por subordinar a mensagem à política editorial da empresa. E cita Ciro Marcondes Filho: “Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais, sensacionais; para isso, a informação sobre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo” (PEREIRA, 2005 apud GUARESCHI, 2013, p. 62).

Parte-se dessas categorias para se propor compreender a importância do direito à comunicação na vida das pessoas, sobretudo da comunicação enquanto

¹ “O termo comunicação, aparentemente simples e ingênuo, esconde por trás algo extremamente importante e questionador, que é a presença de uma ética, isto é, valores, concepções de vida, práticas sociais que podem ser de igualdade, respeito, diálogo, ou que podem ser de imposição, dominação e exclusão de outras pessoas. A relação de comunicação implica sempre uma ética” (GUARESCHI, 2013, p. 126-127).

um veículo e meio potente de mediação, construção, manutenção e possível transformação das relações existentes nas sociedades atuais, conforme enfatizam Moraes, (2011) e Lima, (1981).

Para melhor apreender o objeto deste trabalho, se faz necessário realizar uma distinção entre a comunicação compreendida enquanto um meio - mero dispositivo informacional e mecanicista, que almeja levar uma mensagem - que segundo Marchiori (2011), carrega uma herança positivista e funcionalista²; da comunicação compreendida enquanto uma experiência relacional e dialógica, que se fundamenta a partir de um processo interativo, sendo essa última, a qual se parte a perspectiva deste trabalho

A busca de outras visões para além do modelo mecânico da comunicação traz à tona um olhar mais amplo, não se configurando a comunicação como unidirecional. Daí nasce a perspectiva da comunicação como processo interativo, no qual emissor e receptor alteram as posições de emissão/recepção de mensagens. Nesta perspectiva, os modelos transacional, dialógico e relacional ganham espaço (MARCHIORI, 2011, p. 02-03).

Para Lima (1981), a comunicação tem característica dialógica, portanto, relacional, que imbrica categorias chaves como a cultura, a educação e a relação entre diferentes sujeitos, porém partícipes de um mesmo processo social.

Comunicação (é) a co-participação dos sujeitos no ato de pensar... implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos sujeitos (LIMA, 1981, p. 59).

A partir desses apontamentos iniciais, é possível afirmar que a comunicação ou o direito à comunicação não é algo dado, necessariamente. É uma conquista humana em processo de construção e constituição, envolto em um cenário social de grandes tensões e disputas. Na perspectiva dos direitos humanos, é apresentada

² Entre os principais preceitos do positivismo, corrente teórica fundada por Comte (séc XVIII) 1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social reina uma harmonia natural; 2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como naturalismo positivista) e ser estudada pelos mesmos métodos e processos empregados pelas ciências da natureza. 3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se á observação e a explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as noções e preconceitos. Ver mais em (SELL, 2001, p. 14).

enquanto um pacto, uma intenção coletiva, para a sua garantia a todos os cidadãos, conformando-se parâmetros institucionais legais e em diversos níveis de interação. Esses são avanços conceituais, teóricos e políticos, do reconhecimento dos direitos humanos enquanto condições mínimas a serem garantidas aos sujeitos em sociedade, portanto

os direitos humanos vão tomando forma e evoluindo à medida que a consciência da humanidade vai se aprimorando. A luz que perpassa e que orienta os capítulos que seguem é a reflexão sobre esse Direito Humano à Comunicação que apenas ultimamente está entrando na pauta de debates dos diferentes povos (GUARESCHI, 2013, p. 22).

Esses valores já citados são trazidos por diversas declarações, legislações, marcos regulatórios e etc, que se inscrevem nas gerações de direitos, que segundo Guareschi (2013), remontam uma historicidade da constituição dos direitos dos seres humanos nos últimos séculos e que permitem que novos avanços sociais sejam elaborados, inspirando a busca por resoluções das presentes desigualdades existentes, e que são elencadas nesse campo de estudo. Nesse sentido, a compreensão da comunicação como um direito humano se apresenta essencial

Em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico. Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social (THOMPSON, 1995, p. 19).

Retomando a discussão das gerações de direitos humanos, segundo Guareschi (2013), a primeira geração é a dos direitos civis (XVII e XVIII), que “Dizem respeito à dignidade da pessoa, sua liberdade pessoal, liberdade de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica”. A segunda geração é a dos direitos políticos (XIX) que “está ligada à liberdade de associação em partidos, no direito de votar e em participar na constituição do Estado e na vida política do país”. A terceira geração de direitos evocam os direitos sociais (XIX e XX) “que se materializam no direito à saúde, ao trabalho, à assistência, à educação, à superação da miséria e à segurança”(GUARESCHI, 2013, p. 22).

Para Guareschi (2013), a partir de seus referenciais teóricos, fala-se mais recentemente em direitos de quarta geração, que estariam relacionados à

consciência dos seres humanos, ou seja, às suas possibilidades e capacidades comunicativas e dialógicas, ligadas à participação mais ampla da sociedade nessas garantias, para a consolidação de alguns elementos já presentes nas primeiras gerações

[...] no seu desejo e necessidade de participar ativamente na construção não apenas de espaços políticos e burocráticos, mas também na criação de espaços que vêm responder a necessidades mais profundas de liberdade e autonomia (GUARESCHI, 2013, p. 23).

Algumas categorias constitutivas do Direito Humano à Comunicação já citadas, a partir de uma compreensão humanística da liberdade, democracia, política e ética, em conjunto, nos permite iniciar essa reflexão a partir de um determinado referencial teórico, o qual seguimos neste trabalho. Começando pela ética, para Guareschi, (2013), esta se define como “Inseparável do cotidiano dos seres humanos: ethos = costumes, que perpassam todas as ações humanas [...]” e se torna a “Instância de questionamento e reflexão que busca quais fundamentos que podem servir para se definir se algo é bom ou ruim”. A partir da compreensão de ética, pode-se pensar uma ética da comunicação, da ação e da fala, é o que forja os costumes e hábitos ao longo do tempo, e se consolidam em práticas cotidianas e, em maior medida, em culturas. Essa perspectiva carrega consigo um valor de igualdade e coletividade entre os seres humanos e, portanto, representam a ética enquanto aspectos que podem se apresentar como positivos e negativos para estes. A comunicação, a liberdade, a democracia, a ética e a política, se tornam categorias essenciais aos valores humanos. Em sua indissociabilidade, muitas vezes, somente juntas conseguem resgatar e traduzir o sentido original de cada uma, carregar a carga semântica necessária desses conceitos. É o que buscaremos aproximar a seguir para a melhor compreensão dessa temática e as suas co-relações.

Entre os principais documentos e marcos teóricos que permitem a fundamentação das concepções do direito humano à comunicação estão a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão - contexto da Revolução Francesa - (1789)”; “Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)”; “Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966)”; “Constituição Brasileira (1988)”; “Declaração de Chapultepec dentro da Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão (1994)”; Comissão Interamericana de Direitos Humanos que aprovou a Declaração dos Princípios sobre a Liberdade de Expressão (2000)” (GUARESCHI, 2013, p. 101-102). Esses são documentos inscritos nas gerações de direitos citados anteriormente, e que dão a sustentação necessária para se pensar em prerrogativas

para a consolidação do direito à comunicação na atualidade.

As principais formulações sobre o direito à comunicação surgiram nas décadas de 1970 e 1980, no quadro de discussões que levou à elaboração do Relatório Macbride. De maneira implícita ou explícita, desde à Cúpula dos Direitos Humanos de Viena, em 1993, esse direito vem sendo mencionado ou reconhecido em vários documentos internacionais, como a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção sobre os Direitos da Criança e as Declarações Finais dos Fóruns Sociais Mundiais” (GUARESCHI, 2013, p. 57).

Mesmo compreendendo esses marcos regulatórios como avanços importantíssimos para a consolidação das concepções de liberdade, democracia e política que temos na atualidade, Guareschi (2013) aponta que alguns desses documentos geram muita confusão conceitual. Como um exemplo de equívocos conceituais nas legislações, pode-se citar a confusão entre os conceitos de liberdade de expressão³ e liberdade de imprensa, muitas vezes utilizados como se fossem a mesma coisa. Um erro bastante comum e problemático, por se tratarem, no caso da liberdade de expressão de um direito individual e coletivo a ser garantido a todos os cidadãos; já a liberdade de imprensa é um direito institucional - no caso de empresas - privadas -, com marcos e parâmetros regulatórios distintos. Na sequência, Guareschi (2013) aponta os principais elementos que vão constituindo os marcos teóricos que subsidiam a compreensão de direitos humanos, relacionados ao campo da comunicação.

O artigo 11 da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, da França, em 1789, diz: “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão... liberdade de ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideais por quaisquer meios”. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras.” O Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, de 1966, repete o anterior de 1948, mas já emprega o termo pessoa em vez de indivíduo, e diz que esse direito “poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas”. A Constituição brasileira de 1988, no artigo 5º, reza que “é livre a

³ Segundo a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (2000, p. 178), a liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É, ademais, um requisito indispensável para a própria existência de uma sociedade democrática.

manifestação do pensamento”, é assegurado o direito de resposta, e outras recomendações. No artigo 220, fala que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”, mas afirma de imediato: “observado o disposto no artigo 5º”.(GUARESCHI, 2013, p. 101-102).

Ao fazer esse breve resgate histórico sobre a consolidação dos direitos humanos, podemos perceber que são tímidas as elaborações que se referem diretamente ao direito humano à comunicação, enquanto categoria relacional. Mesmo que estejam presentes nesses documentos como a garantia ao “acesso à informação⁴”, ou a “liberdade de expressão e opinião” ou então à “liberdade de imprensa”. Estas carregam importantes avanços conceituais, porém, a partir delas não é possível apreender o emaranhado de tensionamentos e disputas inscritos na correlação de forças entre capital x trabalho e os seus rebatimentos e reflexos na ideologia, na política, na educação e na cultura, elementos materializados por instituições, que regem os valores e os modos de ser na sociedade. Entre os campos que o autor reforça serem de grande relevância para o avanço dessas legislações estão: 1. a compreensão de bem comum “a comunicação e a mídia é um espaço público”; a presença da “Lógica mercantil, lógica de monopolização a ser desmistificada”; e 3. a “Comunicação no contexto da formação social capitalista (neoliberal)” (GUARESCHI, 2013, p. 56). A imprensa, também conhecida como “quarto poder”, que teria substancialmente esse papel de denúncia - não somente, mas também de ser um agente defensor, fiscalizador e regulador dessas garantias históricas - se apresenta na atualidade limitada (ou controlada) no cenário social vigente.

À medida que se acelerou a globalização liberal, este “quarto poder” foi perdendo sua função de contrapoder. Surgiu um capitalismo de novo estilo, que não é mais meramente industrial, mas financeiro, de especulação e de escala planetária (BAGDIKIAN, 2004). Nessa fase na qual, em definitivo, o debate principal coloca-se no enfrentamento frontal entre o mercado e a sociedade, entre o privado e o público, entre o individual e o coletivo, entre o egoísmo e a solidariedade, observamos também um fato novo e crucial: os meios de informação deixaram de se constituir em um contrapoder e passaram a aliar-se a esses poderes. (...) (...) Paradoxalmente, esses conglomerados globais de comunicação têm, muitas vezes, um papel mais importante do que muitos governos e Estados (BAGDIKIAN, 2004, apud

⁴ Segundo a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão (2000, p. 178), toda pessoa tem o direito de acesso à informação sobre si própria ou sobre seus bens, de forma expedita e não onerosa, esteja a informação contida em bancos de dados, registros públicos ou privados e, se for necessário, de atualizá-la, retificá-la e/ou emendá-la.

GUARESCHI, 2013, p. 97).

Dadas essas colocações, passaremos a trabalhar as categorias que se relacionam e se imbricam com a comunicação, de modo a ampliar as noções e possibilidades compreensivas sobre o direito à comunicação, sugerindo a sua importância formativa e dialógica na conformação da garantia de direitos humanos e a regulação dessa temática em âmbito social. É o que Guareschi (2013) exemplifica, ao trazer que o simples ato de falar tem importância ética e política, na construção de uma sociedade democrática. Esta carrega, mesmo que em menor escala, o que podemos chamar aqui de micro-política, a ação enquanto uma expressão da liberdade de escolha, em si ela é a própria linguagem.

A fala, a comunicação, é o que garante a possibilidade de os seres humanos se relacionarem e viverem em sociedade. E essa comunicação pressupõe, também, um “nós” comum, um “mundo da vida” onde as pessoas convivem, falam e procuram se entender. Agora, se a linguagem é o instrumento (meio) imprescindível de todo sentido e validade, o discurso, isto é, a argumentação é o instrumento (meio) imprescindível de toda possibilidade de os seres humanos poderem construir uma fundamentação de um pensar comum e de um agir comum (GUARESCHI, 2013, p. 118).

Há também o que podemos chamar aqui em maior escala comunicacional de macro-política da comunicação, que se inscreve na conjuntura de tensões e disputas, correlações de forças, que atravessam o direito à comunicação na sociedade atual, em âmbito global, são as instituições estatais, governamentais, não-governamentais e toda a gama privada que incluem o mercado. Essa perspectiva carrega consigo a violação do direito à comunicação de várias sociedades ao redor do mundo, a partir de um controle e direcionamento de veículos de massa, não permitindo a circulação (em larga escala) de vozes e modos de ser e ver o mundo. Essa seletividade se apresenta como uma forma de contenção da pluralidade e da diversidade existente, priorizando um modo de ver o mundo e ferindo valores constitucionais democráticos, principalmente em países do terceiro mundo, Oriente Médio, África e América Latina (MORAES, 2011). Essa materialidade pode ser compreendida enquanto complexos sistemas de controle e massificação comunicacionais, também conhecidos como os conglomerados de mídia internacionais que controlam a maior parte da informação que circula no mundo, não permitindo avanços na democratização dos meios de comunicação, que segundo Moraes (2011), delineiam um campo de batalha ideológico bastante

definido

De um lado, os segmentos sociais que apoiam governos comprometidos com a redistribuição de renda e riqueza e o pluralismo cultural. Do outro lado, o bloco privatista formado por elites políticas, econômicas e midiáticas obstinadas em manter suas diretivas ideológicas e pretensões lucrativas. Essas circunstâncias e os reflexos de tais contendas incidem na elaboração e na execução de políticas públicas, em especial quando colocam em xeque os privilégios dos conglomerados (MORAES, 2011, p. 17).

A partir dessas duas dimensões apresentadas para facilitar a compreensão de micro e macro política, daremos continuidade às aproximações conceituais, de modo a resgatar os seus sentidos e co-relações, desta vez por comunicação e liberdade. A esta aproximação, nos demanda fazer uma distinção necessária, a partir de Guareschi (2013): 1. a liberdade compreendida a partir da conceituação Grega, que está relacionada à “liberdade republicana: vida pública está na participação ativa, no direito à voz e a ser ouvido. A liberdade não antecede a política, mas se constrói a partir dela”. Também, a uma compreensão da “dignidade humana: consciência, liberdade e responsabilidade” coletiva; da 2. a liberdade da “ética liberal burguesa, que está arraigada no liberalismo, no indivíduo individualista” inscrita nos processos da Revolução Francesa de 1789 (Igualdade, Liberdade e Fraternidade), que para Guareschi (2013) foi uma revolução burguesa que carrega em seu cerne uma defesa à liberdade de mercado pelos detentores do poder e de seus recursos. Esta força capitalista se coloca acima - ou alheia - da liberdade democrática e da regulação do Estado de direitos.

Essa segunda perspectiva ideológica de liberdade, produto e produtora do capitalismo, vai se consolidando ao longo do tempo e, a partir dos anos de 1970, toma dimensões globais. Na literatura científica, passa a ser conhecida como neoliberalismo⁵, como uma releitura e constituição de novas dinâmicas do liberalismo clássico do início do século XX.

Voltando à perspectiva ética da liberdade, que buscamos aqui conceituar enquanto direito humano à comunicação, é a liberdade “republicana” democrática, em que Guareschi (2013, p. 86) pontua que carrega consigo valores afins, como:

⁵ Nessa conjuntura que a ideologia neoliberal – identificada como segunda estratégia de solução para a crise econômica - torna-se a mais nova forma de governo adotada pelos Estados Nacionais. Para Anderson, o neoliberalismo “trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem e em sua ambição estrutural e sua extensão internacional (ANDERSON, 1995, p. 22) apud (DOS SANTOS, 2018, p. 03).

“Igualdade, Diversidade, Solidariedade, Participação e Liberdade” retomados a partir da percepção do sociólogo Betinho, Herbert José de Souza⁶.

Portanto, ao falarmos de direito humano à comunicação, é necessário também falarmos da concentração dos monopólios e oligopólios da mídia, que impõem ideologicamente representações sociais⁷ e valores que vão na contramão dos preceitos humanísticos e democráticos dos direitos humanos. Estas pregam e estimulam modos de ser e estar no mundo, a partir de valores homogeneizantes, ou seja, valores que sugerem individualizar, competir e separar os indivíduos do cenário político e social⁸.

Os principais agentes federais responsáveis por essa política de fortalecimento do oligopólio via mercado têm sido as empresas estatais, que possuem relativa autonomia frente ao poder exercido diretamente pelo Executivo. Em 2013, por exemplo, representou cerca de 77% do total da verba publicitária federal investida em TV. Esses valores explicitam uma faceta da relação entre Estado e o oligopólio, que praticamente faz sumirem as afiliadas e aquelas que não participam de uma rede. Os cinco maiores grupos absorvem, em média, 82% da verba oficial de publicidade de TV. A forma de redistribuição do montante no interior das redes (se existe) é feita de forma indireta, sem transparência. Os números são reveladores do papel que os governos federais desempenham na reprodução da concentração e da disparidade entre o poder das cabeças-de-rede e das afiliadas, ainda que estas sejam parte fundamental da estratégia de mercado daquelas. Revelam, também, que embora não exista um reconhecimento legal, jurídico ou oficial da existência das redes, existe um re-conhecimento prático por parte do Estado brasileiro, que negocia principalmente com as cabeças-de-rede (MARINONI, 2015, p. 12-13)

Adentrando e demarcando o conceito de ideologia, enquanto elemento chave para compreender as motivações desse tipo de concentração de poder dos meios de comunicação, como também as suas consequências, é necessário retomar

⁶ Sobre o autor e a sua relevância teórica e política nas ciências sociais: “O autor Herbert José de Souza, fundador do IBASE, ex-professor do Programa de Doutorado em Economia da Universidade Nacional Autónoma do México, co-fundador da Latin American Research Unit (LARU), Toronto, Canadá e da Unidad de Investigación Latinoamericana (UILA), México. Mais conhecido por Betinho, era hemofílico e contraiu o vírus da AIDS por causa de sucessivas transfusões de sangue, doença que o levou à morte em 1997” (DE SOUZA, 1984). Também conhecido por ser irmão do cartunista Henfil e a sua obra mais conhecida é “Como se faz análise de Conjuntura” (DE SOUZA, s/p, 1984).

⁷ “De acordo com apud Abric (2001a), as representações sociais são formadas por dois componentes: o núcleo central e os elementos periféricos. Essa organização é governada por um duplo sistema, denominado sistema central e sistema periférico, que formam a estrutura da representação social. O sistema central é composto pelo núcleo central da representação, que tem como característica principal o fato de ser marcado e determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas, estando, portanto, fortemente enraizado na memória coletiva de um grupo e balizado pelo seu sistema de normas e valores. Por conseguinte, o núcleo central é estável, resistente à mudança e coerente, e é o responsável pela continuidade, consistência e permanência da representação” (MELO, 2016).

⁸ Para mais informações sobre o assunto, ver Intervezes (2019)

as contribuições de Moraes (2011, p. 17), ao resgatar as ideias de Gramsci.⁹

Mais do que nunca, os processos comunicacionais estão entranhados na batalha das ideias pela hegemonia - aqui entendida no sentido proposto pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci: a conquista do consenso e da liderança cultural e política por uma classe ou bloco de classes em torno de determinadas concepções de vida e valores (GRAMSCI, s/a, apud MORAES, 2011, p. 17).

É a partir dessa compreensão que se busca apreender algumas características dessas concepções de vida e de valores presentes nos meios de comunicação e em seus projetos éticos, estéticos, políticos, editoriais, discursivos, apelativos etc. É nesse cerne de tensões e disputas que se materializam imagens sociais que circulam o mundo, ora a partir de uma visão/concepção humanística dos direitos humanos e ora de uma visão/concepção conservadora, limitada, criminalizadora, meritocrática, de interesses privados, de “direitos” transformados em mercadorias, como é o caso dos planos de saúde, das instituições de educação, planos de previdência privadas etc, e da própria comunicação enquanto conceito descolado de sua real semântica/função, que seria o “tornar comum” ou levar ao “bem comum”.

Com efeito, a mídia desempenha um duplo papel estratégico na reprodução ampliada do capital. O primeiro diz respeito à sua condição peculiar de agente retórico que legitima o ideário capitalista e o converte no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas - como se não fosse absurda a pretensão de reservar ao mercado o poder de sintetizar crenças e desejos humanos, ignorando ou subestimando identidades, tradições e anseios dos povos (MORAES, 2011, p. 174).

Essa característica ideológica do capital, e nesse estudo compreendendo cultura¹⁰, a partir de Lima (1981), a cultura comunicacional reafirma o sistema capitalista enquanto projeto monopólico, em uma articulação fina, que orquestrada

⁹ “Segundo ele, a conquista de consenso e da liderança política envolve a capacidade de um determinado bloco de classes de articular um conjunto de fatores que o credenciem a dirigir moral e culturalmente, e de todo sustentado, a sociedade como um todo. A hegemonia é obtida e consolidada não apenas em questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, como também à expressão de saberes, práticas, modos de representação, juízos de valor e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se” (MORAES, 2011, p. 47).

¹⁰ Para essa discussão, utilizamos a própria concepção de Paulo Freire, a partir de (LIMA, 1981, p. 83): “A cultura, criada pelos homens através de sua práxis e de seu trabalho, é o universo simbólico e ‘abrangente’ em que eles atuam como seres conscientes. Entretanto, na medida em que os homens, em sua relação dialética com o mundo, o transformam por meio do seu trabalho, são condicionados pelos produtos de sua ação. Assim, ao objetivar o mundo, os homens se objetivam a si mesmos e a cultura surge como a alienação ou estranhamento do próprio ser que a cria. Mas, dialeticamente, a alienação original constitui um momento fundamental do próprio processo de desalienação”.

aos ditames do capital e do lucro, serve aos detentores do poder econômico e político

Integrada, como as demais áreas produtivas, ao consumismo, a esfera cultural vem se tornando componente essencial na lubrificação dos sistemas econômico e midiático. A conversão da cultura em economia e da economia em cultura sobressai como um dos alicerces do capitalismo atual. Já foram praticamente extintas as antigas fronteiras entre a produção econômica e a vida cultural, porque os interesses comerciais costumam prevalecer tanto sobre valores estéticos e artísticos quanto sobre o significado ético-social (MORAES, 2013, p. 39).

Ao compreendermos o conceito de política e democracia, relacionado ao conceito de liberdade e ao da comunicação, Guareschi (2013) remonta a sua indissociabilidade “A mais importante atividade para o ser livre desloca-se do agir para o falar, da ação livre para a palavra livre”. Também aqui é que se reforça o conceito de democracia vinculado à garantia do direito à participação, previsto mais enfaticamente nos direitos de quarta geração (já citados anteriormente) e que significa

a necessidade de participar ativamente na construção não apenas de espaços políticos e burocráticos, mas também na criação de espaços que vêm responder a necessidades mais profundas de liberdade e autonomia. Poder-se-ia dizer que eles se materializam no desejo e necessidade das pessoas de dizerem sua palavra, expressarem sua opinião, manifestarem livremente seu pensamento. É o autêntico exercício da cidadania, como discutimos ao analisar o conceito de política como vivência da liberdade” (GUARESCHI, 2013, p. 23).

Ainda nesta reflexão, aprofundando as raízes das disputas que nos relacionamos na atualidade, com o campo da comunicação, é necessário demarcar o histórico colonial dos países da América Latina e o que Paulo Freire, em LIMA (1981), vai chamar da cultura do silêncio, ou a herança de um “mutismo” social

[...] o conceito surgiu a partir de sua análise inicial da herança colonial brasileira tendo sido, posteriormente ampliado a ponto de abranger não somente os outros países da América Latina, mas todas as sociedades do Terceiro Mundo e os povos oprimidos em geral. Nesse sentido, Freire está sustentando claramente que os três séculos de colonização portuguesa e espanhola na América Latina resultaram numa estrutura de dominação à qual corresponde uma totalidade ou conjunto de representações e comportamentos. Este conjunto de representações e comportamentos ou “formas de ser, pensar e expressar” são tanto um reflexo como uma consequência desta estrutura de dominação. Constituem aquilo que Freire também denomina cultura do silêncio. Ele chama atenção para o fato de que esta cultura do silêncio se perpetua no tempo através de uma relação estrutural de dependência entre o Terceiro Mundo (ou sociedades-objetivo)

e as metrópoles (ou sociedades-diretivas): No entender de Freire, esta dependência é, em si mesmo, um fenômeno relacional (FREIRE, 1969, apud LIMA, 1981, p. 88-89).

Esse resgate histórico nos possibilita realizar uma leitura crítica do sistema capitalista, para a melhor compreensão de sua organização, para quê serve e onde se insere, em que sentido - ou de sua ausência - do direito à comunicação na sociedade atual. As estruturas midiáticas dos monopólios de massa se utilizam de categorias ideológicas bastante refinadas, reforçando a todo o momento os ditames que são sustentados e perpetuados também a partir da comunicação. Os pilares do sistema capitalista, a partir da divisão social, racial e sexual do trabalho, estruturam e dão sustentação à sociedade dividida em classes

Os conceitos de “colonialidade do poder” e “controle de subjetividade”, ambos desenvolvidos pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, proporcionam o embasamento teórico que explica a utilização da mídia como ferramenta de exercício de poder por parte das potências Ocidentais. Eles ajudam a diagnosticar a trajetória Ocidental de construção de estruturas de dominação cognitiva dos povos não-ocidentais, conquistando “corações e mentes” das populações em geral a partir da imposição de seus padrões culturais e da sua narrativa dos fatos (BOFF, 2017, p. 02).

Ao trabalharmos a aproximação entre a categoria da comunicação e educação em Freire, a partir de Lima (1981), encontramos uma crítica a educação formal, os padrões de educação hegemônicos, produtores de sujeitos “repetidores” a partir de uma “educação bancária”, de depósito de conhecimento esvaziados de uma educação efetivamente reflexiva e crítica. Para Freire, a educação é “ação cultural” de aprendizagem mútua entre sujeitos

A Comunicação é também, e principalmente, educação. Mas não qualquer tipo de educação, como a que se contenta em transmitir informações. Seu papel vai muito além. Sua prática deveria ser a de formular perguntas, problematizar os fatos, lembrar suas inúmeras - praticamente infinitas - dimensões para que o ouvinte/telespectador possa ter o maior número possível de elementos para formar sua opinião e tomar suas decisões. Nesse sentido, a tarefa do comunicador é prestar um serviço, o mais possível imparcial e plural, assumindo seus valores com humildade e transparência, começando por ser ele mesmo crítico de si e de seu serviço (LIMA, 1981, p. 165).

A partir dessa contextualização histórica trazida, é possível fazer uma aproximação do conceito da cultura do silêncio com o conceito de alienação, que sistêmica e incessantemente sugere a comunicação como uma relação imediata e

abstrata, sem historicidade alguma, que reforça essa inação enquanto um controle social imprescindível dentro do sentido do modo de produção capitalista na sociedade atual, produzindo ocultamentos em várias áreas do saber, como também na ação em relação às políticas públicas, como reafirma Soares (2019).

Salles (2011) trata sobre o fetiche da relação entre dinheiro e mercadoria que é apresentado por Marx em *O Capital*, entendendo que a relação entre exploração do trabalho e produção do valor, se intensifica na contemporaneidade a partir do processo de alienação, onde a invisibilização dos processos de produção dentro da sociedade de consumo ocorre de maneira exacerbada. Os meios de comunicação neste processo são parte importante dessa invisibilidade, pois os media se apropriam das chamadas consciências coletivas, incidindo na dimensão social e educativa (SALLES, 2011, apud SOARES, 2019, p. 208).

A comunicação, enquanto categoria relacional, é indissociável a valores como a liberdade, democracia, ética e política. Construídas historicamente a partir das lutas sociais e constitucionais dos direitos humanos, carrega consigo dilemas e desafios bastante intensos. É o que reafirma Lima (1981, p. 65) ao compreender a comunicação enquanto um caminho de re-conexão dos sujeitos com o seu papel na história, reconquistando, a partir desta, sua própria voz “Em outras palavras, a comunicação deve ser vivida em sua dimensão política”.

Estes valores, relacionados ao campo da cultura e da educação, nessa arena de disputas, reivindicam processos de participação política mais amplos para se alcançar avanços teóricos e práticos. A comunicação também atravessa e é atravessada por ideologias, entre elas, a hegemonia neoliberal do modo de produção capitalista, que a todo o custo busca homogeneizar, apatizar e alienar os sujeitos de suas realidades sociais e de suas possibilidades de transformação da realidade vivenciada.

Os homens... não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o homem à condição de ‘coisa’. ... Somente através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado (LIMA, 1981, p. 63).

Os direitos humanos e o direito à comunicação se apresentam como horizontes essenciais para “des-coisificar”, “des-alienar” e “des-colonizar” os sujeitos, empoderando-os e os devolvendo os complexos sentidos transformadores da comunicação e os valores humanísticos trabalhados aqui. É a partir do resgate de

sua própria história e de seu potencial coletivo dialógico, que os sujeitos podem superar os processos de silenciamento, criminalização e alienação que se mostram vigentes nos sistemas de dominação dos países emergentes. Busca-se, portanto, comunicar a ação, conseguir poder dizer a palavra transformadora, como nos ensina Freire (1985), somente através dela e de novos meios e modos de se relacionar, poderemos juntos vivenciar outro mundo e outra sociedade possível.

Nesse tópico trabalhamos os conceitos de comunicação, liberdade, democracia, ética e política e suas várias formas de materialidade e expressão, como a educação, a cultura e as ideologias. A partir desses conceitos chaves, posicionamos os direitos humanos e, principalmente, o direito à comunicação na arena social e política das correlações de força no seio do Estado. Agora passaremos para a análise das normativas da PAS, dispositivos institucional estatal construído para dar respostas às demandas da população referentes às desigualdades vigentes, inscritas na contradição capital x trabalho da sociedade capitalista.

2.2 O direito ao acesso à Informação na Política de Assistência Social

Após a conceituação histórica realizada no subtópico anterior, que tratou da conformação dos direitos humanos e o acúmulo teórico que fundamenta o conceito do direito à comunicação, neste subtópico faremos uma reflexão sobre o que dizem as normativas da PAS no que se refere ao direito ao acesso à informação¹¹ e qual relação estabelece a comunicação na viabilização de direitos, de modo a referenciá-lo no contexto deste trabalho. Dada a perspectiva teórica apresentada até aqui, pretende-se destacar, para além dos conteúdos diretamente relacionados ao direito ao acesso à informação, também as citações indiretas ou que se relacionam com as categorias trabalhadas no primeiro subtópico e que permitam aproximações conceituais a partir dos preceitos do direito à comunicação. Para isso, trabalharemos

¹¹ "Uma notícia é muito mais que uma notícia (informação): ela contém inúmeras informações, valores, ideologias etc. implicitamente ligadas à ela. Não levar isso em consideração é produzir uma comunicação restrita, parcial, deficiente, incompleta, quando não falsa. A comunicação entendida como simples transmissão, como um meio imparcial e neutro é extremamente útil e funcional aos que detêm esses meios de comunicação" (GUARESCHI, 2013, p. 126).

com os seguintes documentos: a *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)* de 1993, que regulamenta a assistência social enquanto um direito; a *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)* de 2004, que dá as diretrizes e bases dessa política em âmbito nacional; a *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)*, de 2005 e 2012, que define os “eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil”; a *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS)* de 2011, que define e norteia aspectos éticos e legais sobre a conformação dos recursos humanos nessa política e dá outras providências; entre outros documentos relevantes.

Começando pela LOAS, promulgada pela Lei nº 8742 de 1993, esta tem caráter fundamental na consolidação do conceito de direito à assistência social, que a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, demarca avanços importantíssimos de instrumentalização e viabilização de direitos sociais na realidade brasileira

A construção do direito da Assistência Social é recente na história do Brasil. Durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas no país. O grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país. A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos (LOAS, 1993, p. 04).

Denota um instrumento legal que se propõe como uma “[...] ótima ferramenta aos gestores da Assistência Social e que também possa orientar os usuários para que eles reconheçam e possam reivindicar seus direitos” Loas (1993). Ao iniciarmos a análise a partir do direito ao acesso à informação, nos ateremos a destacar e refletir sobre os trechos que servem ao recorte desta pesquisa. Portanto, elencamos a missão da PAS.

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (LOAS, 1993 p. 06-07).

Ao citarmos os princípios fundamentais dessa regulamentação no que tange

a sua função - e que se relacionam sobretudo indiretamente à garantia do direito ao acesso à informação - estão a “universalização dos direitos sociais”, o “respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária [...]”, a “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza [...]” e a “divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão”. Em suas diretrizes se destaca a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Nesses trechos se apresentam vários elementos conceituais que se articulam, algo que veremos mais detalhadamente nas normativas seguintes.

No subtópico Projeto de Enfrentamento à Pobreza da LOAS, em seu artigo 25, traz a participação como elemento central de viabilização e garantia de direitos

O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil (LOAS, 1993, p. 27).

Permite-se aqui apontar que o direito ao acesso à informação se imbrica com o conceito de participação, que retomando Lima (1981, p. 64) se conforma caminho formativo e pedagógico para a construção política de acesso e autonomia dos sujeitos atendidos, sendo que a “Comunicação significa co-participação dos Sujeitos no ato de pensar”. Segundo Guareschi (2013, p. 88), esse conceito é central para definir a qual intencionalidade essa participação serve. A participação, portanto, é imprescindível

[...] para a compreensão do que devemos entender como política e, principalmente, comunicação [...] [...] Mas é importante deixar claro que o termo participação pode trazer equívocos muito sérios e perigosos. A prática participativa pode se dar em ao menos três níveis distintos: no planejamento de um projeto, na execução desse projeto e nos resultados advindos desse empreendimento. Adiantamos logo que a verdadeira participação - e isso tem tudo a ver com a política e com a comunicação - se dá na dimensão do planejamento (GUARESCHI, 2013, p. 88).

Já ao aproximarmos a categoria participação com a categoria diversidade¹²

¹² “Diversidade pressupõe revitalizar manifestações do contraditório, confrontar pontos de vista e estimular trocas horizontais entre as culturas de povos, cidades e países. Diversidade se assegura,

inscrita no contexto democrático de uma sociedade e ao direito ao acesso à informação, denota pilar fundamental ao conteúdo a ser socializado dessa política - e como - viabilizando e ampliando, ou não, a garantia de direitos a partir deste. Segundo a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão, carta aprovada no ano 2000 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, realizado em Chapultepec no México, o direito ao acesso à informação traz vários princípios norteadores que re-afirmam que, toda a pessoa tem o direito de “[...] receber e divulgar informação e opiniões livremente [...]”, “[...] contar com igualdade de oportunidades para receber, buscar e divulgar informação por qualquer meio de comunicação, sem discriminação por nenhum motivo [...]” e “à informação sobre si própria ou sobre seus bens, de forma expedita e não onerosa, esteja a informação contida em bancos de dados, registros públicos ou privados”. Já falando do direito ao acesso à informação em poder do Estado, ao que se aproxima desse trabalho, é importante salientar

O acesso à informação em poder do Estado é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito. Este princípio só admite limitações excepcionais que devem estar previamente estabelecidas em lei para o caso de existência de perigo real e iminente que ameace a segurança nacional em sociedades democráticas (DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO, 2000, p. 178).

Após as aproximações dessas categorias que atravessam e são atravessadas pela garantia do direito à comunicação e a conformação da PAS enquanto política pública, vamos dar continuidade às reflexões a partir do segundo marco legal desta política, a PNAS, de 2004.

A PNAS é o documento fundamental para a consolidação da PAS enquanto um direito humano, não contributivo, na realidade brasileira. Inaugura os parâmetros legais, teóricos, éticos e políticos que a partir daí darão materialidade ao SUAS, em âmbito federal

principalmente com políticas públicas que valorizem a comunicação como direito humano e contribuam para deter a oligopolização da produção simbólica, a começar por mecanismos democráticos de regulação, de universalização de acessos, de proteção de patrimônio cultural intangível, de usos educativos e comunitários das tecnologias. Diversidade não se esgota nos acréscimos de opções de consumo que, via de regra, impõem ambições mercantis sobre as aspirações sociais por livre expressão e pluralidade. Diversidade só se alcança com o fortalecimento das vozes da cidadania, das dinâmicas participativas e múltiplas práticas culturais e interculturais” (MORAES, 2013, p. 48-49).

[...] demonstra a intenção de construir coletivamente o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esta iniciativa, decididamente, traduz o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, e denota o compromisso do MDS/SNAS e do CNAS em materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (PNAS, 2004, p. 11).

Essa perspectiva política, a partir do Estado de direito, busca integrar três principais frentes de atuação de defesa: “o direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social”. Em sua apresentação se refere a valores e sentidos éticos e políticos, demarcando o campo de tensões e disputas vigentes, na conformação do Estado brasileiro.

Muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade. O MDS/SNAS e o CNAS estão muito empenhados em estabelecer políticas permanentes e agora com a perspectiva prioritária de implantar o SUAS, para integrar o Governo Federal com os Estados, Distrito Federal e Municípios em uma ação conjunta. Com isso, busca-se impedir políticas de protecionismo, garantindo aquelas estabelecidas por meio de normas jurídicas universais. Este é o compromisso do MDS (PNAS, 2004, p. 11).

Essa superação dos valores historicamente construídos e constituídos suscita uma arena de embate ideológico, de representações sociais inscritas no contexto sócio-cultural. Carregam consigo tensões e conflitos de interesses políticos e econômicos próprios da sociedade capitalista. O Estado se apresenta como um ente institucional em constante disputa e que conformam desafios a serem empreendidos politicamente na consolidação de uma política pública como é o SUAS. A responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais são reforçadas como caminhos para se enfrentar “a questão social¹³”.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS, 2004, p. 13).

A categoria cidadania nos convoca a uma melhor conceituação, dado que na

¹³ O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006, p. 27).

PNAS se apresenta como elemento chave quando se afirma “a efetivação da assistência social como direito de cidadania”. Esta conceituação remonta um tensionamento de diferentes sentidos existentes, similar ao da conceituação da categoria liberdade, realizada anteriormente, e que evoca a qual modelo democrático se instaura a partir dessas relações. Segundo Menezes (2011) a concepção de cidadania pode ter ao menos duas principais tradições - e raízes semânticas - sendo a primeira delas a “tradição liberal-individualista e a segunda, a tradição “republicana-cívica”. Nas palavras dele a

Tradição Liberal-Individualista –, que concebe a cidadania, como algo em que a pertença a uma instituição, que pode ser uma comunidade ou um Estado-nação – que assegura um status legal –, se caracteriza pela recepção passiva (a participação dos cidadãos não é realçada), onde são valorizados os direitos individuais e a igualdade de tratamento. Logo, nesta concepção, o cidadão – enquanto [...] sujeito do Estado – serve como meio para a reprodução do Estado em troca de alguns benefícios (liberdade, proteção, etc.) (MENEZES, 2011, p. 123-124).

Já na tradição republicana-cívica,

[...] nesta perspectiva, já não se limita somente à relação entre o indivíduo e o Estado, mas é alargado ao contexto mais vasto da sociedade civil, tomando-se em linha de conta as inter-relações que se estabelecem entre os diferentes membros de uma comunidade e a forma como as mesmas podem propugnar alterações, aos mais variados níveis, na evolução dessa mesma comunidade, nomeadamente, o reconhecimento pela comunidade da extensão dos direitos a todos. Assim sendo, pode-se dizer que a mesma tem subjacente, um entendimento comunitário e ético, na tradição da filosofia política de Aristóteles (MENEZES, 2011, p. 123-124).

É importante sublinhar essa distinção para enfatizar a concepção de “cidadania-passiva” que o Estado moderno opera, enquanto um discurso e um mecanismo de categorização de sujeitos na reafirmação de seu status-quo. Em contraposição há a possibilidade da construção de uma “cidadania-ativa”, a qual o autor refere, enquanto uma empreitada bastante desafiadora na construção de políticas públicas nesse campo, o que denota atravessamentos que perpassam o campo comunicacional a partir de práticas éticas, políticas, de liberdade e autonomia e na garantia de efetiva participação democrática, e não em uma concepção reduzida, como é a liberal.

Isto é, até que ponto poderemos falar em cidadania para indivíduos que não têm um teto sobre o qual possam viver condignamente ou, o que significa o exercício da cidadania política para aqueles que estão sem emprego e por consequência sem reconhecimento social, em suma, como se pode ser um cidadão ativo quando se tem um emprego precário, sabendo que no atual

mercado de trabalho a qualquer momento se pode cair numa situação de exclusão (MENEZES, 2011, p. 129-130).

Sobre essas diferenciações de noções, podemos constatar que o que é tensionado a todo o momento na construção das políticas sociais, se refere a uma disputa por modelos entre uma democracia liberal e uma democracia que se apresente mais participativa, elemento determinante para se pensar a efetividade de suas dinâmicas sociais.

A partir dessas definições, seguimos para a compreensão de que a PNAS se baseia na conceituação de “proteção social”, e que o direito ao acesso à informação se apresenta, em geral, de forma indireta e/ou implícita, com expressões como a “redistribuição de bens materiais [...] quanto os bens culturais (como os saberes)”, o “reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo”, o desenvolvimento de “potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios”. Também na “universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos”, ao “atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais”, ao incluir em seu público usuário a busca pelo “pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas¹⁴ em termos étnico, cultural e sexual [...]”, reafirmando que “devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social”, entre outras expressões aproximativas.

Já nas citações diretamente relacionadas com a ideia de direito ao acesso à informação na consolidação do SUAS, estão o “controle social”, os “desafios da participação popular/cidadão usuário” e “A Informação, o Monitoramento e a Avaliação”. Aqui é necessário fazer uma distinção entre 1. o que se compreende como a garantia da informação relacionada ao monitoramento e avaliação, e 2. à garantia do acesso à informação enquanto um constructo que carrega consigo outras categorias conceituais mais amplas, que atravessam o campo da socialização da política, da participação enquanto processo pedagógico e formativo e da comunicação enquanto expressão ativa da liberdade e autonomia, entre outras. É necessário distinguir e separar essas perspectivas, pois a primeira está diretamente

¹⁴ “Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos” (GOFFMAN, 2004).

incluída na regulamentação dessa política e a segunda não prevê mecanismos diretos de consolidação, respectivamente, sugere-se, portanto, que não são necessariamente praticados.

No subtópico Defesa Social e Institucional se prevê “garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa”, o “Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos”, o “Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas”, como também o “Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses” e na compreensão de que é necessário caminhar “para direitos a serem assegurados de forma integral”.

No tópico do Controle Social, consta o subtópico “O desafio da Participação dos Usuários nos Conselhos de Assistência Social”, onde há um resgate da concepção participação enquanto um elemento fundamental do controle social, portanto relacionado ao direito à informação, mas que não denota caminhos de efetividade

Assim, há que se produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos dispersos e desorganizados, e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlados pelos seus usuários (PNAS, 2004, p. 52).

Em outro trecho cita a “criação de ouvidorias por meio das quais o direito possa, em primeira instância, se tornar reclamável para os cidadãos brasileiros”. Ressalta também a importante

[...] necessidade de informação aos usuários da assistência social para o exercício do controle social por intermédio do Ministério Público e dos órgãos de controle do Estado para que efetivem esta política como direito constitucional (PNAS, 2004, p. 53).

No tópico “A informação, o Monitoramento e a Avaliação”, traz as dimensões técnicas e instrumentais da informação conjuntamente à sua dimensão política, sem distinguir ou explorar seus significados. No que tange a implementação de mecanismos e instrumentos de avaliação e o monitoramento, como já citado, estas se apresentam juntas na PNAS, ressalta os meios de informação e comunicação como “veios estratégicos”.

Por fim, a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (PNAS, 2004, p. 14).

Em mais uma parte da PNAS que se refere ao tema do acesso à informação, dá um sentido de grande importância aos processos comunicacionais e informacionais, porém, novamente sem qualificar a dimensão ética e política da comunicação e, sobretudo, de suas diferentes formas de linguagem, para a viabilização desse direito, em seus diferentes contextos e correlação de forças no campo midiático.

Nesse sentido, a questão da informação e as práticas de monitoramento e avaliação, aportes do novo sistema, devem ser apreendidas como exercícios permanentes e, acima de tudo, comprometidos com as repercussões da política de assistência social ao longo de sua realização, em todo o território nacional (PNAS, 2004, p. 57).

Em um dos últimos trechos, demarca um importante compromisso no que se refere à “modernização administrativa” e que se pretende “inédita construção de ferramentas informacionais para a realização da política pública de assistência social”. Entre os pontos mais relevantes estão a “preocupação determinante com o processo de democratização da política e com a prática radical do controle social da administração pública”, a criação de “Novos parâmetros de produção, tratamento e disseminação da informação pública que a transforme em informação social válida e útil”, também a “construção de um sistema de informações de grande magnitude, integrado com ações de capacitação e de aporte de metodologias modernas de gestão e tomada de decisão [...]” e “[...] gerar uma nova, criativa e transformadora utilização da tecnologia da informação para aperfeiçoar a política de assistência social no País [...]” (PNAS, 2004). Esses trechos demarcam grande avanço conceitual e compreensivo sobre a centralidade da comunicação nas políticas públicas. Suscita, sem nomeá-lo, um empreendimento que se assemelha a um sistema e/ou uma concepção comunicacional similar a da comunicação pública, que Figueiredo (2016) desenvolve, categoria e perspectiva esta que será abordada no próximo capítulo deste trabalho.

Dadas essas considerações e aproximações feitas ao recorte deste trabalho, vamos à análise da Norma Operacional Básica do Sistema Única de Assistência Social (NOB/SUAS) de 2005, que conta com uma publicação de atualização em 2012. Esta, compreendida como um pacto federativo entre as três instâncias do Estado, federal, estadual e municipal, pretende

Afiançar a proteção social, do campo socioassistencial, para os brasileiros e brasileiras que dela necessitam é uma decisão deste governo que deve se efetivar em um amplo e significativo processo participativo e democrático, integrando todos os setores que constroem a Política de Assistência Social: gestores, trabalhadores, conselheiros, usuários, entidades parceiras e sociedade em geral (NOB/SUAS, 2005, p. 79).

A NOB de 2005 traz em seu conteúdo a perspectiva de implementação e sistematização de parâmetros legais para a efetivação dessa política. Já a NOB de 2012, traz a perspectiva de atualização em um contexto de aprimoramento do SUAS. Em ambas, os conteúdos relacionados à informação trazem consigo, majoritariamente, o seu caráter administrativo, instrumental, de sistematização da informação para a implementação e aprimoramento do SUAS. Estão mais relacionadas ao desenvolvimento dos sistemas de informação e gestão dessa política, no que se refere ao “compartilhamento da informação na esfera federal, estadual, do Distrito Federal e municipal e entre todos os atores do SUAS - trabalhadores, conselheiros, usuários e entidades” (NOB/SUAS, 2012, p. 43).

Esse viés da garantia do direito ao acesso à informação, enquanto sistema institucional e administrativo, lida com múltiplas facetas do campo da comunicação e é apresentado no artigo 95 (NOB/SUAS, 2012, p. 43) no tópico sobre a Gestão da Informação, partindo de duas principais dimensões. “I - a definição do conteúdo da política e seu planejamento; II - o monitoramento e a avaliação da oferta e da demanda de serviços socioassistenciais”. Na sequência qualifica a categoria informação, reforçando a sua

compreensão de que a informação no SUAS não se resume à informatização ou instalação de aplicativos e ferramentas, mas afirma-se também como uma cultura a ser disseminada na gestão e no controle social (NOB/SUAS, 2012, p. 43).

Essa perspectiva apresentada pela NOB de 2012 denota um avanço compreensivo em relação às normativas anteriores. A compreensão de que a informatização, ou seja a mudança das linguagens comunicacionais, carregam

consigo um sentido cultural e dinâmico no trabalho de gestão do sistema, reforçam a necessidade de se qualificar esse debate. Na sequência, elenca as principais incumbências e responsabilidades referentes ao campo da “informação”, em âmbito federal, estadual e municipal. Também define as incumbências e responsabilidades do “monitoramento” e da “avaliação”, aos quais não serão desenvolvidos por não serem o foco principal deste trabalho. Ao que é relevante ao desenvolvimento dessa pesquisa, se destaca as responsabilidades gerais da gestão da informação do SUAS.

Constituem responsabilidades relativas à gestão da informação do SUAS no âmbito dos Municípios e do Distrito Federal: I - coletar, armazenar, processar, analisar e divulgar dados e informações municipais ou do Distrito Federal relativas ao SUAS; II - desenvolver, implantar e manter sistemas locais de informação; III - compatibilizar, em parceria com Estados e/ou União, os sistemas locais de informação com a Rede SUAS; IV - alimentar e responsabilizar-se pela fidedignidade das informações inseridas nos sistemas estaduais e nacional de informações; V - propor a padronização e os protocolos locais de registro e trânsito da informação no âmbito do SUAS; VI - disseminar o conhecimento produzido pelo órgão gestor municipal e do Distrito Federal para os usuários, trabalhadores, conselheiros e entidades de assistência social; VII - produzir informações que subsidiem o monitoramento e a avaliação da rede socioassistencial e da qualidade dos serviços e benefícios prestados aos usuários; (NOB/SUAS, 2012, p. 45).

No âmbito municipal da PAS, para se caracterizar os níveis de gestão e desenvolvimento local, estão previstas providências administrativas como também regras de fluxos informacionais entre níveis, garantindo o aprimoramento do sistema. Conta com parâmetros que definem as etapas de efetivação dessa política pelo tamanho dos municípios, pelo nível de desenvolvimento e pela implementação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) em nível local, entre outras.

Seu conteúdo estabelece: a) caráter do SUAS; b) funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira; c) níveis de gestão do SUAS; d) instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS; e) financiamento; f) regras de transição (NOB/SUAS, 2005, p. 85).

Sobre a NOB-SUAS, e a sua contribuição na sistematização da PAS enquanto um direito humano, em nível federal, Sgorlon (2022), em sua tese sobre o trabalho dos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, analisando a presença do direito à informação nessa normativa, reforça o avanço político

existente. No que tange o compartilhamento de informações já estar incorporado enquanto uma responsabilidade do Estado e das políticas sociais, cabe ainda qualificar mais os conceitos e categorias relacionadas ao direito à comunicação

As diretrizes apresentadas são essenciais para uma gestão eficiente na Política de Assistência Social, uma vez que afirma o compartilhamento da informação como responsabilidade dos entes federados, mas também de todos os atores do SUAS, considerando que são estes que conhecem a realidade dos usuários atendidos pela Política de Assistência Social, garantindo assim que o compartilhamento de informações ultrapasse o aspecto legal e obrigatório, estabelecendo-se como ferramenta de mudança de cultura, com facilidade no acesso e compreensão das informações (SGORLON, 2022, p. 2020).

Esses caminhos para a qualificação do direito à comunicação na PAS se apresenta ainda em construção, porém já demarca uma compreensão da importância do tema na viabilização de direitos via políticas sociais.

Nesse momento passaremos à análise da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), de 2011, que

[...] representa um avanço no que diz respeito à profissionalização da política de assistência social, com vistas a garantir aos usuários do Sistema Único de Assistência Social serviços públicos de qualidade. As diretrizes da NOB-RH/SUAS orientam a ação de gestores das três esferas de governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência social que, cotidianamente, lidam com os desafios para a implantação do SUAS (NOB-RH/SUAS, 2011, p. 13).

Nessa normativa, é interessante perceber os diversos avanços conceituais, éticos, políticos e normativos que se apresentam em relação à LOAS de 1993. Nesse documento, imprescindível tanto para a PAS como para a atuação da categoria profissional dos Assistentes Sociais, se refere à viabilização dos direitos socioassistenciais. Nesta etapa de regulamentação da PAS, alguns dispositivos de gestão são essenciais para se compreender os avanços tanto da gestão do SUAS, como na gestão da informação, almejando ampliar a missão da garantia dos direitos no que se refere ao acesso à informação à população usuária. Entre eles estão a Gestão do Trabalho do SUAS, que aparece como um dispositivo de melhoria de gestão dos SUAS municipais a partir da regulação da qualidade do trabalho e da educação permanente desses trabalhadores, conformando “o caráter público da prestação dos serviços socioassistenciais, fazendo-se necessária a existência de servidores públicos responsáveis por sua execução” (NOB-RH/SUAS, 2011). Outro

elemento fundamental para a garantia de funcionamento do SUAS e para a qualificação do trabalho da gestão é a Vigilância Socioassistencial que “visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos”.

Outros destaques que podem ser feitos referentes ao direito ao acesso à informação nesta normativa estão presentes no tópico Princípios e Diretrizes Nacionais Para a Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS, que almeja

garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização, garantir a educação permanente dos trabalhadores, realizar planejamento estratégico, garantir a gestão participativa com controle social, integrar e alimentar o sistema de informação (NOB-RH/SUAS, 2011, p. 18).

Já no subtópico “Defesa Intransigente dos Direitos Socioassistenciais, projeta:

A consolidação democrática do SUAS requer a superação de práticas frequentes nos órgãos públicos que tendem a supervalorizar os motivos para não divulgar informações aos usuários. Isso ocorre porque muitas vezes a transparência das informações leva ao maior controle por parte do cidadão, deixando mais evidentes as responsabilidades, ações e omissões dos agentes públicos (NOB-RH/SUAS, p. 20).

No tópico Princípios Éticos Para os Trabalhadores da Assistência Social prevê a “Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende” a “Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses”, o que denota a compreensão da qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS enquanto mais um pilar fundamental para a garantia do direito ao acesso à informação e à comunicação.

Outro trecho que merece destaque é o artigo 2º da Resolução nº 17, de 20 de julho de 2011, que ratifica a previsão das equipes de referências pela NOB-RH, ao qual trata das categorias profissionais sugeridas para essa política, que podem ser contratadas “a partir das especificidades e particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos usuários, com a finalidade de aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais”. Essa ratificação amplia as possibilidades de contratação de diferentes profissionais para atuarem no SUAS, porém ainda sem a inclusão de categorias profissionais da área da comunicação:

São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta (NOB-RH/SUAS, 2011, 138-139).

Para Figueiredo (2016), em uma pesquisa sobre a comunicação nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), nas cinco regiões brasileiras, essa é uma questão central para a PAS, reforçando que a categoria da comunicação pública tem muito a contribuir para a efetividade da PAS nos territórios, em que pese se pensar estratégias para se enfrentar a invisibilidade dessa política pública, a subalternização da própria política e os baixos investimentos em infra-estrutura, instrumentos e ferramentas necessários ao ambiente de trabalho dos profissionais do SUAS. Segundo seus achados na pesquisa, os municípios investigados

Apostam no voluntarismo como alternativa às precárias condições de trabalho, no compromisso técnico-ético-político dos profissionais, que, por sua vez, disponibilizam celulares, carros e energia sem remuneração. Não se importam que a política fique à deriva da boa vontade de terceiros, de arranjos comunitários, da polivalência dos técnicos que se disponibilizam, como, por exemplo, designers gráficos, fotógrafos, jornalistas, atores, dançarinos, relações públicas, etc (FIGUEIREDO, 2016, p. 154-155).

Feitas essas aproximações conceituais e categóricas, é possível perceber que as normativas que dão sustentação à PAS, inscritas no contexto brasileiro alcançaram avanços ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos, projetando um SUAS que visa atuar e ofertar nacionalmente a proteção social. Porém, no que se refere ao direito à comunicação, existe ainda a necessidade de avanços, tanto na compreensão de sua integralidade, como em relação a quais categorias se relacionam e imbricam com a garantia de outros direitos humanos, projetando no horizonte os desafios da democratização dos meios de comunicação, da política em sentido amplo, da educação e da efetiva consolidação dos processos de participação enquanto pilares da conformação de um campo democrático mais robusto frente aos desafios atuais. Ainda se apresentam barreiras e desafios e a necessidade de maior apreensão dessa temática complexa, pelas próprias categorias profissionais que compõem o SUAS, principalmente da comunicação enquanto ferramenta de trabalho, como também da garantia de uma atuação mais coletiva, diversa e participativa. Sgorlon (2022) enfatiza a presença da concepção utilitarista¹⁵ do uso da comunicação e da informação, ainda "vinculada a prestação

¹⁵ No pensamento utilitário, a definição da moralidade dependerá precisamente da articulação entre

de serviços, denotando que a informação se apresenta como forma de consolidar uma política de gestão da PAS [...]", em contraposição a uma compreensão mais ampla da comunicação enquanto uma categoria relacional, dialógica e formativa para a efetivação de outros direitos, tema trabalhado na primeira parte deste capítulo. Sugere-se, portanto, a necessidade de construção e constituição de uma ética e uma política comunicacional mais participativa, democrática e libertadora, nos preceitos da Educação Popular Freiriana. Tanto na garantia do uso e sistematização dos meios e tecnologias da informação nas políticas sociais, como também na revisão das linguagens utilizadas enquanto nexos e caminhos de transformação das relações, tão fundamentais quanto o seu conteúdo, para a viabilização cada vez mais ética e integral dos direitos sociais.

No seguinte capítulo será discutido o conceito de comunicação pública, buscando aproximá-lo e relacioná-lo com a conformação das políticas sociais, tendo um foco na PAS, possibilitando discutir e ampliar as categorias já trabalhadas anteriormente, de modo a qualificar seus imbricamentos, relações, desafios, limites e possibilidades no cenário proposto.

sensibilidade e racionalidade. A associação mais imediata é com o modelo hobbesiano, no qual dor e prazer são tomados como determinantes da cognição. A formulação de Bentham estabelece que: A natureza colocou a humanidade sob o governo de dois senhores soberanos, dor e prazer. [...] O pressuposto é reafirmado, em moldes similares, por James Mill: As posições que já estabelecemos no que tange à natureza humana, e que assumimos como fundamentos, são as seguintes: que as ações dos homens são governadas por suas vontades, e suas vontades por seus desejos; que seus desejos são direcionados ao prazer e ao alívio da dor como fins, e à riqueza e ao poder como os principais meios (Mill, 1978, p. 69) apud (CORREA, 2012, p. 175).

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

Neste capítulo serão trabalhados dois sub-tópicos a “Comunicação pública (CP): características na esfera pública estatal”, buscando compreender suas múltiplas expressões, relações e determinações de modo a qualificar como se apresentam na atualidade essas categorias necessárias, apontando articulações no campo das tensões ideo-políticas do Estado moderno. Já no segundo subtópico, “Comunicação Pública e Política de Assistência Social: fortalecendo a democracia”, pretende trazer alguns autores que têm enveredado por essa discussão de modo a subsidiar a perspectiva teórica desta pesquisa, possibilitando sugerir aproximações teóricas e caminhos reflexivos para a sua melhor elaboração.

3.1 Comunicação pública: características na esfera pública estatal

Para iniciar, é necessário resgatar a relevância do tema da comunicação enquanto um direito humano na conformação das políticas sociais no seio do Estado moderno, ou seja, partimos da ideia de que essa organização social atual tem o dever de estruturar e gerenciar a vida pública, os recursos coletivos e a garantia dos direitos sociais a partir de uma compreensão de integralidade, complementaridade e diálogo entre as diferentes políticas sociais.

A comunicação, como já discutida no capítulo anterior, é compreendida aqui como uma categoria relacional, dialógica, que está presente nas diversas formas de expressão e ação que permeiam a vida social. Entre essas relações, podemos citar a sua indissociabilidade no exercício da liberdade, da política, da ética, da democracia, na participação e é elemento fundante nas práticas educativas, formativas e ideológicas que os sujeitos e instituições expressam, pois carregam consigo valores que são inerentes à vida humana.

Portanto, introduzimos a conceituação da comunicação pública (CP) enquanto uma categoria transversal aos direitos humanos, a partir de Figueiredo (2022), que propõe uma perspectiva de garantia política que dialoga com a possibilidade de acesso a condições básicas de existência, como a informação, a participação, a vida comunitária etc. Para melhor apreendê-la, é necessário admirarmos a sua contraface, ou seja, as ações e práticas, ou a ausência delas, que

violam direitos ao não regular múltiplas facetas da garantias humanas. Um exemplo que pode ser citado para materializar essa concepção, é trazido pela autora

De acordo com Martins (2020), tem sido por meio das plataformas digitais que os dados pessoais dos consumidores são capturados e conectados a anunciantes. Geralmente, esse contato decorre da automatização, organizada por meio de algoritmos. Trata-se, portanto, da mercantilização da vida que se dá por processos distintos e complementares: a digitalização; a datificação da sociedade (que significa a produção e a coleta de dados sobre nós e sobre tudo); a modulação de comportamentos; e a ampliação da vigilância (MARTINS, 2020, apud FIGUEIREDO, 2022, p. 88).

Nesse contexto, em que hábitos cotidianos e modos organizacionais exercem a naturalização de práticas que violam - ou ausentam - o direito básico à comunicação, previsto na CF de 1988, denota um processo de corrosão das práticas democráticas, impelindo a reflexão sobre perspectivas teórico-políticas que deem conta da regulamentação desse cenário. É o caso da melhor compreensão da possibilidade categórica da CP que, ainda segundo Figueiredo (2020, p. 96), prevê “uma dinâmica de informações [...] que objetiva, no geral, informar, consultar, deliberar, negociar e corresponsabilizar os cidadãos em assuntos sempre de interesse geral”.

Para contextualizar sobre onde e como surge esse conceito no caso brasileiro, e a quais reivindicações e lutas este se alia, resgata-se o período de redemocratização no Brasil, a partir da Frente Nacional da Luta pela Democratização da Comunicação (FNLDC), nos anos 1980, que compreendia uma política de comunicação pública enquanto “meio e meta” para o desenvolvimento mais amplo e integral da democracia.

Sua origem teve relação com os debates críticos iniciados nos anos 1970, acerca das políticas de comunicação no período do desenvolvimentismo no Brasil, este ocorrido nas décadas de 1950 e de 1960. O início desse movimento também recebeu influências, em sua origem, da concepção de comunicação social da Igreja Católica Latino-americana, bem como de um ideal histórico da comunicação. Outra contribuição que influenciou o movimento pela democratização da comunicação no Brasil foi a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic), vinculada à Unesco, que, por sua vez, gerou o Relatório Macbride, que definiu a comunicação como um direito humano por estar vinculado à liberdade de expressão e à participação política, esta que é permeada por discussões de temas de interesse público (FIGUEIREDO, 2022, p. 92-93)

Entre alguns princípios e garantias previstos na CF de 1988 que, após mais de 30 anos ainda não foram implementadas, podemos citar o capítulo V, sobre a

Comunicação Social, que refere à "Regulação de propagandas, combate aos oligopólios, garantia de conselhos de comunicação social etc" (FIGUEIREDO, 2022, p. 93). Ao pensarmos na CP enquanto uma garantia prevista na CF, portanto, um dever do Estado, é preciso reafirmar a sua condição essencial enquanto caminho para o fortalecimento da democracia.

Para refletirmos sobre as noções de Estado na sociedade capitalista atual, a esfera pública estatal é apresentada a partir de uma perspectiva liberal, ou seja, que carrega consigo valores e a prática de atores institucionais que conformam a sociedade atual através de entes (instituições) com interesses públicos e privados. A partir das categorias de Gramsci, em Rabelo (2018), o Estado é composto pela máquina estatal, pela sociedade civil (numa compreensão ampliada que engloba as organizações sociais, instituições religiosas, escolas, igreja etc.) e o mercado capitalista. Desse modo, o Estado ampliado é composto enquanto um modo de organização social bem definido que demarca funções sociais específicas a cada um desses atores. Ainda segundo Rabelo (2018), para entender a organização social a partir do Estado, é necessário refletir sobre as suas funções

Buscando compreender o papel do Estado nas relações entre o público e o privado, vale ressaltar quatro funções desempenhadas pelo Estado contemporâneo, apresentadas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), na Teoria Marxista do Estado. Primeiro, a criação das condições materiais genéricas de produção; segundo, determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos na sociedade capitalista; terceiro, regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital; quarto, e último, segurança e expansão do capital nacional total no mercado capitalista mundial (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1992, apud RABELO, 2018, p. 761-762).

Conforme podemos ver nessa leitura, o Estado não é só responsável pela gestão das políticas públicas e sociais, mas também se apresenta como mediador e mantenedor das forças privadas, que conferem à contradição capital x trabalho, a sua manutenção nesse sistema. Portanto, para Rabelo (2018), a partir da teoria Gramsciana, o Estado se apresenta enquanto um órgão de manejo da dominação de classes, servindo a esse projeto de hegemonia, apresentando múltiplas determinações na mediação dos conflitos, elegendo a oferta, ou não, de resoluções, a partir da manipulação de consensos e dissensos, no desenredar dos discursos midiáticos e da opinião pública.

Na concepção gramsciana o Estado "[...] não é algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por ela." (SIMIONATTO, 1995, p. 64). O

Estado é um ser que tudo envolve, composto pela sociedade política e pela sociedade civil. Essa relação dialética, presente em cada formação social, constitui, portanto, o Estado ampliado de Gramsci (SIMIONATTO, 1995, apud RABELO, 2018, p. 765).

Outra distinção importante de ser feita é a diferença entre público e estatal, compreendendo que a dimensão pública do estado é indissociável à sua vertente privada no contexto capitalista, que confere uma unidade de opostos.

Sabe-se que público não é o mesmo que estatal. Público se refere à coletividade, destinado ao povo, para todos; já estatal é relativo ao Estado. E sabe-se, ainda, que nem público, nem estatal existiria sem o privado [...] (RABELO, 2018, p. 770).

Aproximando o campo da comunicação em relação às obrigatoriedades do Estado, é que os meios de comunicação de massa, em seu caráter privado, se apresentam como protagonistas na correlação de forças no cenário político. É o campo das empresas de comunicação de massa, a grande mídia, a imprensa, mas também podemos citar a indústria cultural¹⁶ como um todo, como parte integrante desta engrenagem e disparidade de recursos na lida com relação às problemáticas sociais. É dizer, no dever e na capacidade de informar do Estado, da sociedade civil e do mercado, e de se garantir o acesso à informação, estes não detêm das mesmas condições, concessões, estruturas e tecnologias no campo da comunicação para desenvolverem seus empreendimentos, a partir de suas funcionalidades. Perspectiva essa que Gramsci, a partir de Simionato (2009), vai interpretar enquanto uma distribuição estratégica de papéis sociais, cuidadosamente definidos para que as funções de cada ator cumpra a sua função e dê manutenção a esse modelo de hegemonia¹⁷ de Estado. É nesse cenário que a comunicação pública e/ou do Estado, se ausenta

¹⁶ “Com os autores da Escola de Frankfurt surge o conceito de Indústria Cultural que busca diferenciar cultura de massa (oriunda da própria massa, para eles) e uma cultura própria dos meios de comunicação, imposta por eles. Tinha inicialmente uma concepção privada, ficando o Estado como espectador, porém, mais tarde, essa participação é ampliada como admitem os teóricos de Frankfurt. Dessa forma, trata-se agora da produção em série de padrões culturais “[...] passando a exploração comercial dos chamados bens culturais a reforçar a dominação técnica, imposição do sistema, e a gerar passividade no público (COUTO, 2003, p. 35, apud RABELO, 2018, p. 767).

¹⁷ “O conceito de hegemonia se amplia em Gramsci em relação a Lênin, na medida em que não o liga apenas à sociedade política (responsável pelo monopólio legal da burocracia, da repressão e da violência, a partir de um conjunto de mecanismos), mas engloba a primazia da sociedade civil e o conceito de aparelhos de hegemonia, que, além do partido, apresenta todas as instituições da sociedade civil que mantêm relação qualquer na elaboração e difusão da cultura” (RABELO, 2018, p. 764).

[...] as relações travadas desde o início, entre Estado e meios de comunicação privados, ainda são elementos de entrave para, por exemplo, um amplo processo de redemocratização do setor de comunicação, a própria regulação do setor, a participação efetiva da sociedade nos meios de comunicação de massa como agentes ativos, e não passivos, e a quebra do grande domínio hegemônico e ideológico promovido por esse sistema privado, em detrimento do público (RABELO, 2018, p. 763).

É a partir da concentração midiática de projeção de valores, hábitos, práticas e modos de se ver o mundo e sobretudo, os processos comunicacionais, no caso brasileiro principalmente regido pelo âmbito privado, que podemos afirmar que a CP não tem sido priorizada e, muitas vezes, nem reivindicada, enquanto uma estratégia política de integração social pró-democracia. Essa leitura política remonta o contexto de tensões e disputa das políticas sociais do Estado, entre a perspectiva da garantia do direito social às classes subalternas e a investida neoliberal neoconservadora¹⁸, próprias dos interesses dos detentores dos meios de produção:

Apesar dos avanços impressionantes que a internet tem provocado no campo das comunicações, a “velha mídia” tem um poder muito grande na sociedade: o de ser a responsável pela visibilidade pública, uma vez que tem uma capacidade monopolística de construir a agenda pública dominante (FIGUEIREDO, 2022, p. 94).

Ainda para Figueiredo (2022, p. 95), existe no interior do Estado o reconhecimento de que a comunicação nas instituições públicas deve primar por “uma interlocução ativa com o receptor, não devendo, portanto, contentar-se com os princípios utilizados no mercado de produtos ou no marketing”, porém existe ainda uma forte presença de práticas aliadas ao campo da publicidade e da propaganda, cenário esse que resiste a uma compreensão mais ampla dos processos comunicacionais, já trabalhados no capítulo anterior, enquanto ação política, formativa e de garantia de participação e tomada de decisão, na construção dos processos democráticos.

Para reafirmar as potencialidades da CP enquanto possibilidade de garantia política de direitos a partir do Estado, em contraposição à perspectiva liberal, que

¹⁸ O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal (Barroco, 2015). As instituições são concebidas consolidadas num longo processo de evolução, no qual os valores — formados pelo hábito — são conservados pela tradição de forma permanente. Nesse sentido, são valores atemporais. Do neoliberalismo, conservam-se a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais (BARROCO, 2015, apud BARROCO, 2022, p. 13).

trata a comunicação e o acesso à informação enquanto uma mercadoria, se faz necessário qualificar alguns fundamentos importantes do tratamento da informação no contexto público e estatal, trazido por Duarte (2009), apud Figueiredo (2016) p. 91, que é apresentada da seguinte forma:

Quadro 1 - Tipos de informação no contexto público e estatal

Tipo	Descrição
a) institucional	Refere-se às informações que orientam sobre a estrutura, atribuições e funcionamento das instituições, além dos direitos e deveres;
b) de gestão	gestão: refere-se às informações que indicam as decisões e as ações de agentes que atuam em temas de interesse público;
c) de utilidade pública	diz respeito às informações que estão relacionadas ao dia a dia das pessoas;
d) de prestação de contas	diz respeito à apresentação e aos esclarecimentos sobre decisões políticas e sobre o uso de recursos públicos;
e) de interesse privado	são informações que dizem respeito exclusivamente ao cidadão ou às instituições privadas;
f) mercadológicos	referem-se a produtos e serviços que participam de concorrências no mercado;
g) de dados públicos	diz respeito à informação de dados produzidos pelo Estado e que dizem respeito à coletividade como as leis, as normas, os estudos e as estatísticas

Fonte: elaborado pelo próprio autor, a partir de informações coletadas em Duarte, 2009, apud Figueiredo, 2016, p. 91 (2023).

A partir dessa qualificação, pode-se dizer que a CP é uma perspectiva política que se aproxima dos preceitos democráticos, está relacionada e se apresenta “em ser de interesse geral, compreendido como aquele decorrente de negociações, de alianças e de conflitos sociais, estando o interesse coletivo acima do interesse privado ou particular”.

Portanto, a democracia no poder de comunicar é condição para o exercício

da cidadania, devendo o Estado assegurar as condições que possibilitem, conforme indicou Peruzzo (2004): o direito à liberdade de opinião; à liberdade de expressão; à liberdade de difusão; à liberdade de informação; e ao acesso e uso dos meios de comunicação e das tecnologias da informação e comunicação (PERUZZO, 2004, apud FIGUEIREDO, 2022, p. 97).

A leitura de Estado, em Gramsci, a partir de Simionato (2009), mas também de Moraes (2010) e Rabelo (2018), nos permite encarar o dilema da comunicação e suas trincheiras ideológicas enquanto um cenário de disputa pela hegemonia cultural¹⁹ e informacional, por um projeto societário, central na conformação do Estado moderno. Ao mesmo tempo que se apresenta como substância essencial para a manutenção da hegemonia do Estado em suas investidas neoliberais atuais. Porém, é também o nexos que se apresenta como veículo potencial da classe trabalhadora de transformar a realidade vigente

[...] nos Cadernos do Cárcere que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Sugere, no estudo das classes subalternas, a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com o “desenvolvimento das transformações econômicas”; sua “adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes”; as lutas travadas a fim de “influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias”; a formação de “novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos”; a caracterização das reivindicações dos grupos subalternos e “as formas que afirmam a autonomia” (GRAMSCI, 2002, apud SIMIONATO, p. 42, 2009).

É a partir da disputa no campo ideológico, em como a comunicação - compreendida também enquanto veículo de mediações - e a sociedade é apresentada na esfera pública, narrada e difundida no tecido social, que o acesso ou não aos direitos podem ser projetados e/ou garantidos. Estes, majoritariamente dominados por empresas privadas de comunicação - em consonância ao desinvestimento do Estado em políticas públicas - também representam como o direito à comunicação, em seu conjunto, vem sendo tratado e/ou invisibilizado. Na ausência de políticas públicas de comunicação, os meios de comunicação privados são “instrumentos essenciais da esfera pública para construção hegemônica e,

¹⁹ “O conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo marxista italiano Antonio Gramsci ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política” (MORAES, 2010, p. 54).

paradoxalmente, para determinação do espaço democrático” (RABELO, 2018, p. 771). Os recursos e investimentos estatais para a garantia do acesso à informação e aos bens e serviços, a transparência, a participação na construção de políticas públicas para esse setor, entre outras nuances, quando não pautados na opinião pública, não se tornam reivindicações no cenário político e nem possibilitam a conformação de outro campo semântico de disputa.

Ainda segundo a perspectiva teórica Gramsciana, a partir de Rabelo (2018), a essas instituições culturais e midiáticas, que carregam valores dominantes, e difundem interpretações da realidade, se dá o nome de aparelhos ideológicos de hegemonia. São essas que sugerem a presença ou a ausência, o ocultamento e o esvaziamento de iniciativas públicas no campo da comunicação e do potencial acesso, ou não, dos sujeitos a uma compreensão mais ampliada de seu papel social e de seus direitos

Para Gramsci, a questão da manutenção, ou conquista, da hegemonia está intimamente relacionada à utilização de instituições culturais que servem de repasse a uma ideologia dominante, como a Escola, a Igreja e os meios de comunicação, “[...] demonstrando nesse momento que a direção desses aparelhos serve à dominação, por determinar um estado de passividade moral e política.” (COUTO, 2003, p. 31). Essa relação é entendida “[...] no sentido da hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, apud RABELO, 2018, p. 766).

Essa leitura de Estado, imersa em suas correlações de forças políticas e econômicas no contexto de disputa ideológica própria da sociedade capitalista, nos apresenta uma necessidade de responder a esse cenário, o que suscita a constituição de políticas ancoradas nos valores da CP. Esta se mostra enquanto síntese e caminho para a construção de estratégias de combate à mercantilização da comunicação e da informação. Entre os caminhos necessários para invocar e incorporar os fundamentos e valores dessa perspectiva comunicacional, estão “Os cinco elementos destacados, que colaboram para elucidar a singularidade da Comunicação Pública, podem ser percebidos”

Quadro 2 - Elementos destacados sobre a Comunicação Pública

Elementos	Descrição
-----------	-----------

1- Informar	levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar
2- Ouvir as demandas	as expectativas, as interrogações e o debate público
3- Contribuir para assegurar a relação social	sentimento de pertencimento ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito
4- Acompanhar as mudanças	tanto as comportamentais quanto as de organização social

Fonte: elaborado pelo próprio autor, a partir de informações coletadas em Zémor, 2005; 2009, apud FIGUEIREDO, 2022, p. 91 (2023).

Segundo o autor, considerando a vocação e finalidade das instituições públicas, estas devem “tornar a informação disponível ao público; assegurar o diálogo; dar visibilidade aos serviços; conduzir campanhas de informação; criar as condições para o debate público que acompanha os processos decisórios, entre outros” (ZEMÓR, 2009, apud FIGUEIREDO, 2016, p. 93). A CP ainda prevê a criação de estruturas de organização da comunicação, interna e externa, a disponibilização de dados e informações para os usuários das políticas sociais, também a “recepção; escuta, diálogo; publicidade de serviços oferecidos; campanhas de informação de interesse geral; comunicação interna; valorização da política institucional” etc (FIGUEIREDO, 2022, p. 99-101). A autora reafirma ainda

[...] a possibilidade de ela ser percebida como parte do direito às políticas sociais, uma vez que são organismos de Estado e têm por objetivo a prestação de serviços diretos à população, sendo algumas delas universais, como, por exemplo, a política de Saúde, de Educação e outras para quem dela necessitar, como é o caso da Assistência Social destinada aos segmentos mais subalternizados da sociedade. Matos (2009) aponta a Comunicação Pública como um “modelo teórico-instrumental” e Sardinha (2012, p. 3) a indica como um “modelo teórico-operativo, um serviço público tão fundamental como são os serviços de saúde”. Ou seja, estes autores indicam, ao pensarmos a Comunicação Pública no âmbito do espaço público que o Estado deve assegurar as condições para que o exercício do direito ao diálogo, à informação e expressão seja incorporado ao cotidiano dos serviços prestados, ampliando a perspectiva cidadã de minorias, como mulheres, negros, povos indígenas e outros (MATOS, 2009 e SARDINHA, 2012, apud FIGUEIREDO, 2022, p. 101).

A partir do panorama apresentado, no que relaciona ao campo teórico da CP à esfera pública estatal, denota uma responsabilidade das políticas sociais e do Estado de garantir o direito à comunicação e ao acesso à informação numa

perspectiva ampla, dialógica, pública e ética. Nesse sentido, é possível constatar que existe muito ainda por se fazer para a superação desse paradigma. Porém, alguns avanços e reconexões vem sendo realizadas no que tange a comunicação pública e o seu apelo em “qualificar o cidadão para exercer seu direito de voz, de voto e de veto nas questões que dizem respeito à coletividade” (FIGUEIREDO, 2022, p. 97). Para Moraes (2010), apoiado na compreensão Gramsciana, é necessário retomar o sentido ético do Estado.

Nesse cenário de progressiva revalorização da missão ético-política do Estado, é fundamental a interferência cada vez maior das forças reivindicantes no interior da sociedade civil e junto ao poder público, com dois objetivos: a) discutir e reavaliar a centralidade da comunicação no processo de desenvolvimento sociopolítico e cultural; b) pressionar por medidas efetivas em favor da democratização da informação e da produção cultural. Significa desenvolver batalhas permanentes por uma comunicação plural e não oligopolizada, no quadro geral das lutas por outra hegemonia, fundada na justiça social e na diversidade (MORAES, 2010, p. 75).

Dada às dinâmicas e conformação do capitalismo na sociedade atual, com suas tendências de mercantilizar a vida, o conhecimento, a informação, as relações e tudo o mais que for possível, é necessário cada vez mais compreender as políticas sociais enquanto instrumento de formação cidadã e de reafirmação dos valores democráticos. A CP vem ganhando visibilidade e chega para somar no enfrentamento a esse desafio que é a emancipação humana, sem perder de vista que “o direito social decorre da luta de classe” (FIGUEIREDO, 2022, p, 104).

De mesmo modo, se mostra essencial o reconhecimento das múltiplas determinações que os meios de comunicação privados exercem, produzindo uma função de manipulação e distorção dos fatos, se utilizando de mecanismos discursivos de coerção, alienação e estigmatização de segmentos populacionais, características já tão presentes no cotidiano, que, muitas vezes, passam despercebidos nos meios comunicacionais. Leia-se aqui os meios de comunicação privados incluindo os conglomerados midiáticos presentes na internet e redes sociais que “implica a mercantilização das formas simbólicas no sentido de que os objetos produzidos pelas instituições da mídia passam por um processo de valorização econômica” (THOMPSON, 2009, p. 33).

Os meios de comunicação podem ser utilizados para essa manutenção hegemônica tanto devido a uma postura Estatal, escolhida pelo governo, quanto no exercício da manipulação por grupos privados de produção e exploração de bens culturais, como fica claro no caso brasileiro. Mas vale

chamar atenção ao fato de que as classes subalternas também buscam a inversão para a classe hegemônica, e sob essa ótica, essa disputa deve se dar, além das esferas econômicas e políticas, na esfera cultural, dando significação aos meios de comunicação pública na sociedade contemporânea. Ou seja, os meios públicos (aparelhos de hegemonia) podem ser espaços legítimos para que as classes dominadas invertam sua posição em relação à estrutura hegemônica dominante dos meios privados, a partir da difusão de valores e ideologias próprias (RABELO, 2018, p. 766).

Um último aspecto importante nesse debate é a dimensão formativa e dialógica da comunicação, que na perspectiva da CP, retoma o seu aspecto relacional permeado de linguagem e os desafios emergentes e hierárquicos presentes no campo político de garantia de direitos, o que Figueiredo (2019) vai chamar de comunicação normativa

[...] na qual se torna impensável a relação de troca entre Estado e cidadãos sem que estes últimos não compreendam as leis. Haswani (2013) aponta que, no Brasil, o caráter patrimonialista do estamento burocrático sempre privilegiou as classes dominantes desde o período colonial a cúpula do poder sempre privilegiou e apadrinhou seus pares com cargos e vantagens, sendo que muitos desses apadrinhados vinham de universidades europeias, o que propiciou a criação de mecanismos de organização e controle da sociedade de forma a demonstrar a superioridade e o poder dos governantes, considerando-se o discurso rebuscado, com palavras incompreensíveis para uma massa de analfabetos e iletrados (HASWANI, 2013, apud FIGUEIREDO, 2019, p. 04).

Este subtópico se propôs a trazer alguns subsídios teóricos sobre o conceito da CP e a sua relação com a dimensão pública do Estado moderno, ao qual esse trabalho se propõe investigar no referido recorte. Se pode perceber que a compreensão de Estado a que se confere essa pesquisa, o denota como um campo de disputa e tensões de modelos, entre público e privado, próprio do contexto do neoliberalismo contemporâneo, e de valores, que hierarquizam e mercantilizam os recursos coletivos. O fato da priorização das políticas de comunicação estarem majoritariamente investidas e delegadas ao campo privado servem a um projeto de massificação ideo-cultural dos ditames da sociabilidade capitalista, onde a comunicação e a informação é empregada enquanto mercadoria e meio de definição dos valores individualistas e caritativos, esvaziando a compreensão coletivista dos direitos humanos.

[...] a comunicação pública trabalha na perspectiva da socialização da informação como meio de construção da cidadania, bem como contribui para assegurar à relação social o afloramento do sentimento de pertencer ao coletivo e de tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito. Esta

contribuição aponta na direção de a comunicação pública se constituir por dentro das políticas sociais, como parte integrante. Trata-se de pensar a comunicação pública, conforme aponta Sardinha (2012, p.12), como um “modelo teórico-operativo, como um serviço público tão fundamental como são os serviços de saúde” (SARDINHA, 2012, apud FIGUEIREDO, 2019, p. 07).

A ausência de políticas públicas de comunicação no seio do Estado representam a conformação de uma terceirização dessa responsabilidade aos meios privados, lidos neste trabalho como mecanismos e instrumentos de hegemonia, que priorizam a informação através de um viés moralizante e autoritário, que privilegiam o acesso à informação como meras relações de consumo e reafirmação do status quo. O que prevalece são os discursos e práticas dominantes, em detrimento de discursos e posições dos interesses da classe trabalhadora.

No próximo subtópico nos aproximaremos da conceituação da comunicação pública no contexto da PAS, a qual representa a consolidação do direito à assistência social, de modo a compreendermos seus atravessamentos, desafios e potencialidades.

3.2 Comunicação Pública e Política de Assistência Social: fortalecendo a democracia

A PAS, política social que prevê a garantia do direito à assistência social, a quem dela necessitar, no bojo do Estado brasileiro, é uma política pública recente no país, se comparada às demais políticas. Como já contextualizado no capítulo anterior, é perpassada por tensões e disputas de modelo e direcionamento ético-político no contexto do capitalismo. Essas tensões e disputas, de caráter contraditório, estão principalmente relacionadas ao campo de interesses entre o público e o privado, que se chocam e se complementam a todo momento, a partir das ideologias. Quando existe a ausência desta visão crítica, prevalecem os modelos mais convencionais postos na sociabilidade dos sujeitos e instituições. No caso do Estado, enquanto aparelho público estatal, nas últimas décadas, emergem as organizações do terceiro setor, atualmente conhecidas como OSCs, mas também popularizadas como ONGs, onde prevalecem dinâmicas políticas e sociais diversas, inclusive de cunho religioso, como um movimento de re-filantropização das políticas sociais e que passam a disputar os recursos públicos de atendimento a alguns

segmentos dentro da PAS, apresentando diversas características e arranjos políticos.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas como um período de reestruturação tecnológica e organizacional capitaneado pela ofensiva burguesa, cujo acordo se estabeleceu no Consenso de Washington”, por meio do qual se pactuou pela apologia à privatização, transferindo para o mercado a tarefa de regulamentar os conflitos de interesses e de satisfazer as demandas sociais. O neoliberalismo surge como uma estratégia teórica e política de desmonte dos direitos trabalhistas e do Welfare State, passando as expressões da questão social a ser alvo de ações solidárias, além da emergência da filantropia e do terceiro setor nos anos de 1990 e de 2000 (FIGUEIREDO, 2016, p. 30).

No caso das instituições integralmente públicas que compõem o SUAS, o desafio se apresenta em superar as dinâmicas tradicionais e tecnicistas do Estado, no que tange às práticas e instâncias técnico-administrativas e burocráticas já existentes, que se inscrevem nas disputas por modelos administrativos nas transições governamentais.

Esse cenário de desafios presentes na fragmentação do Estado, em público e privado, entre OSCs e os demais segmentos da sociedade civil (classe trabalhadora e população em geral), se apresenta enquanto mais uma dimensão problemática diante do cenário de oferta e qualificação dos serviços das políticas sociais.

A garantia do direito à assistência social se apresenta nesse contexto, portanto, como um desafio atual, e a dimensão da comunicação perpassa esse campo relacional e dialógico de conflitos que evocam modelos e escolhas comunicacionais a todo o momento. Como citado anteriormente, a compreensão da dimensão da comunicação na PAS, se apresenta ainda com características convencionais, tecnicistas, utilitárias e mais focadas na garantia ao acesso à informação, não fazendo o uso de compreensões mais ampliadas do direito à comunicação. Por estar imersa no campo de disputas por hábitos e práticas culturais do tecido social, ainda se busca a incorporação dos preceitos da CP.

Embora o Sistema Único de Assistência Social - Suas seja a materialização de uma luta histórica dos movimentos sociais pela assistência social em se transformar em uma política pública, sua implantação, tendo o neoliberalismo à brasileira como o fio condutor que não cessa de reeditar o clientelismo e a subalternidade, exige daqueles que constituem as forças em presença e que lutam pelos direitos humanos e sociais muita persistência, criatividade e, contraditoriamente, abnegação, voluntarismo e messianismo. principalmente no que diz respeito à produção de

instrumentos na justa medida para a comunicação com os/as usuários/as, além de uma maior articulação entre os tipos, formas e à singularidade da Comunicação Pública (FIGUEIREDO, 2019, p. 10).

Na pesquisa em que Figueiredo (2019) realizou sobre Comunicação em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em 2014/2015, nas cinco regiões brasileiras, e entre seus parâmetros de análise contou com algumas dimensões do campo comunicacional, entre elas estão: o tipo de mensagem institucional; das informações do tipo de utilidade pública; da prestação de contas; das informações do tipo de interesse privado; das informações do tipo mercadológico; do tipo de mensagem que disponibilizam os dados públicos; do espaço de recepção; das formas de escuta e diálogo; das campanhas de informação de interesse geral; da comunicação interna, da publicidade dos serviços; e da valorização da política institucional. Nesse estudo, é possível perceber as múltiplas e complexas dimensões que são atravessadas pela comunicação nos ambientes de trabalho da PAS e os seus diversos modos de utilização. A falta e/ou inexistência de subsídios teóricos, metodológicos, técnicos e políticos para a construção de parâmetros e modelos comunicacionais, se apresentam como um desafio e um horizonte ainda a ser explorado, também enquanto estratégia política no interior das garantias efetivadas pelas políticas sociais. Para citar uma:

Em relação ao tipo de mensagem que diz respeito às informações de gestão, o que se percebe é que com o advento do Suas houve uma maior circulação interna das informações, deliberações, normativas e capacitações, por meio de materiais impressos e de tecnologias ligadas à internet. Porém, houve uma dificuldade por parte dos agentes gestores dirigentes em assegurar a comunicação enquanto uma política de gestão, não afirmando, portanto, a Assistência Social como política pública. Não houve estratégias de comunicação de massa e tampouco com a mídia comercial, acarretando, assim, em muitas incompreensões por parte do público usuário e a quase invisibilidade da área como política pública. Assim, conceitos básicos como Assistência Social, assistente social, Serviço Social, acompanhamento familiar, entre outros são sempre confundidos (FIGUEIREDO, 2019, p. 06).

Os resultados dessa pesquisa evidenciam alguns avanços da PAS no cenário brasileiro que resistem às lógicas mercadológicas, construindo relações de viabilização de direitos em territórios antes não alcançados pela máquina estatal. Porém, também evidencia, ao pensarmos o direito à comunicação, em uma certa precariedade, despreparo e amadorismo na oferta de serviços, quando as situações

cotidianas dos agentes estatais demandam lidar com casos que necessitam de respostas singulares e específicas no ato de garantir condições éticas e políticas, no que se refere ao acesso às liberdades constitucionais, à expressão, ao acesso à informação, à participação etc. Assim, a autora afirma que:

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que embora a precariedade intencionada na política de Assistência Social seja predominante, quase hegemônica, há vários focos de resistência expressos nas formas e singularidades da Comunicação Pública que em se superando seus limites possibilitam processos comunicativos com a capacidade de qualificar o entendimento sobre a política de Assistência Social e o cotidiano, estimulando o protagonismo, a cidadania e a democracia (FIGUEIREDO, 2019, p. 11).

Esse cenário nos provoca a realizar algumas reflexões sobre o papel das múltiplas dimensões da comunicação na viabilização de direitos via políticas sociais, enquanto ponto cego no debate público (opinião pública), principalmente quando estas, ainda de forma frágil e desorganizada, são materializadas pelo corpo público-estatal, tensionadas constantemente por diversos atores sociais: trabalhadores inscritos na luta de classes e seus movimentos de reivindicação, pelos usuários, pelas instituições do terceiro setor, pelo mercado, pelos meios de comunicação privados, a imprensa etc. Ao retomarmos a leitura gramsciana, em Simionato (2009), em que o Estado ampliado é compreendido a partir de três atores: 1. o aparelho público estatal, 2. a sociedade civil (numa compreensão ampliada que engloba os cidadãos, as organizações sociais não-governamentais, instituições religiosas, escolas, igreja etc) e 3. o mercado; confere uma definição de Estado que é determinado pelo mercado e pela sociedade civil. O público e o privado enquanto um modelo de sociedade, um meio articulador e de retroalimentação da dominação de classe, e do fortalecimento de sua hegemonia, onde as empresas de comunicação hegemônica tem um papel fundamental no jogo de construção de consensos e dissensos, no contexto do sistema capitalista.

Nessa linha teórica e argumentativa gramsciana, a manutenção se dá a partir dos aparelhos privados de hegemonia, onde o Estado, nesse sentido ampliado, “opera como um educador, uma vez que tem poder para direcionar a criação de um novo tipo ou nível de civilização” via políticas sociais, mas não o faz (FIGUEIREDO, 2018, p. 175). Portanto, o papel da grande mídia enquanto empresas de comunicação de massa, em contraposição ao esvaziamento de políticas de comunicação no aparelho público estatal, se colocam como questão a

ser melhor compreendida pela PAS. Afinal, é preciso que essa indagação surja de forma mais ampla, para que se evidencie que a comunicação, e o uso que se faz dela em cada um desses três atores sociais, é o que media as reivindicações e lutas da classe trabalhadora na arena democrática. Ao retomarmos essa leitura, e pela própria força da ideologia neoliberal no cotidiano, que privatiza a vida e as relações, às vezes podemos ter a impressão no senso comum²⁰ de que o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado são entes difusos que se controlam, fiscalizam e se mediam separadamente, quando, na realidade, existem forças que conjuram a cada um o seu papel, normalmente pormenorizando o público. Rabelo (2015) resgata essa discussão a partir da categoria do controle social, e dos papéis das instâncias governamentais e dos instrumentos e mecanismos de garantia de regulação do Estado, de fundamental importância para o aprofundamento da democracia e qualificação das políticas sociais.

A Constituição de 1988 garantiu o controle da sociedade sobre as ações do Estado por meio de conselhos de políticas, conferências, audiências públicas, ação popular e ação civil. Ainda que com características e funções diferentes, essas instâncias e instrumentos são estimuladas a atuar de forma articulada, num processo de fortalecimento mútuo e otimização de seus resultados. Além disso, devem buscar o envolvimento dos diversos segmentos da sociedade em seus debates e decisões. Nesse sentido, o exercício do controle social democrático tem implicado desafios para todos os grupos envolvidos. Por um lado, os movimentos e as organizações sociais precisam mobilizar suas bases, articular-se e qualificar-se para exercer plenamente tal direito. Já as organizações do Estado carecem de mudanças profundas em suas estruturas e cultura institucional para atender às demandas de ordem democrática. Por fim, os profissionais, técnicos e estudiosos envolvidos na temática são desafiados a compreender e impulsionar esse processo que visa garantir os direitos fundamentais e os princípios democráticos, balizados pelos preceitos constitucionais (BRASIL, 2004, apud RABELO, 2015, p. 238).

É nas instâncias deliberativas e de participação que a PAS confere maior avanço democrático, com direito a voz e voto, na construção coletiva dos processos decisórios, porém, ainda apresenta fragilidades estruturais quando compreendemos

²⁰ “[...] o senso comum representa um “conglomerado” de concepções fragmentárias e desagregadas, produto de concepções filosóficas pretéritas, de “condições de vida passada [...] conservadoras e irracionais” [...] como modo de pensar não “enrijecido” e “imóvel”, aberto a transformações e enriquecimentos contínuos. [...] pode ser entendido, assim, como uma filosofia, mesmo incipiente e fragmentária, pois opina sobre o mundo, formula juízos de valor, os quais, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva. Se, para Gramsci (1999, p. 325), “todos são filósofos”, isto indica que, na ação prática dos homens, “está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia.” [...] não permeia somente a visão de mundo das camadas de classe populares, mas, como um “ambiente cultural”, como “cultura política” [...] Entendido como linguagem ou como ideologia, “pode ser identificado em diferentes níveis socioculturais, perdendo o significado de simples “mentalidade popular” (SIMIONATO, 2009, p. 43).

a potencialidade da comunicação pública em uma perspectiva ético-política, na reivindicação e atuação dos sujeitos nas políticas sociais.

Dado que participar significa mais do que estar presente, é necessário ter condições basilares para que essa participação seja possível e protagonista.

Ou seja, sem a presença militante e politicamente ativa da sociedade civil, os princípios e as diretrizes da PNAS não se realizam (CAMPOS, 2006). Nesse sentido, a orientação legal exige pôr em marcha um amplo processo envolvendo organizações do Estado, com seus técnicos, profissionais; as organizações que atuam na área; os movimentos e grupos organizados, além dos usuários. Atores com interesses, culturas e linguagens distintas que têm diante de si o desafio de, a partir das informações, das demandas e ofertas do sistema e da sociedade, aprimorar a política de assistência social. Vejamos, pois, as dificuldades encontradas e as possibilidades de ativar esses fluxos de informação para gerar um amplo processo comunicacional democrático (CAMPOS, 2006, apud RABELO, 2015, p. 241).

Ainda para Rabelo (2015), a sociedade pode ser compreendida a partir de três atores sociais/institucionais: “as organizações do Estado, as instâncias formais (ou institucionalizadas) de controle social e a sociedade em geral” e para se analisar o direito à comunicação, é necessário aprofundar a noção de como se dão os fluxos informacionais entre esses atores e com quais características:

[...] para além da democratização do próprio Estado, a própria sociedade precisa democratizar-se, estimular e assumir uma cultura de participação e da ética de responsabilidade pública (TEIXEIRA, 2000). Na expressão de Campos (2006), o conselho precisa ser mobilizado e mobilizador. O que sugere que a atuação dos conselheiros deve ir além do espaço formal do próprio conselho, como prevê a PNAS [...] (TEIXEIRA, 2000 e CAMPOS, 2006 apud RABELO, 2015, p. 243-244).

Essas reflexões evidenciam a importância do fortalecimento dos ambientes de controle social, como conselhos, conferências e fóruns, previsto na PAS, enquanto articuladores, fomentadores e formadores de sujeitos partícipes na viabilização e qualificação dos direitos sociais.

Aproximando a dimensão do Serviço Social enquanto profissão protagonista da conformação da PAS, esta acumula subsídios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para a atuação dos assistentes sociais e outras categorias profissionais nesse cenário político de disputas, no que se refere a sua intervenção e acumulação crítica para a transformação da realidade, no cenário proposto. Mesmo que, nesse contexto, ainda se mostra bastante

tímido o enfrentamento ao mercado publicitário e televisivo que inflige costumeiramente direitos de crianças e adolescentes, mulheres, negros, gays, lésbicas, travestis, transexuais, pessoas obesas, pessoas idosas, entre outros segmentos” (FIGUEIREDO, 2018, p. 164).

Desta forma, é importante enfatizar alguns elementos desse debate no contexto da profissão:

O 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado no Rio de Janeiro (RJ) em 2001 é referenciado na história recente do Serviço Social como um marco do debate sobre comunicação e Serviço Social. Ao longo deste período alguns assistentes sociais e jornalistas presentes nas entidades de representação da categoria têm abordado vários temas tais como a mídia e a questão social, a utilização das tecnologias da informação, o trabalho de comunicação e mobilização social junto ao público atendido pelo Serviço Social e ainda, sobre o processo político de democratização da comunicação no país. Trata-se, sem dúvida, de reflexões exigentes, visto os desafios inerentes à interdisciplinaridade e as transformações societárias propiciadas inclusive pela velocidade tecnológica que circunda a comunicação na contemporaneidade (FIGUEIREDO, 2018, p. 163).

Também é importante citar a Política de Comunicação do Conjunto Conselho Federal do Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), que conta com quatro publicações, sendo a primeira, de 2001, e as demais atualizações de 2011, 2016, 2023 (SGORLON, 2022, p. 168), essa última publicada em maio do presente ano. Essa política vem buscando desenvolver e disseminar a importância desse tema para o Serviço Social e para o trabalho da categoria profissional de assistentes sociais, projetando qualificar a prática profissional, a partir de um viés comunicacional, enquanto estratégia de enfrentamento a esses desafios, perspectiva que contribui na viabilização dos direitos sociais, também para adensar o debate da profissão no contexto da era das tecnologias da informação. Sobre a Política de Comunicação do CFESS/CRESS:

[...] ambas se debruçaram sobre o tema da comunicação no Serviço Social como ferramenta para expansão dos direitos e buscaram avanços neste sentido, direcionando para uma cultura comunicacional que se coloca alternativa e oposta a hegemônica no país, que contemplates as variadas demandas postas na sociedade, reconhecendo a comunicação como espaço de luta e resistência, como demonstrado na Política de Comunicação (CFESS, 2011a, apud SGORLON, 2022, p. 169).

A partir do desenrolar e evolução desse debate, passado por diferentes gestões, é possível identificar um salto qualitativo na compreensão da centralidade

do tema da comunicação, em referência a essa categoria e a viabilização dos direitos sociais. O que em 2011 apresentava a perspectiva de “Atender a deliberação, assegurando os princípios históricos defendidos” que “foram debatidas e adensadas” (SGORLON, 2022, p. 169). Passa, em 2016 a

Estabelecer diretrizes, princípios e posicionamentos éticos e políticos no processo de planejamento, produção e divulgação da informação. Tudo isso inserido em um sistema de interlocução da instituição que a produz, com os meios de comunicação, com seu público de interesse e com a sociedade (SGORLON, 2022, p. 169).

É possível perceber neste histórico um ambiente necessário e frutífero para se avançar na compreensão da comunicação como um campo de ação política e estratégica, dado que “[...] a comunicação e o uso que se faz dela não são neutros” (CFESS, 2008. p. 07). Para se avançar na ampliação da democracia, na socialização da política e na garantia de direitos, no contexto de contra reformas das políticas sociais pelo neoliberalismo, é preciso enfrentar esse dilema que vem sendo ampliado pelo conjunto CFESS/CRESS. Ao falarmos no contexto social de atuação de assistentes sociais, atravessado por diversos fatores e correlação de forças, que perpetuam desigualdades, a apreensão de seu sentido de trabalho é cada vez mais desafiador.

De acordo com Netto (1993), essas modificações se dão em todos os níveis da sociedade (econômico, político, cultural) e, por consequência, no nível social, através do agravamento das expressões da “questão social”. Nesse contexto, concentra-se na Assistência Social: com a expansão intensiva da zona urbana e consequentemente das periferias; o crescimento das atividades de terceirização; a modernização familiar; a inserção das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho e segmentos (NETTO, 1993, apud CFESS, 2008. p. 07).

Portanto, é na qualificação da dimensão compreensiva da comunicação como um direito humano, vinculado às categorias políticas desenvolvidas neste estudo, que devemos apreender “a comunicação como um direito fundamental, um devir social a ser considerado sob as influências ideológicas, econômicas, políticas, culturais e sociais” (FIGUEIREDO, 2018, p. 166). Também sem perder de vista que os processos comunicacionais carecem de um caráter substancialmente dialógico, ou seja, potencialmente participativo e formativo para os sujeitos históricos, de modo a criar uma “cultura hegemônica dos trabalhadores e do fortalecimento da democracia” onde existam condições dos atores sociais, no contexto da PAS,

traduzirem e compreenderem o sentido político, e coletivo, dos direitos sociais

é no campo da contra-hegemonia que emerge o direito à comunicação. “Um direito que se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão” (LIMA, 2010, p.21). Se a comunicação entre os sujeitos sociais tem sua origem por uma necessidade ontológica, o debate acerca da comunicação como um direito humano advém da complexificação da sociedade, emergindo de lutas como: as lutas inglesas (1215-1689), norte-americanas (1776-1787) e as francesas (1789-1848), quando a questão da comunicação aparece no grupo de direitos fundamentais, tais como a liberdade religiosa, liberdade de opinião, pensamento e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e associação. No entanto, é com os críticos da industrialização e do tecnicismo da comunicação do pós-guerra que aflora a ideia de constituir o direito relacionado à comunicação com dimensões internacionais, uma vez que “[...] o fio de relações que determinam e condicionam quem pode ou não efetivamente exercer a comunicação ultrapassa a necessidade ontológica, e chega aos movimentos de dominação” (LIMA, 2010 e GOMES, 2007, apud FIGUEIREDO, 2018, p. 167).

Para a autora, a política é a essência da democracia e a comunicação que precisamos praticar deve ser libertadora e comprometida “com o aumento da consciência dos cidadãos acerca de seus direitos de cidadania, vindo a colaborar no combate ao clientelismo, ao patrimonialismo e às relações de subserviências” (BRANDÃO, 2009, apud FIGUEIREDO, 2018, p. 174). Sem a criação de condições de leitura desse jogo semântico das ideologias na arena política, uma disputa contra-hegemônica por políticas sociais se apresenta ainda bastante frágil. Um grande desafio para a consolidação dos valores democráticos, para a viabilização integral dos direitos humanos e para o enfrentamento da dominação/exploração hegemônica, combatendo a sedutora propaganda ideo-cultural capitalista.

Deste lugar, o assistente social tem acesso a dois mundos complementares que convivem em tensão, uma vez que, sendo “a questão social desigualdade é também rebeldia”, como afirmou Iamamoto (2001, p. 28). Trata-se, portanto, de uma posição muitas vezes ambígua, uma vez que reproduz, por meio de uma mesma atividade, interesses opostos. Atende, portanto, tanto os interesses do capital como as necessidades sociais impostas aos trabalhadores, sendo que só se pode fortalecer um dos lados pela mediação do seu oposto. Desta forma, o Serviço Social interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo ideo-político dos indivíduos sociais, contribuindo para produzir e reproduzir o trabalhador e sua família, bem como abrir possibilidades aos subalternos de uma releitura da realidade. Iamamoto (2001) considera ser este o produto do trabalho do assistente social, que também é mediado pelas condições e relações de trabalho, bem como pela dimensão ético-política (IAMAMOTO, 2001, apud FIGUEIREDO, 2019, p. 05).

Jaramillo Lopes (2004, p. 12, apud RABELO, 2015, p. 247) sintetiza uma reflexão essencial para o Serviço Social no contexto da PAS, inscrita na arena de

disputa de ideias pela hegemonia, e sentidos, do Estado Democrático de Direito:

[...] a comunicação é mais forte que a ação porque o que as organizações decidem, planejam e realizam só adquire sentido, significado e valor quando o comunicam. Se não comunicam suas propostas, elas não existem nem no ambiente interno nem no externo.

Portanto, compreendendo as múltiplas facetas e dimensões do campo comunicacional e a sua importância na efetivação das políticas sociais na arena político-midiática, se apresenta latente a necessidade de priorização dessa pauta, visando o fortalecimento de suas ações, numa perspectiva pública, enquanto um direito humano inalienável.

Esse capítulo se propôs a aproximar o conceito da CP enquanto profícua, imprescindível e útil às políticas sociais, mais especificamente à PAS. Enfatiza-se a sua fundamental relação na leitura gramsciana do Estado moderno contemporâneo, a partir da disputa pela hegemonia ideocultural na luta de classes no capitalismo e a possível e necessária contribuição da PAS e de outras políticas sociais na qualificação dessa temática. Se propôs também a resgatar o conceito de comunicação e direitos humanos, quanto ao seu sentido primário de tornar comum, possibilitando a definição da CP como uma “metodologia de trabalho interdisciplinar, transversal à política social, a fim de oportunizar a ampliação e a potencialização de uma verdadeira política de cidadania” (FIGUEIREDO, 2018, p. 174). Por último, se refletiu sobre a relação entre a PAS e os caminhos para o avanço da democracia em tempos da doutrina neoliberal, que confrontam, a todo o momento, o Estado Democrático de Direito. Um processo histórico que almeja a qualificação do uso que se faz da comunicação nas políticas sociais, reivindicando processos regulatórios mais eficazes no aparato público estatal e que garantam a participação, a democratização da política, dos meios de produção de informação e da integralidade dos direitos humanos, qualificando, assim, a promoção ao direito à comunicação de forma mais ampla.

No quarto capítulo adentraremos no objeto de pesquisa deste trabalho que é a análise de conteúdo das matérias jornalísticas sobre a PAS do Programa de Televisão Meio-Dia Paraná do Canal RPC, veiculado na região de Foz do Iguaçu, entre os anos de 2012 e 2022.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO LINGUÍSTICA DO CONTEÚDO E DO DISCURSO DA RPC: UMA ANÁLISE DOS SENTIDOS

Neste capítulo, retomaremos alguns conceitos e categorias já trabalhadas nos capítulos anteriores e incluiremos outras, de modo a subsidiar a AC e a AD, respectivamente. No primeiro tópico será retomado e apresentado o “percurso metodológico, unidades e categorias analíticas”, como também, brevemente, o seu contexto histórico. Já no segundo tópico “desvendando o conteúdo veiculado sobre a PAS no canal RPC”, será apresentada a análise realizada dos conteúdos e dos discursos selecionados, como também, os resultados encontrados.

4.1 Percurso metodológico, unidades e categorias analíticas e o contexto histórico do discurso a ser analisado.

Este tópico apresentará o percurso metodológico, as unidades analíticas a serem utilizadas, como também os parâmetros e fundamentação teórica do que será desenvolvido no seguinte.

Retomando o problema da pesquisa, que se definiu a partir da constatação da ausência de uma política pública de comunicação que fornecesse subsídios à PAS em Foz do Iguaçu, na perspectiva da visibilização e do acesso à informação no que tange as múltiplas determinações do direito à comunicação, se propôs buscar materiais para a análise em um referencial oposto. Ou seja, tendo em vista a ausência de materiais comunicacionais que falassem da PAS em meios de comunicação próprios, ao fazer uma pesquisa aberta, encontramos um acervo de reportagens em um veículo privado, a RPC. Esses materiais, que contém matérias jornalísticas sobre temas sociais relacionados à PAS, foram veiculados no Programa Meio Dia Paraná da RPC, programa que tem grande audiência na cidade, propiciando visibilidade e relevância aos assuntos e contribuindo na conformação da opinião pública. Este material foi encontrado na Plataforma web Globo Play, quando pesquisado na busca do site a palavra-chave “Assistência Social” e “Foz do Iguaçu”. Como resultados dessa busca, foram encontradas 78 matérias. Dessas, foram selecionadas 31, levando em consideração o recorte, que se optou por fazer ao

trabalhar com reportagens que se relacionassem diretamente com a PAS do município e que foram veiculadas nos últimos dez anos, de 2012 a 2022. O Programa Meio Dia Paraná, que exibe programação diária das 12h às 14h, é afiliada local da Rede Globo de Televisão e em algumas situações, essas reportagens foram retransmitidas pela emissora da capital, tendo projeção estadual, no Bom Dia Paraná, jornal que é transmitido às 7h da manhã²¹.

A questão da pesquisa partiu do pressuposto de que a compreensão sobre o direito à comunicação, em suas múltiplas dimensões de garantia de direitos, não estão presentes nos ambientes institucionais das políticas públicas locais e nem nos conteúdos e discursos midiáticos que produziram conteúdos relacionados à PAS. Tal noção de comunicação não é compreendida como um direito, mas sim como uma área, um setor administrativo da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, e como uma técnica que atende a todas as Secretarias, inclusive a PAS. Por isso, optou-se por realizar a AC e a AD sobre as matérias jornalísticas, entendendo que essas têm uma repercussão e um alcance maior no que se refere ao seu poder e audiência de pautar temas de relevância regional e até estadual, como também de se pensar coletivamente soluções no cenário social. O objetivo principal foi o de gerar um contraste analítico, buscando compreender melhor as principais dinâmicas, características, recortes, interpretações e intencionalidades políticas presentes na produção desses conteúdos e discursos. Questões essas que têm relação direta com as ações do poder público local, no que se refere a cobertura e enunciação comunicacional sobre temas que abordam as políticas públicas e que são lidos como problemas do município. Também buscou-se compreender qual a relação dessas produções com o que permanece ausente nesse debate. Por esse motivo, se projetou buscar condições de acessar e analisar as representações sociais existentes nesses materiais, seus princípios, preceitos e valores, de modo a servir como um parâmetro, um referencial comparativo ao que está previsto pelos marcos legais sobre o direito à comunicação e as reais práticas e conteúdos que são veiculados por essas instituições.

A hipótese da presente pesquisa é a de que, para lidar com as problemáticas que emergem na opinião pública no município - reivindicações, queixas e denúncias relacionadas a PAS - são escolhidos, principalmente, os canais privados de comunicação para se alcançar resolubilidade. Estes canais, detém

²¹ No jornal noturno da rede de televisão analisada, não constou nenhuma reportagem no recorte selecionado.

concessões públicas e, portanto, poder e alcance midiático para reverberar conteúdos referentes a esse contexto específico. A hipótese central da pesquisa é de que os meios de comunicação elegidos para tal tarefa, no caso analisado aqui, a RPC, contribui na produção de um modelo de produção de informação hegemônico, que defende interesses difusos e reproduz uma representação social da realidade ligada ao senso comum, rasa e caricata. Também de que certos temas das problemáticas sociais só se tornam visíveis e se espraiam para a opinião pública, quando esses veículos o permitem inserir em sua grade de programação.

Adentrando nas unidades de análise que serão utilizadas neste trabalho, serão 1. AC por tempo de fala das reportagens, que constata a divisão por tempo de fala aos diferentes atores sociais, na totalidade do conteúdo produzido pela emissora; 2. a AC que levanta as principais categorias, termos, palavras e conceitos, presentes e ausentes, e que conformará um campo semântico produzido pelas reportagens sobre os temas abordados a partir da contagem das palavras-chaves; e 3. a AD que será realizada a partir dos dois principais temas presentes nas 31 reportagens que se relacionam com o tema da PAS e suas problemáticas, que são: a. a exploração do trabalho infantil em Foz do Iguaçu e a presença do hábito de dar esmolas (12 reportagens); e b. a questão da fome, no contexto pandêmico (07 reportagens). Portanto, para a análise das 31 reportagens da RPC, que se relacionam com a PAS, abordaremos as três unidades elegidas de forma complementar, sendo a primeira e a segunda utilizando a metodologia da AC, em seu conteúdo total, e a terceira, a AD apenas nos temas mais abordados nos últimos dez anos. Para melhor compreender suas diferenças e complementaridade, trazemos Caregnato (2006), onde esta explica

A maior diferença entre as duas formas de análises é que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo; já a AC trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade lingüística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Enquanto a AD busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso, a AC fixa-se apenas no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste. A AD preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso; já a AC espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem. Na AD, a linguagem não é transparente, mas opaca, por isso, o analista de discurso se põe diante da opacidade da linguagem (CAREGNATO, 2006, p. 685-686).

Desse modo, a primeira unidade de análise se dará com a AC, através do tempo de fala das reportagens se refere a contagem do tempo de fala cedido aos diferentes atores sociais que são compelidos a enunciar sobre os diferentes temas. Essa contagem foi realizada em segundos e dividida pelas categorias analíticas dos atores sociais, já trabalhadas nos capítulos anteriores, as quais serão contabilizadas da seguinte forma: 1. O tempo de fala utilizado pela empresa midiática RPC, que inclui as falas do âncora (apresentador) do jornal, da voz *off* (voz over)²² de reportagem e dos repórteres da instituição; 2. O tempo de fala cedido ao Poder Público local, que inclui os representantes de todas as instituições ligadas diretamente ao aparato administrativo estatal; 3. O tempo de fala cedido à sociedade civil organizada (ONGs, OSCs e autoridades privadas, também compreendidas no meio Jornalístico como profissionais especialistas nos temas abordados); e 4. O tempo de fala cedido aos atores da sociedade civil em geral, que inclui usuários da PAS, moradores, trabalhadores e população em geral.

Sobre a segunda unidade de análise, também AC, se refere à contabilização dos conceitos e categorias (palavras-chaves, termos, nomenclaturas, categorias etc, mais utilizados na reportagem, de modo a nos permitir visualizar qual é o campo semântico recorrente pelos produtores da informação, para explicar e materializar as problemáticas. Do mesmo modo, identificar quais categorias estão ausentes - ou são pouco utilizadas - ao produzir materialidade sobre assuntos abordados, nos permitindo verificar se existem relações diretas com os temas e com a perspectiva dos direitos sociais. Sobre a AC, nos apoiamos em Guimarães (2022a, p. 83), que compreende essa técnica buscando “à apreensão de uma realidade visível, mas também uma realidade invisível, que pode se manifestar apenas nas “entrelinhas” do texto, com vários significados” . Além disso, para esta obra, a análise de conteúdo é:

[...] uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 17) (GUIMARÃES, 2022a, p. 84).

²² Voz off: termo se refere à narração ou fala dessincronizada da imagem, uma narração feita em estúdio e adicionada posteriormente ao vídeo, ou um áudio de um depoimento que recebe imagens de cobertura durante a montagem. O termo é mais usado na produção jornalística. [...] Voz over: Têm a mesma função da voz off. O termo é mais utilizado na produção cinematográfica. Neste trabalho, apenas no capítulo de análise dos programas, o termo foi utilizado para classificar a narração (UMBELINO, 2013, p. 74).

Já sobre a terceira unidade de análise, a AD das reportagens, a realização de tal tarefa, de interpretar o discurso, se dará a partir do contexto em que estão inseridas. Guimarães (2022b) se utiliza da tradição francesa da análise do discurso, ao qual se apoiará esse trabalho.

Para a realização deste estudo, nos ancoramos, sobretudo, em fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa, em fundamentos filosóficos de Hanna Arendt (2012) em torno de uma concepção de política, bem como em fundamentos sociológicos de Pierre Bourdieu (2000) acerca da questão da violência simbólica e da condição de invisibilidade das formas de controle dos sentidos na linguagem. Nosso objetivo consiste em questionar determinadas condições em que são produzidas as práticas discursivas da imprensa televisiva (ARENDR, 2012 e BOURDIEU, 2000, apud GUIMARÃES, 2022b, p. 79).

Em outro trecho, denota elementos essenciais dessa unidade de análise na perspectiva da AD, que se almejará:

Refletir sobre as relações de poder e correlações de força no interior dos aparelhos ideológicos, sobretudo aqueles que estão a serviço da formação de opinião, como os aparelhos de imprensa e midiáticos, implica, necessariamente, termos de convocar algumas questões centrais que estão implicadas neste trabalho: os domínios do discurso, entremeados a questões de leitura e interpretação, e os domínios das formas de circulação/recepção das matérias que se tornam objeto de comentários da imprensa/mídia [...] E, sobretudo, configurar as formas através das quais os “jogos de poder” coincidem com as práticas discursivas. (GUIMARÃES, 2022b, p. 79-80).

A análise do discurso, portanto, nessa obra, a partir da linha francesa de Pêcheux (1990), entre outros autores, nos permite compreender a enunciação e a discursividade enquanto uma prática comunicacional carregada de sentidos e posicionamentos políticos, através da linguagem, da gramática, da escolha de palavras e do contexto em que está inserida. Nessa concepção, os discursos que carregam sentidos, são também ideológicos, portanto, representações sociais da realidade que enunciam se posicionando sobre a interpretação de um fato. Leva em consideração não somente o texto, mas o modo como se apresenta e em que contexto se comunica a mensagem que se quer passar. Toda comunicação carrega consigo uma intencionalidade. O discurso, é, portanto, “[...] pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas

que derivam da estrutura de uma ideologia política [...]” (PÊCHEUX, 1990, apud GUIMARÃES, 2022b, p. 81).

Ao pensarmos nisso, algumas perguntas são levantadas pelo autor para subsidiar a AD, quando estas se tratam de matérias jornalísticas

qual imaginário é construído em torno do outro, ao qual é atribuída a ação de politizar determinado tema? O que se pode entender por política? Que tipos de relação pode-se estabelecer entre discurso e política? (GUIMARÃES, 2022b, p. 82)

Nesse ponto, pretende-se evidenciar dinâmicas relacionais entre enunciador-mensagem-receptor, é dizer, que tipo de política comunicacional estamos nos referindo nesse contexto e o que esta produz enquanto relação social? E o que estas mesmas relações ocultam? Nesse sentido, ao retomarmos o objeto desse trabalho, que é o direito à comunicação e a sua relação com a PAS, buscamos compreender quais mecanismos discursivos modelam e fomentam a compreensão sobre essa política.

4.2 Desvendando o conteúdo veiculado sobre a Política de Assistência Social no canal RPC

Neste tópico, apresentaremos os resultados encontrados nesta pesquisa, a partir das três unidades de análise a partir da AC e a AD, das 31 reportagens veiculadas no Programa Televisivo, Meio Dia Paraná da RPC, que trataram de temas relacionados à PAS, nos últimos dez anos, de 2012 a 2022. Para isso, separamos esse tópico em duas seções: a primeira desenvolve as duas unidades de análise (AC) e a segunda seção desenvolve a unidade de análise (AD). A Rede Paranaense de Comunicação (RPC), a qual analisaremos as reportagens, portanto, nasce enquanto um empreendimento de comunicação no ano de 1919. iniciando seus trabalhos com o Jornal Gazeta do Povo, no Estado do Paraná, e em 1976, ainda como “Canal 12”, passa a “ser afiliado à Rede Globo, passando a retransmitir a programação total da emissora” (GRPCOM, 2017).²³

²³ “A história do Grupo Paranaense de Comunicação, GRPCOM, tem raízes no início do século XX e ao longo de 1999 anos foi escrita e construída por muitas mãos. Os primeiros veículos do grupo foram o jornal Gazeta do Povo e a RPC, antigo Canal 12. Ambos foram adquiridos pelos empresários Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, na década de 1960. (GRPCOM, 2017, s/p.)

4.2.1 A Análise de Conteúdo (AC) das reportagens da RPC (primeira e segunda unidade de análise)

Apresentaremos os dados da primeira unidade de análise (AC), que contou com a contabilização por tempo de fala (em segundos) dos atores institucionais que aparecem nas referidas reportagens, organizada a partir de quatro categorias: 1. O tempo de fala da empresa midiática RPC; 2. O tempo de fala cedido ao Poder Público local; 3. O tempo de fala cedido à sociedade civil organizada (ONGs, OSCs etc); e 4. O tempo de fala cedido aos atores da sociedade civil em geral, usuários da PAS etc, que foram entrevistados a partir dos contextos de reportagem.

O tempo total das 31 reportagens somadas, e que são o material/conteúdo selecionado para a análise dessa pesquisa, são de 3 horas, 28 minutos e 10 segundos. Deste tempo total, a partir das categorias de análise, foram contabilizadas, em tempo de fala dedicado a cada um dos atores, sendo encontrado o seguinte cenário: 67,7% do tempo dedicado à falas da empresa midiática RPC, que inclui as falas do âncora (apresentador) do jornal, da voz *off* de reportagem e dos repórteres da instituição; 10,5% do tempo dedicado à falas cedidas ao Poder Público local, que inclui os representantes de todas as instituições ligadas diretamente ao aparato administrativo estatal local; 7,5% do tempo dedicado à falas cedidas à sociedade civil organizada (ONGs, OSCs, autoridades privadas etc); e 14,3% do tempo dedicado às falas cedidas à sociedade civil em geral, que inclui usuários da PAS etc.

A partir da análise do tempo de fala do material selecionado neste trabalho, foi possível perceber que os resultados obtidos dialogam com as categorias gramscianas já trabalhadas anteriormente, nos permitindo elucidar ao menos um aspecto da dinâmica narrativa que se constrói e se consolida na produção e reprodução desse tipo de conteúdo. Esta leitura é realizada a partir da compreensão da categorização e divisão dos papéis sociais na composição narrativa das problemáticas, reforçando a sua correlação de forças na produção das informações sobre a PAS. Prioriza-se, portanto, a construção de um campo semântico a partir dos “protagonistas” entrevistados e que são interpretados, a todo o momento, pelos profissionais da emissora. A distribuição desproporcional do tempo de fala denota um desequilíbrio na produção da informação e dos conceitos e categorias que se projeta através da fala. Desta forma, buscaremos explicitar e interpretar essas

características mais adiante, a partir das demais unidades de análise.

Na segunda unidade de análise, que se propôs a AC, a partir da contabilização da presença e/ou ausência das principais palavras-chaves, conceitos e categorias utilizadas nas reportagens, se buscou identificar as palavras-chave, termos e conceitos mais utilizados, como também foram elencados, a partir da pesquisa bibliográfica, quais seriam as categorias, conceitos, termos e palavras essenciais na pesquisa bibliográfica deste trabalho, ausentes neste conteúdo. A AC, portanto, se coloca como um método que nos ajuda a contabilizar e visualizar o campo semântico das reportagens.

Qualquer material poderá ser submetido à análise de conteúdo, mas é importante que ele tenha como resultado a forma de um texto. Por exemplo, se o material é um filme ou outdoor, haverá sempre a necessidade de uma descrição do mesmo, o que resulta num texto. Portanto, não é o instrumento que define a escolha do tipo de análise de dados, mas a relação com o problema e os objetivos da pesquisa. Neste sentido, em qualquer material, seja verbal, escrito ou iconográfico, poderá ser utilizada a Análise de Conteúdo (GUIMARÃES, 2022b, p. 33-34).

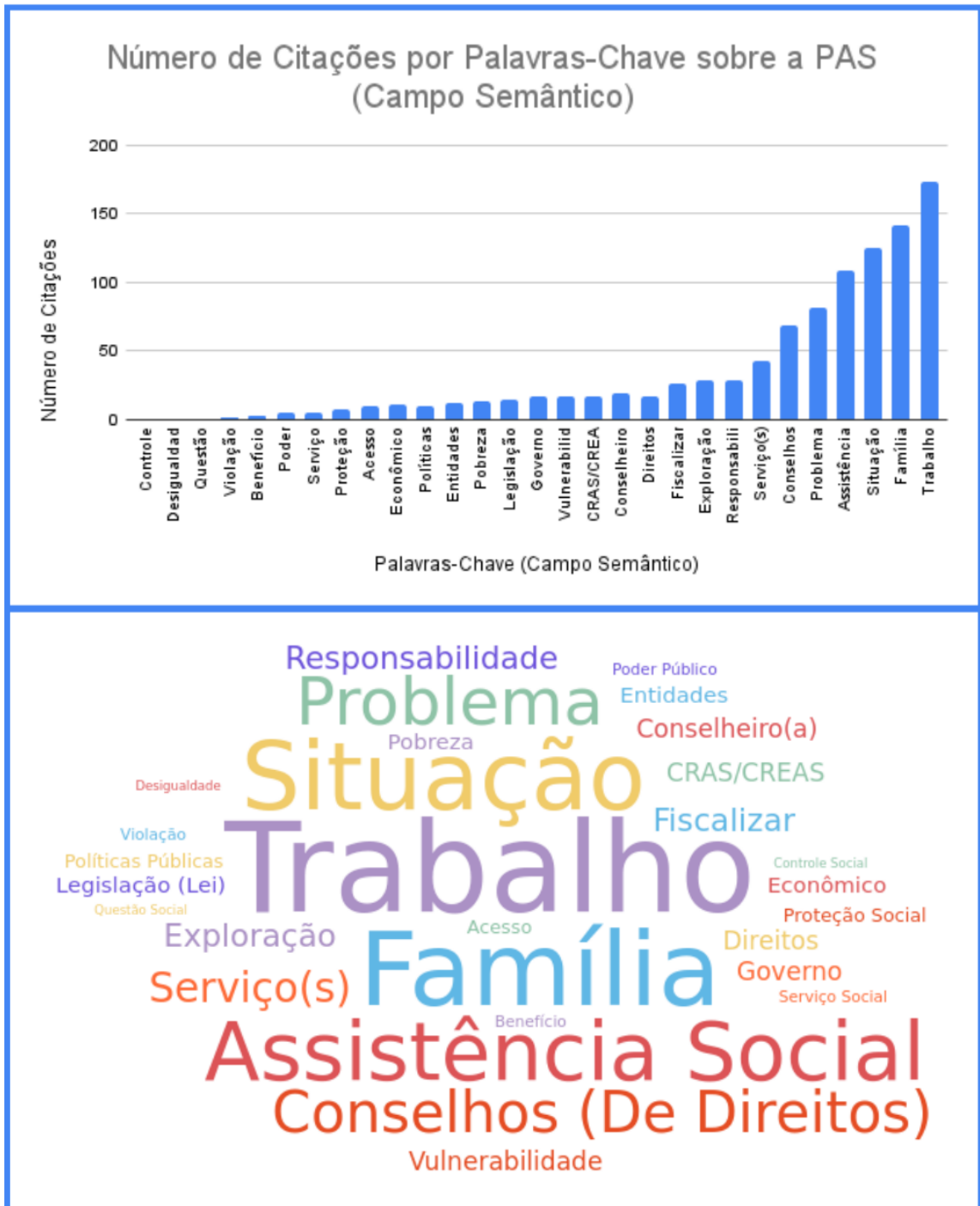
Feito o levantamento quantitativo das palavras-chave mais utilizadas nas reportagens, como também as menos utilizadas e ausentes, que tem relação com os objetivos da pesquisa, buscou-se ampliar a interpretação desses dados, no que tange o seu relacionamento com o campo do direito à comunicação e à PAS, ao se configurarem um meio de comunicar aos telespectadores do veículo, sentidos das temáticas apresentadas. A AC, portanto, foi aplicada a partir da transcrição de texto das 31 reportagens em cima de um único documento, que resultou em 130 páginas. Realizou-se a contabilização e tabulação dos termos e palavras-chaves, das ausentes (esquerda) para as mais utilizadas (direita), que serão apresentadas a seguir. Após isso, foram produzidos infográficos em dois formatos, permitindo a melhor visualização dos resultados da análise desse campo semântico, o primeiro em formato tradicional e o segundo pelo recurso de nuvem, para facilitar a visualização.

Outro aspecto importante a ser explicado aqui, é sobre a pesquisa por palavras-chave utilizada, que neste conteúdo foi operacionalizada a partir de um buscador por palavra-chave simples (Ctrl F), não sendo utilizada uma ferramenta mais complexa de busca, que possibilitaria outras aplicações e construção de sintaxes de análise do material. Dessa forma, é importante apontar que, no caso de buscar por palavras soltas, por palavras compostas ou por termos mais complexos,

como por exemplo “questão social”, aparecerá o resultado exato de vezes que esse termo foi utilizado. Outro aspecto necessário de evidenciar nessa modalidade de busca por palavras-chaves, é o fato de que algumas palavras têm uma construção semântica particular, e que quando verbo, pode ser encontrada em outras conformações, às quais foram consideradas.

Quatro gráficos foram gerados a partir desses dados, que são apresentados em conjunto, em dois formatos cada. Desses quatro infográficos, dois deles são apresentados na sequência, retirados da totalidade do material analisado, sendo o: 1. a análise a partir das categorias que têm relação com a PAS; e 2. a análise a partir das categorias analíticas utilizadas nesta pesquisa. Os demais infográficos produzidos foram realizados a partir da transcrição das reportagens contabilizadas separadamente por temática, completando os resultados dessa unidade: 3. a exploração do trabalho infantil; e 4. a questão da fome no contexto pandêmico. Estes últimos dois serão apresentados na próxima seção, se unindo à AD que é a terceira unidade de análise. Abaixo, os dois primeiros infográficos.

Figura 01 - Infográfico nº de Palavras-Chave em Relação com a PAS.



Fonte: Próprio autor, a partir da análise de conteúdo realizada (2023).

Figura 02 - Infográfico nº de Palavras-Chave com Relação às Categorias Analíticas



Fonte: Próprio autor, a partir da análise de conteúdo realizada (2023).

Nas categorias relacionadas à PAS podemos evidenciar que o campo

semântico se configura a partir das palavras mais utilizadas: trabalho, família, situação, assistência social, problema, conselhos de direitos, serviço, social etc, conforme o gráfico. Já nas ausentes ou menos utilizadas, encontramos: desigualdade, controle social e questão social, violação, benefício, poder público, políticas públicas, pobreza, legislação, direitos, fiscalizar, e assim por diante. Esses dados demonstram uma apropriação frágil da emissora para fazer uso das categorias referentes à PAS, quando as faz, são usos pontuais, sem adentrar na contextualização desta enquanto um direito à assistência social, benefícios, controle social, participação etc. Denota certa seletividade em desenvolver essa perspectiva semântica para oportunizar a construção das informações sobre os temas sociais abordados.

Já nas categorias analíticas utilizadas nessa pesquisa, o quadro é ainda mais preocupante, em se tratando da compreensão do direito à comunicação na veiculação de informações de interesse público etc. Entre as mais citadas estão: social, informação, história, participação, crise, política, conhecimento etc. Já nas menos citadas ou ausentes, encontramos: capitalismo, contexto, ética, gênero, raça, ideologia, neoliberalismo comunicação, democracia, cultura, discriminação, educação, justiça, representação, liberdade, classe, preconceito, e assim por diante. Esses dados, surpreendem ao pensarmos a abordagem que se dá às problemáticas sociais no veículo de comunicação que, sem essas categorias ou sem uma utilização mais apropriada na construção dos discursos midiáticos, podem promover a produção de estereótipos, estigmas e um esvaziamento de seu campo semântico para explicar e se fazer comunicar sobre os fenômenos abordados, distantes de seus contextos. Permitem, assim, a consolidação de imagens e sentidos distorcidos, ideias estáticas, na conformação de vitrines sobre os temas, esterilizando as contradições existentes entre as interpretações das forças políticas. Utilizam as categorias e informações como objetos e imaginários sociais que se distanciam de uma materialidade histórica, no jogo político da opinião pública, sempre orbitando mais próximas de um senso comum.

Agora passaremos para a próxima sessão, à terceira unidade de análise, a partir da análise do discurso nos principais temas abordados.

4.2.2 A Análise do Discurso (AD) das reportagens da RPC

A terceira unidade de análise sistematizou o material selecionado por temas, sendo possível encontrar o seguinte cenário nas 31 reportagens, sobre a PAS: 12 reportagens sobre a temática da exploração do trabalho infantil (duas em 2013, duas em 2015, uma em 2016, duas em 2018, duas em 2019, duas em 2021 e uma em 2022), que equivale a 38,7% do conteúdo veiculado; 07 reportagens sobre a temática da fome na pandemia (todas veiculadas no mês de abril de 2021), que equivale a 22,6% do conteúdo. Entre os demais temas tratados, estão: 05 reportagens de informações diversas sobre a PAS, 16,1%; 04 reportagens sobre a população em situação de rua, 12,9%; 01 reportagem sobre voluntariado; 01 sobre serviços de atendimento à exploração sexual; e 01 sobre habitação, que equivale a 3,2% cada.

A divisão por temas nesta unidade, nos permite constatar e refletir sobre a utilização que faz a RPC na utilização de seus recursos técnicos e discursivos para produzir informação à população sobre assuntos relacionados à PAS e aos direitos no município de Foz do Iguaçu. Desse modo, foi possível ter uma noção de quais temas e informações, nos últimos dez anos, foram escolhidos para ocupar o espaço televisivo na emissora. Também nos dá uma ideia de suas prioridades no que se refere às pautas que vão ao ar sobre as problemáticas sociais. Pretende-se, portanto, compreender qual a sua linha editorial, suas principais determinações e escolhas políticas, intencionalidades e direcionamento argumentativo no que tange a materialização do que veicula sobre esses temas mais abordados. Os aspectos analíticos desta pesquisa consideram as visões de mundo, as formações semânticas de seus discursos, buscando identificar aspectos valorativos e ideológicos, que dialogam ou não, com os preceitos da PAS e com a produção teórico-científica do serviço social. Trateremos, portanto, da AD presentes nos dois temas mais recorrentes nos últimos dez anos: a exploração do trabalho infantil e a fome no contexto pandêmico.

4.2.2.1 A RPC, a abordagem sobre a exploração do trabalho infantil e a centralidade da esmolagem

As 12 reportagens sobre a exploração do trabalho infantil em Foz do Iguaçu produzidas e veiculadas pela RPC, recorrentemente abordada em relação à prática

da esmola no contexto de cidade fronteiriça, ao longo dos anos, se apresenta como uma constante. Essa problemática social apresenta uma marca específica, pelo fato de as crianças exploradas serem majoritariamente advindas do Paraguai e, por esse motivo, trazerem uma complexidade ainda maior. A proposta da unidade de análise (AD), iniciará fazendo algumas considerações sobre o tema e a sua relação com o serviço social e à PAS, trazendo para o debate os aspectos mais relevantes encontrados, excessos, presenças e ausências, como também o seu direcionamento discursivo, em referência às categorias utilizadas neste trabalho. Faremos ainda uma breve apresentação dos infográficos produzidos, elencando os principais atores presentes na construção das narrativas desse tema e das mensagens - mais recorrentes - nas reportagens.

O tema da exploração do trabalho infantil na fronteira é a pauta que mais se repetiu nas reportagens da RPC nos últimos dez anos. Essa constatação aponta para a relevância do tema para o município e se mostra como um desafio complexo para as políticas públicas locais, sobretudo para a PAS.

Para a PNAS (2004), o tema da exploração do trabalho infantil está previsto no atendimento da proteção social especial, que lida com temas de alta-complexidade, a partir de uma política intersetorial

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2014, p. 37).

Para o Serviço Social, um tema que é compreendido atrelado à exploração da força de trabalho no sistema capitalista e que, historicamente, relaciona a exploração do trabalho infantil, enquanto mais uma face de suas dinâmicas, que se expressa no contexto de sobrevivência dos trabalhadores assalariados e/ou desempregados, inscrita na luta de classes.

O desemprego, subemprego, a precarização do trabalho, a retração do Estado na sua função social, colocam para os assistentes sociais as atuais demandas que, “por meio de muitas mediações chegam ao profissional” (Guerra, 2007). O trabalho infantil é um fenômeno antigo e que persiste até hoje, contudo reproduzindo-se e manifestando-se sob as “novas” formas de exploração da força de trabalho, relacionadas às transformações no mundo

do trabalho na contemporaneidade. (GUERRA, 2007, apud FRONZA, 2013, p. 04).

Conexões essas, de múltiplas determinações sociais, que não são abordadas pelas reportagens e que, mesmo citando algumas legislações vigentes, e legitimando responsabilidade aos atores da PAS em âmbito local, ainda carrega consigo uma herança do incômodo por esse problema estar visível nas ruas, em uma cidade de grande porte, como é Foz do Iguaçu.

“No Brasil, há 3,5 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 a 17 anos, sendo submetidas e exploradas/as no trabalho [...] 81 mil são crianças na faixa etária entre 5 e 9 anos, 473 mil entre 10 e 13 anos e cerca de 3 milhões entre 14 e 17 anos” (PNAD, 2012, apud MACIEL, 2019).

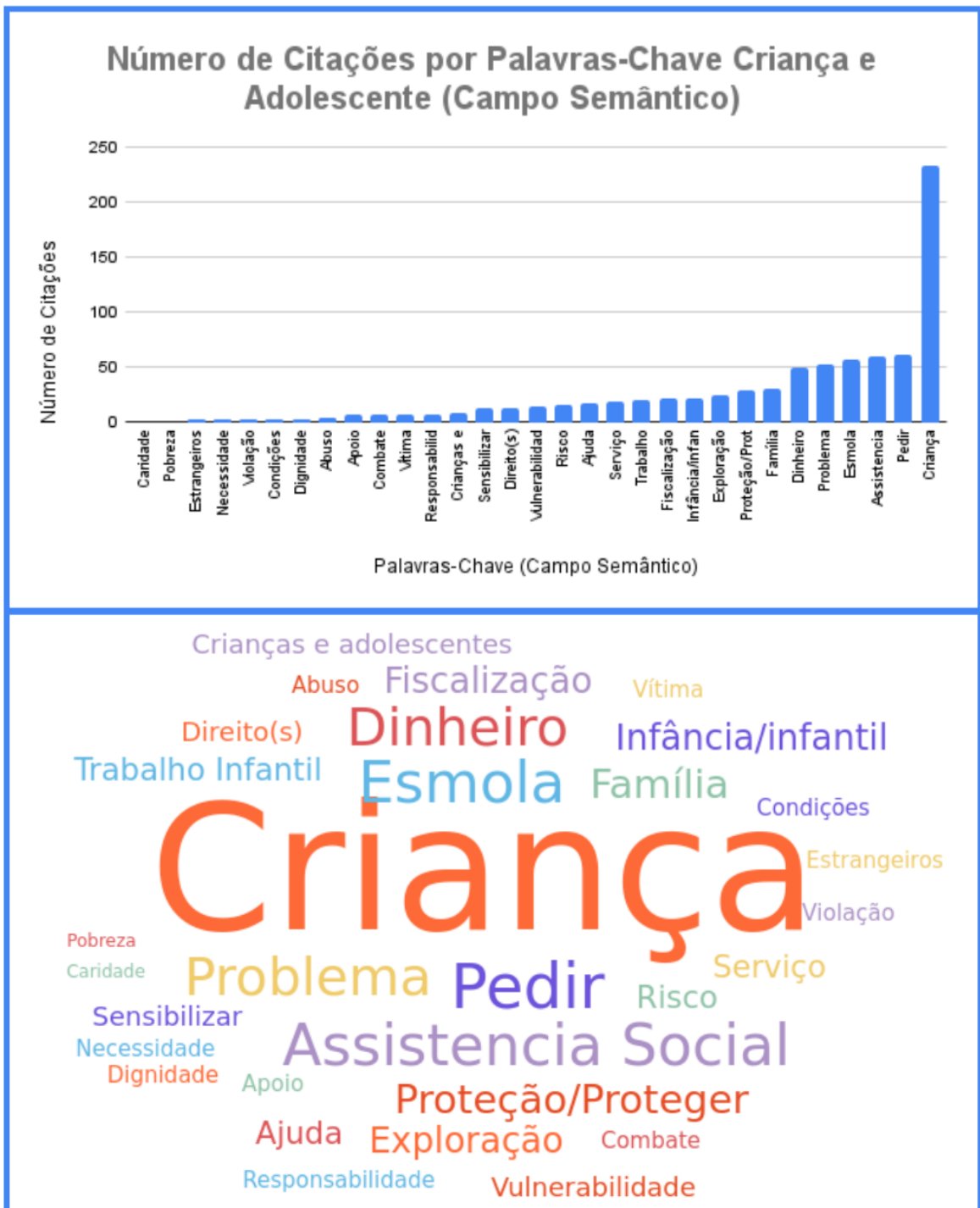
A forma de tratar essa questão pela emissora não se aprofunda enquanto um fenômeno social, mas sim como um problema a ser resolvido o quanto antes. A estratégia de linha editorial da emissora, ao longo dos anos, apresenta praticamente o mesmo recorte, recorrendo aos mesmos atores sociais (fontes entrevistadas), sempre buscando respostas ao problema de um mesmo conjunto de pontos de vista, não chegando a abordar a questão da pobreza, das desigualdades sociais e do contexto estrutural da violação de direitos desse segmento, por um viés mais profundo. Os atores mais presentes foram: o Conselho Tutelar, a gestão da PAS municipal, comerciantes locais onde acontecem o pedido de esmolas pelas crianças e adolescentes, representantes da Polícia Federal, representantes do Consulado Paraguai e a recorrente tentativa de entrevistas com os sujeitos inseridos na dinâmica da exploração. Em resumo, a abordagem sobre o tema, a pauta de reportagem, denota um teor de indignação pela situação de crianças pedindo esmolas nos semáforos da cidade.

Observamos que a narração e argumentação das reportagens tem uma dinâmica bastante marcada. Inicia com a abertura do âncora/apresentador do Programa Meio Dia Paraná introduzindo o tema, passando para repórteres que entram ao vivo ou para a reportagem gravada (que conta com uma edição prévia do material), e assim, para as entrevistas realizadas, voltando, na maioria das vezes, para a conclusão dos repórteres e posteriormente, do âncora/apresentador do Programa, que tece opiniões sobre as situações e temas abordados, reforçando um aspecto ou outro do tema. Mesmo garantindo a escuta de entrevistas às autoridades

locais e a população em geral, que levantam várias nuances da questão, demonstrando a complexidade do assunto, há uma recorrente tentativa de encontrar responsáveis e de dar uma resposta mais imediata sobre a problemática para os espectadores. No caso destas reportagens sobre a exploração do trabalho infantil, ao longo dos anos, o tom é sempre de que uma nova investigação está sendo realizada, normalmente tratada como uma situação indesejável, almejando encontrar em qual responsável estaria a resolução para o problema. Se elege como solução paliativa “não dar esmolas”, com o argumento de não fomentar e incentivar a exploração do trabalho infantil, almejando, por repetição, de fazer cessar o principal motivo (aparente) dessas pessoas paraguaias virem à Foz do Iguaçu.

No que tange o campo semântico dessas reportagens, foram mais vezes utilizadas as palavras: crianças, pedir, assistência social, esmola, problema, dinheiro, família, proteção, fiscalização etc, conforme o infográfico abaixo. Nas palavras ausentes ou menos utilizadas, estão: caridade, pobreza, necessidade, violação, condições, dignidade, abuso etc. A concepção de direito é utilizada algumas vezes para fundamentar a ação da reportagem, porém, é pouco contextualizada.

Figura 03 - Infográfico nº de Palavras-Chave Reportagens Exploração do Trabalho Infantil



Fonte: Próprio autor, a partir da análise de conteúdo realizada (2023).

As vozes que compõem essa narrativa, de preocupação e indignação pela situação, vem majoritariamente de comerciantes, vendedores e moradores locais,

representantes da sociedade civil organizada (OSCs e ONGs), e principalmente dos profissionais da emissora, sempre reforçado pelo âncora em tom de indignação

Âncora: Aliás, vereadores, aliás, presidente, que tal vocês se reunirem e discutirem e encontrarem uma solução para esse problema que a gente enfrenta aqui em Foz do Iguaçu, hein. De um monte de gente que está ali ó, nos semáforos, pedindo dinheiro. Pessoas que vem, que cruzam a fronteira, e que estão ali para pedir dinheiro porque não tem condições. Que tal resolver esse problema que a gente enxerga, todos os dias no trânsito de Foz do Iguaçu, que os turistas que vem prá cá, enxergam todos os dias aqui em Foz do Iguaçu. Que tal políticas públicas pra resolver esse problema, hein. Vamos conversar com a repórter Raphaela Potter. Táí uma boa dica, né, Raphaela, já que o próprio presidente da Câmara falou em se discutir os problemas da cidade, que tal resolver esse problema? (Reportagem *Flagrantes de crianças pedindo esmola nos semáforos de Foz*, 7 min, 2019).

Nas poucas vezes em que acontece uma contextualização maior e mais qualificada desse fenômeno, esta se dá a partir das entrevistas, ora por representantes da PAS, ora por Conselheiros Tutelares e por três vezes por representantes da Polícia Federal, ao responderem sobre a sua responsabilidade diante a questão. Busca-se, aqui, subsídios analíticos para melhor compreender esse fenômeno, de modo a qualificar e situar e historicamente sua diversidade de expressões na sociedade atual, dimensões não trazidas pelas reportagens. Estas carregam consigo complexidades e múltiplos fatores, aos quais a PAS municipal está inscrita, como também caminhos e políticas intersetoriais de enfrentamento em âmbito federal, o que Stavizki (2016) elucida

O trabalho infantil configura-se como uma expressão da questão social presente no cotidiano de milhões de meninos e meninas no Brasil. Considerado uma violação de direitos de crianças e adolescentes, a exploração precoce da mão de obra infantil é proibida em todo território nacional, visando garantir o desenvolvimento íntegro destes indivíduos. O termo “trabalho infantil” é entendido de acordo como conceito utilizado no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de 2004, em que se define trabalho infantil como “aquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos [...] As piores formas de trabalho infantil estão previstas no Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, como trabalho infantil doméstico, escravidão, exploração sexual comercial, atividades ilícitas, entre outras (STAVIZKI, 2016, p. 13).

Entre as reportagens, uma dinâmica recorrente é de cada órgão entrevistado, ao ser questionado sobre a situação, explicar sobre a sua própria responsabilidade e, ao fazer isso, citar outras instituições responsáveis que devem

lidar com a situação, sugerindo que o problema mais grave estaria na não realização do trabalho de outros atores. Algo que evidencia o poder midiático que tem a emissora quando essa explicita e expõe um tema social em sua grade. No exemplo do Conselho Tutelar e da PAS, estes apontam que esse controle deve ser realizado pelo Consulado Paraguaio. Em outros momentos e também por outros entrevistados, sugere-se que essa é uma questão de fiscalização na Ponte Internacional da Amizade, um trabalho a ser realizado pela Polícia Federal. Quando essa foi questionada sobre o assunto, trouxe o panorama mais abrangente da situação encontrado nas reportagens, demonstrando sua complexidade, enquanto uma problemática com múltiplas determinações, algo que não foi incorporado pela RPC ao discurso.

Entrevista Carlos Eduardo Vieira Bianchi (Delegado Executivo da Polícia Federal): Por esse grande fluxo de pessoas e veículos, é certo que muitas pessoas e automóveis não são fiscalizados. Então, não é possível identificar com precisão aqueles, aquelas pessoas exatamente que estão ingressando todos os dias. Claro que, a partir do momento que ingressam no território nacional, havendo essa comunicação entre os vários órgãos e setores envolvidos, e inclusive até uma participação da própria sociedade civil, né, que não podem fomentar esse tipo de atuação, dessas crianças que, acabam tendo um terreno fértil e propício para continuarem vindo para cá. Então, a problemática, a partir do momento que ingressam em território nacional, realmente, ela tem dimensões que vão além do trabalho de polícia imigratória, daí esbarram em questões sociais, de assistência social, e de um planejamento multidisciplinar que envolvem órgãos e entidade, e a própria sociedade civil, tanto do Brasil, quanto do Paraguai (Reportagem Mulheres paraguayas usam crianças para pedir esmolas em ruas de Foz do Iguaçu, 13 min, 2022).

O que os profissionais da RPC reforçam enquanto resposta à situação, é através da campanha “Não dê Esmolas, dê Oportunidade”, que, além de um *slogan* presente em placas espalhadas pela cidade, é parte da implementação da lei municipal, nº 4770/2019, que dispõe da campanha “Dar Esmola Não Ajuda”²⁴. Sobre essa discussão, Reis (2022), ao analisar o seu conteúdo e a sua eficiência no que confere seus objetivos, a quais as reportagens fazem alusão, conclui que:

[...] foi possível diagnosticar a completa ineficácia da execução da Lei nº 4.770 diante dos principais objetivos propostos pela sua idealizadora, Inês Weizemann, em desestimular a prática da esmola. A colocação de placas por si só não obteve efeito algum: (I) No impedimento da exploração trabalho infantil nas vias públicas, sendo rapidamente incorporadas e

²⁴ A lei em questão, analisada no trabalho em referência, foi revogada pela lei nº 5.122, de 20 de junho de 2022.

naturalizadas na paisagem urbana; (II) na evasão escolar, não existindo nenhuma instrução correlata nos materiais expostos publicamente; (III) na proposta de sensibilização de que a esmola não garante cidadania, conceito vago e de difícil compreensão em frase tão concisa como “Não dê esmola, dê oportunidade”; e (IV) na divulgação das formas de promoção e acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios das políticas de assistência social municipais, não existindo promoção de informações úteis ao público em geral nas referidas placas. A comemoração da vereadora Inês Weizemann após a aprovação da campanha “Dar esmolas não ajuda” por seus pares de Câmara no dia 12 de agosto é demonstração da precariedade da iniciativa (REIS, 2022, p. 50).

As reportagens sobre a exploração do trabalho infantil, vinculado ao incômodo das instituições, e cidadãos em geral, pelo fato de existirem crianças e adolescentes pedindo dinheiro nas ruas, evidencia a junção de dois temas complexos em uma mesma narrativa midiática. Estas não buscam aprofundar nem uma questão, nem outra, sugerindo que o desejável está na não presença dessas pessoas no cenário urbano, o que a todo tempo se reivindica no discurso, a partir do apelo por providências do poder público e dos órgãos e entidades que trabalham com crianças e adolescentes e ao cidadãos, reiterando para não se dar esmolas.

Na reportagem “Crianças são flagradas pedindo esmola no trânsito de Foz do Iguaçu” (2021, 14 min), os repórteres se propõem a acompanhar uma abordagem social realizada pelo Conselho Tutelar e profissionais da PAS municipal e expõe uma família que está inserida nesse contexto de exploração. Mesmo tomando as medidas cabíveis de sigilo da identidade das pessoas envolvidas, há certa tensão e insistência para “evidenciar” a ação enquanto um flagrante, ao vivo, dessa problemática, buscando “enquadrar” e “desvendar” o problema como algo inédito na reportagem. As teorias levantadas pela emissora, e em alguns momentos afirmadas como conclusivo, é de que essas pessoas participariam de um esquema de abuso e exploração internacional de crianças e adolescentes.

As matérias jornalísticas da RPC dramatizam aspectos de uma realidade complexa, com múltiplas determinações, sociais, culturais, econômicas e que perpassam a questão fronteiriça, no que tange às diferentes legislações entre os países. Essa problemática evoca a PAS enquanto uma das principais responsáveis por sua abordagem, manejo e resolução. Mas evidenciam, por fim, a sua alta complexidade, sem necessariamente explicar ou dar respostas elucidativas sobre o fenômeno social e suas contradições existentes, tampouco de trazer, de forma pedagógica e didática, os marcos legais previstos.

Para o CRESS-Paraná (2017-2020), a exploração do trabalho infantil é um tema transversal para o Serviço Social, que necessita ser melhor compreendido. Nessa perspectiva, estão alguns elementos que podem ser identificados nas reportagens, como a invisibilização da violação de direitos, a criminalização da pobreza e das famílias envolvidas no contexto da exploração, e a naturalização de discursos taxativos e vexatórios sobre as populações pobres, entre outros.

Existem muitas violações de direitos que são invisibilizadas socialmente e o Serviço Social possui o compromisso ético de explicitar, tanto os determinantes relacionados à desigualdade, quanto os fatores que criminalizam as famílias e expõem as crianças e adolescentes à revitimizações ou reproduzem sua condição. É preciso, também, dar visibilidade ao trabalho infantil doméstico que atinge especialmente as meninas, às migrações forçadas, desconstruir discursos que naturalizam e reproduzem a pobreza que afeta a maioria da população, que reside especialmente em territórios mais desiguais e desprovidos de políticas públicas de qualidade. É preciso debater os efeitos regressivos impostos pelas reformas em curso e fortalecer a luta coletiva por direitos amplos (CRESS-PR EM MOVIMENTO, 2017-2020, p. 02).

As 12 reportagens, ao longo dos anos, a todo o momento, referenciam o condicionante da esmola enquanto principal culpado, causador e, ao mesmo tempo, obstáculo para a resolução imediata dessa realidade. Expõem situações de violação de direitos, trabalhando com um campo semântico moralizante, do que seria certo ou errado, levantando hipóteses e julgamentos, sem um manejo especializado a essas situações, algo que a PAS tenta problematizar, mas sem sucesso.

Repórter Marcos Landim: As crianças são vítimas dessa exploração, são vítimas de adultos que se aproveitam dessa situação, e precisam desse apoio e do acompanhamento. A gente viu uma criança chorando, gritando nas imagens, que ela não queria entrar no carro. Porque ela diz que aquela mulher que tava junto ali não era a mãe dela. Por isso, é, toda essa dificuldade para levá-la até a delegacia. A mulher, então, há um boletim de ocorrência registrado na delegacia de Foz, porque não é a primeira vez que essa mulher é flagrada nessa situação. Nós conversamos com a Conselheira Tutelar que atuou nessa operação hoje, uma das Conselheiras, e ela falou da dificuldade que é para fazer esse tipo de abordagem e o que acontece a partir de agora (Reportagem Crianças são flagradas pedindo esmola no trânsito de Foz do Iguaçu, 2021, 14 min).

O tema da exploração do trabalho infantil, neste trabalho, é compreendido enquanto uma expressão da questão social, a partir de Lamamoto (2006), historicamente constituída pelo sistema social vigente. Já pela leitura e reprodução do discurso da emissora televisiva nas 12 reportagens, esta reduz a exploração do trabalho infantil a esse tipo de situação das crianças nos semáforos, um problema a

ser resolvido o quanto antes, visibilizando a constituição de respostas paliativas que fortalecem um discurso conservador sobre a questão, almejando que essas pessoas desapareçam do cenário urbano, algo que remonta uma herança bastante conhecida pelo serviço social, que são as práticas higienistas, Cunha (2020).

A questão em si é pouco tocada e desenvolvida pelas reportagens. A PAS é mostrada sem qualquer legitimidade ou protagonismo pela abordagem dada à temática. Porém, sua apresentação fortalece e valida uma visão distorcida sobre as determinações das situações de exploração, ideologiza o enfrentamento à problemática social trazida, cristalizando uma imagem de combatividade e resposta a esse problema como único dilema social presente. Empobrece e polemiza as informações levantadas, obscurecendo, assim, as demais determinações e leituras existentes sobre os fatos apresentados. Na discursiva intenção de munir a opinião pública e informar a população sobre o tema, utiliza-se, ora de um discurso de ineficiência das políticas públicas e dos órgãos e entidades representativas existentes, ora de uma limitação da condição de cidade fronteira que contém a diferença de legislações entre países, ora de um apelo à responsabilidade do espectador, quanto a este agir denunciando esse tipo de situação aos órgãos responsáveis, e não dando esmolas como um ato de cidadania.

4.2.2.2 A RPC, as representações sociais da fome na pandemia e a centralidade da campanha #JuntosContraaFome

Trabalharemos com os discursos presentes na série de 07 reportagens sobre a fome em Foz do Iguaçu, que abordou aspectos sociais e econômicos da pandemia, com o mote da campanha #JuntosContraaFome. A proposta da unidade de análise (AD) iniciará fazendo uma contextualização sobre como é compreendida a questão da fome para a PAS e para o Serviço Social; apresentará como foi abordado o tema pelas reportagens, no que se refere a sua dinâmica discursiva, trazendo para o debate os aspectos mais relevantes encontrados, presenças e ausências, em referência às categorias utilizadas neste trabalho. Apresentamos o infográfico produzido, elencamos os principais atores presentes na construção das narrativas desse tema, buscando identificar as principais intencionalidade políticas presentes nas reportagens.

A série de reportagens “Pandemia da Fome” foi uma produção especial da RPC, exibindo um episódio por dia, no mês de abril de 2021. Se utilizou de elementos da linguagem documental, da construção narrativa de personagens (a partir de fragmentos de sua história de vida) e buscou representar várias realidades sociais vivenciadas no contexto pandêmico da COVID-19 que se relacionam com o tema da fome. A série abordou pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, mas também dá espaço a realidades de pessoas que tinham boas condições econômicas e de vida antes desse contexto e se viram passando por necessidades com o isolamento social

A PNAS está inserida em um contexto de garantias do “direito à renda, à segurança alimentar e à assistência social” que se configuram como garantias previstas pelas políticas de proteção social, inscritas no pacto federativo da CF de 1988. Em seu art. 6º refere enquanto direitos sociais a “[...] educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Portanto, para a PNAS, o enfrentamento à pobreza e à fome, são metas prioritárias de sua ação enquanto política pública

Tendo em vista que a política de Assistência Social sempre foi espaço privilegiado para operar benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, considera-se a erradicação da fome componente fundamental nesse propósito. A experiência acumulada da área mostra que é preciso articular distribuição de renda com trabalho social e projetos de geração de renda com as famílias. É nessa perspectiva que se efetiva a interface entre o SUAS, novo modelo de gestão da política de assistência social, com a política de segurança alimentar e a política de transferência de renda, constituindo-se, então, uma Política de Proteção Social no Brasil de forma integrada a partir do território, garantindo sustentabilidade e compromisso com um novo pacto de democracia e civilidade (PNAS, 2004, p. 59).

No debate do Serviço Social, é importante resgatar o seu acúmulo histórico de enfrentamento à fome e à extrema pobreza no contexto de desigualdades da sociedade capitalista, processo esse que se imbrica a partir da criação da PNAS em 2004, em consonância com a retomada da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) no início da década dos anos 2000, juntamente à criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Nesse período de fortalecimento de políticas de proteção social focadas no combate às desigualdades sociais, é que a PAS se consolida enquanto política social que busca dar respostas a essas

temáticas

A presença da alimentação na Assistência Social é histórica e contemporânea por diferentes implicações. Historicamente, a doação de alimentos compõe o rol de atividades desenvolvidas pelas organizações socioassistenciais e atualmente permanece esta imbricação através da correlação entre a PNAS e a PNSAN. Ao tratar da PNSAN, deve-se mencionar a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei 11.346 de 2006, e neste contexto, destaca-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que foi extinto logo após a sua criação. Esta primeira etapa ocorreu entre os anos de 1993 e 1994, sendo restituído em 2003, a partir do Decreto nº 4.582/2003. Após a sua restituição, inúmeros avanços ocorreram neste âmbito, os quais são registrados no documento “SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012) em que é registrado este processo histórico (LEÃO, 2013, apud FRANÇA, 2020, p. 48).

Feito essa breve contextualização das categorias e conceitos que se relacionam com a temática abordada pela RPC, passaremos a AD das reportagens. Mesmo sendo uma série editada, a RPC se utiliza da mesma organização de apresentação das reportagens em sua programação diária no Meio Dia Paraná, porém, com um tom “mais investigativo” e “exclusivo” que as reportagens convencionais. Ao final, se apresentaram como indissociáveis, enquanto parte de uma mesma estratégia midiática, uma “resposta institucional” para a arrecadação de alimentos às famílias que apareceram nas reportagens, aspecto que falaremos mais a frente.

Em resumo, o principal argumento utilizado pela série, é a de que a pandemia da COVID-19 significou uma tragédia sem precedentes, deixando as pessoas sem emprego e, portanto, sem condições de trabalharem e conseguirem prover e subsistir suas famílias. Essas ficaram fragilizadas para acessar as mínimas condições e recursos materiais. As narrativas da série criam uma atmosfera documental que caracteriza uma realidade a ser conhecida pelos telespectadores, “em primeira mão”, um mote de sensibilização e dramatização apresentado na abertura.

Âncora: O que você faz com cerca de R\$ 89,00 reais por mês. Ó, pelo menos 40 mil pessoas aqui em Foz só tem este valor pra passar o mês inteiro. Aí eu to falando pra manter a casa toda, pra comer. Elas vivem na chamada extrema pobreza. Agora vou ser muito honesto com vocês, eu diria que elas sobrevivem na extrema pobreza. Comem quando tem o que comer, sem esperança de quando será a próxima refeição (Reportagem Série Pandemia da Fome: mostra a realidade de famílias que vivem em extrema pobreza 2021 - 14 min).

A apresentação do discurso das primeiras reportagens se utiliza de um fio condutor central que são as histórias de vida das famílias em situação de extrema pobreza, caracterizando-as a partir das imagens de suas casas, cozinhas, estas cozinhando e relatando os seus desafios cotidianos. A presença de seus filhos e condições precárias dos lares são utilizados para a dramatização. A tentativa é a de materializar em imagens essas situações, vinculando-as ao desemprego e à falta de oportunidades no contexto pandêmico. A narração dos repórteres sugere um tom exploratório, de uma realidade “distante” dos telespectadores, que estariam alheios à situação, buscando formas de “traduzir” seus significados, permitindo-os a entrarem em contato com este “novo” universo, uma realidade social nova a ser entendida

Repórter: Há poucos quilômetros de um dos maiores centros comerciais da América Latina, famoso por atrair muito dinheiro, e oferecer produtos luxuosos e tecnologia de ponta, se esconde uma realidade que contrasta muito com o glamour das lojas de Ciudad del Este no Paraguai. Quem visita a fronteira, ou até mesmo quem mora aqui em Foz do Iguaçu, muitas vezes, não conseguem enxergar o drama de famílias inteiras, que encaram o drama de frente todos os dias, sem precisar sair do próprio quintal (Reportagem 01 Série Pandemia da Fome mostra a realidade de famílias que vivem em extrema pobreza, 14 min, 2021).

O mote, é que não há saída para elas resolverem a situação que se apresenta, individualizando essas situações de pobreza, a partir de um viés de apelo à solidariedade aos telespectadores. Ainda na primeira reportagem da série, dada a grande repercussão midiática ocorrida após a sua veiculação, o âncora, ao voltar para fazer o fechamento opinativo do conteúdo exibido, faz um apelo, ao vivo, para a sua audiência sobre a possibilidade de conseguir uma oportunidade de emprego para as famílias que aparecem na reportagem.

[...] E aí é um soco no estômago, né, quando você vê esses depoimentos, pessoas que estão, gente, é alguém que agora, tem gente agora, que não tem o que cozinhar, não tem o que comer. E não sabe quando vai ter, que depende do outro pra ter o que comer. Em alguns momentos da reportagem a gente viu personagens falando, eu não quero o peixe pronto, eu quero a vara pra pescar, eu quero uma oportunidade, eu quero trabalhar. Eu sei que a nossa audiência é incrível no meio empresarial também. É impossível se nessa cidade agora, neste momento, não tiver alguém precisando, de alguma mulher para trabalhar. Seja na limpeza, seja em qualquer outro serviço, o que você tiver aí. Se você tem uma vaga de emprego, agora, pra essas pessoas que apareceram aí na reportagem [...] Manda um Whatsapp

pra gente. [...] E, vamos falar aqui, sobre o nosso projeto, né, a nossa campanha, “juntos contra a fome”, a gente precisa ajudar, tem muita gente passando por essa situação. Nós estamos com uma parceria, né, tem instituições sociais participando, igrejas aqui de Foz também, estão unidas para arrecadar alimentos. Pegue o seu celular agora, eu vou virar aqui para essa câmera, pra mostrar um QR Code [...] (Reportagem 01 Série Pandemia da Fome mostra a realidade de famílias que vivem em extrema pobreza, 14 min, 2021).

Nesse contexto, entre os principais atores entrevistados das 07 reportagens estão: pessoas desempregadas, majoritariamente de comunidades pobres, ocupações e áreas de risco no município; uma assistente social; uma nutricionista; uma infectologista; e o gestor da PAS no município, por duas vezes. Este último, ao falar dessa situação, refere a dificuldade de as informações da PAS chegarem à população de uma forma acessível.

Entrevista Elias Oliveira (Secretário de Assistência Social de Foz): Um alto desemprego, uma baixa capacidade do país, e em Foz não seria diferente, de inclusão no mercado de trabalho, certo? Uma crise econômica, que vinha se desenhando mesmo antes da pandemia e que atinge, efetivamente, as camadas sociais da população mais empobrecida. Nós tivemos gente que chegou no CRAS disse, eu não sei o que é isso, eu não vim aqui, né, mas nesse momento, eu preciso ver se eu consigo ser assistido com alimento, para eu complementar o alimento do mês da minha família (Reportagem 02 Série Pandemia da Fome mostra realidade de famílias que sobrevivem na miséria, 11 min, 2021).

Essa fala do gestor municipal da PAS, deixa explícito uma demanda e problemática ligada ao direito à comunicação, objeto deste trabalho, mas também deflagra a dificuldade de garantia de acesso à população em geral, para que essa compreenda as informações, direitos e serviços ofertados por esta política. Dimensão essa que não foi melhor explicitada no discurso da emissora RPC, quando teria a oportunidade de reforçar os protocolos e encaminhamento para o atendimento via PAS. Essa fala do gestor municipal da pasta da Assistência Social, à série de reportagens, deflagra uma compreensão importante e necessária dos preceitos da CP, objeto e objetivo deste trabalho. Evidencia, o que Figueiredo (2022) refere quanto a uma prática que deve estar inserida no contexto das garantias sociais pelo Estado, na oferta e viabilização dos direitos das políticas sociais.

Assim, na prática da Comunicação Pública pressupõem-se algumas condições e estruturas necessárias como: “criação de estruturas que organizem, que armazenem e que disponibilizem os dados para os usuários; recepção; escuta, diálogo; publicidade de serviços oferecidos;

campanhas de informação de interesse geral; comunicação interna; valorização da política institucional (FIGUEIREDO, 2022, p. 99-101).

Os princípios da CP, portanto, não se apresentam nas reportagens da série *Pandemia da Fome*, algo esperado pela sua característica de empresa privada, mas que chega a ser realizada pontualmente, e de forma breve, por exemplo, na reportagem sobre o fluxo de atendimento aos “Atingidos pelo Temporal de Foz devem fazer o cadastro no Cras Sul” (2015, 2 min). Ao invés disso, na terceira reportagem da série, vão sendo incluídas entradas ao vivo, no espaço do Programa, de repórteres da emissora nas instituições que estão arrecadando alimentos para a Campanha #JuntosContraaFome da RPC, dinâmica que segue até o final das reportagens. Essa constatação denota ao menos dois aspectos bastante elucidativos no que se refere a análise discursiva dessas informações: 1. o primeiro é a percepção da força e do poder de influência midiático que detém um meio de comunicação privado desse porte, quando este se propõe e se sente autorizado a expor usuários da PAS e a evocar, através de seu lugar de fala, a resolução da problemática do emprego das famílias entrevistadas nas reportagens. Nesse momento a RPC se coloca como principal mediadora dessa relação via *whatsapp*, ao vivo, em canal aberto para milhares de pessoas, e o narra como um serviço à população; 2. o segundo aspecto é que podemos constatar é o da escolha política que faz a RPC em seu discurso, ao priorizar, nesse espaço midiático, ao qual detém total controle, a publicização e promoção de sua própria campanha de entrega de cestas básicas (em parceria com 15 organizações da sociedade civil organizada, OSCs, ONGs, Igrejas etc), em detrimento da divulgação e ampliação das informações ofertadas pelos serviços públicos da PAS, em sua atuação na pandemia, seus protocolos, serviços, benefícios e ações perante o aumento das situações de extrema-pobreza no município, algo trazido pelo próprio gestor municipal da PAS, na outra aparição que teve na série

Entrevista Elias Oliveira (Secretário de Assistência Social de Foz): Nós tínhamos aproximadamente seis mil famílias na extrema pobreza. Março de 2021, nós temos mais de dez mil famílias na extrema pobreza (Reportagem 01 Série *Pandemia da Fome* mostra realidade de famílias que vivem em extrema pobreza, 11 min, 2021).

Dadas essas características de centralização do discurso sobre as situações de pobreza narradas e as suas formas de combatê-la, também determinam e reafirmam a centralização de seu poder político, midiático e simbólico, a partir da consolidação de uma imagem de benevolência, credibilidade e legitimidade perante os problemas sociais apresentados na série de reportagens, os quais não passam da primeira página, ou então da própria capa que se intenciona no discurso.

Os monopólios midiáticos, como afirma Morais (2016), são sempre ruins, pois não têm a pretensão de produzir um pensamento crítico, mas na maioria das vezes pretendem formar uma subjetividade única, atendendo a objetivos específicos. Entretanto, o discurso midiático, mesmo que manipulador, defende-se através da ideia de liberdade de expressão, mesmo que a “liberdade” seja exercida por um grupo reduzido de grupos proprietários das mídias (MORAIS, 2016, apud BOFF, 2017, p. 08).

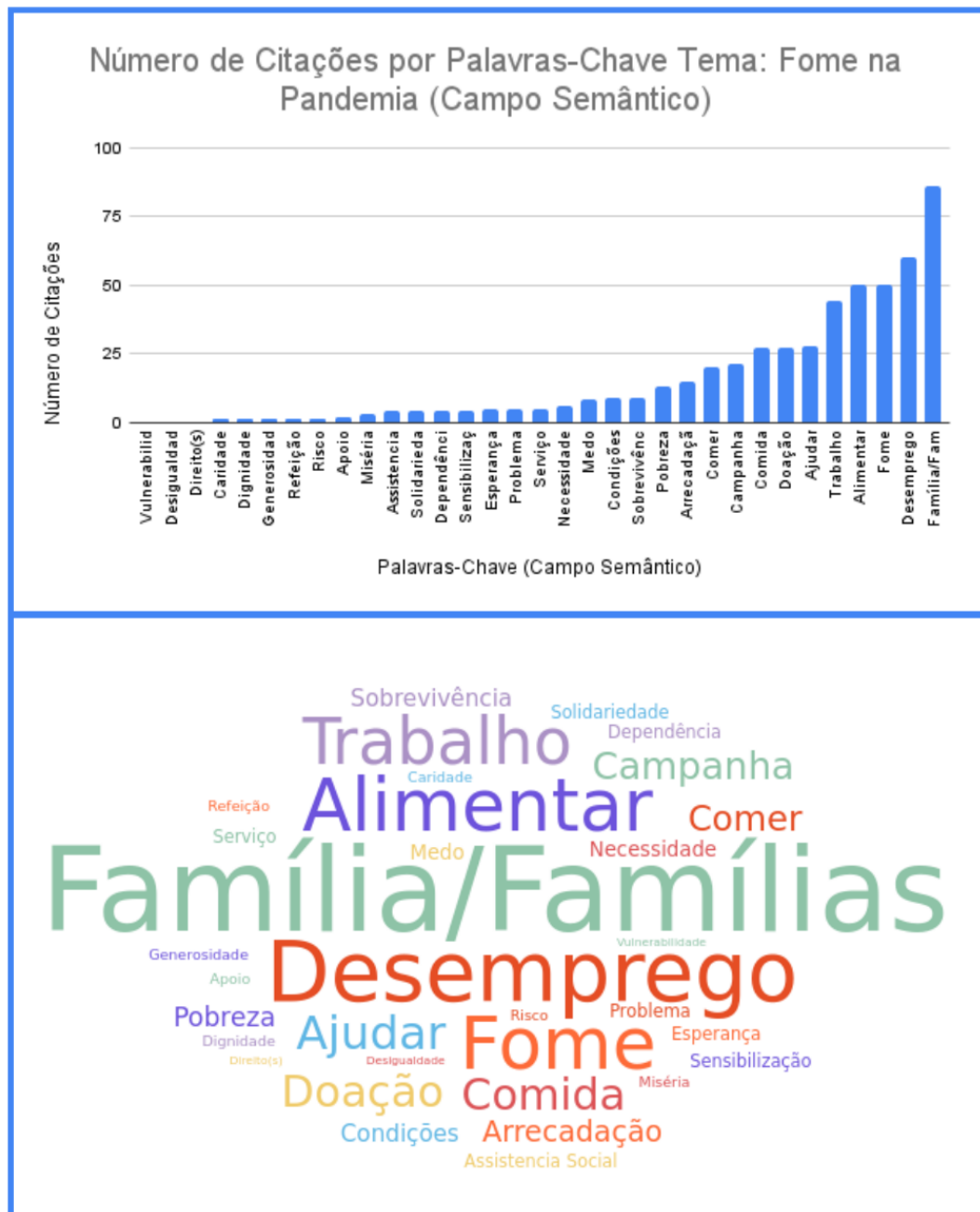
Outro aspecto importante do discurso que está presente nas reportagens, é a utilização do sensacionalismo, ao apelar para narrativas de comoção, sensibilização do público e comparação a partir de categorias emocionais. O interessante é que ao seguir os episódios da série, as histórias vão sendo narradas, intercaladas com ações da campanha “JuntosContraaFome, e os discursos e dramatizações vão sendo suavizadas a partir da materialização das ações de doações de alimentos. A fome na pandemia e a narração dos problemas sociais vão ganhando acabamentos e desfechos sutis e positivos, não mais problematizados e contrastados como no início. O direcionamento da campanha vai ganhando maior espaço e os telespectadores vão sendo cada vez mais impelidos a contribuir e ajudar as famílias, num tom de convite a entrar na corrente de fazer a sua parte e ser solidário com as famílias que estão passando necessidades. O doar, que era um problema nas temáticas sobre a exploração do trabalho infantil, evocando a responsabilização da PAS e de outras instituições públicas, aqui nesse tema, se apresenta como algo central da campanha, positivo e natural.

O teor propagandístico das reportagens segue até o último episódio da série, passando por abordagens de narrativas do desemprego a partir de outros personagens, como a situação dos trabalhadores do meio artístico, do turismo e promovendo informações referentes à campanha de doações de alimentos. Recortes temáticos como a “Guarda Mirim é ponto de doação da campanha 'Juntos contra a fome' da RPC”, “Pandemia da Fome recebe alimentos doados”, “Esmolas garantem sobrevivência de parte de estrangeiros em Foz”, o “Número de pessoas

desempregadas agravou, em Foz do Iguaçu” e “CAIA recebe doação de 60 cestas básicas” finalizam com o tom de serviços prestados e justificados à comunidade, como resultados da campanha de doações e a importância das entidades não-governamentais (ONGs e OSCs) no enfrentamento à fome, como tratada na reportagem, e do protagonismo da campanha da RPC no contexto pandêmico.

Nos dados colhidos a partir da segunda unidade de análise, as palavras-chave e o campo semântico dessas reportagens, foi possível encontrar diálogo com a perspectiva interpretada nessa unidade. As palavras-chave mais encontradas nas 07 reportagens foram: desemprego, fome, alimentar, trabalho, ajudar, doação etc, conforme o gráfico. Entre as ausentes e/ou menos encontradas, estão: vulnerabilidade, desigualdade, direitos, caridade, dignidade etc.

Figura 04 - Infográfico nº de Palavras-Chave Reportagens Fome na Pandemia



Fonte: Próprio autor, a partir da análise de conteúdo realizada (2023).

Nessa temática da fome, o direito à alimentação, ao trabalho adequado, às condições mínimas de existência à população, entre outros direitos sociais básicos, não estiveram presentes. Para o Serviço Social, este tema é substancial para o

exercício de seu código de ética e a conformação de uma direção ético-política da profissão no enfrentamento à pobreza:

A prática profissional do Serviço Social considera a orientação dos direitos sociais, uma parte essencial do trabalho desenvolvido, colaborando individual e coletivamente com a construção de um ideário social que parte de uma direção ético-política em favor dos direitos sociais e da igualdade de acesso a bens e serviços. Portanto, um caminho possível para a contribuição do Serviço Social no campo do direito à alimentação, é na organização popular em que se vislumbra a exigibilidade da realização do direito à alimentação (FRANÇA, 2020, p. 68).

Também é possível constatar a ausência ou o uso bastante cuidadoso de termos relacionados à PAS e às categorias analíticas deste trabalho, sobretudo no que tange o direito à comunicação. A falta do que comer, a falta de trabalho e a falta de informação, compreendidos aqui como expressões da questão social, de responsabilidade do Estado e vinculado às políticas sociais, não se apresentam como elementos discursivos nos enunciados e nas categorias utilizadas pela emissora. O que se destaca na construção argumentativa das reportagens, são as soluções relacionadas à campanha #JuntosContraaFome da RPC e as 15 entidades representativas da sociedade civil organizada, que, neste caso, protagonizam se utilizando de ações que remontam dinâmicas da filantropia, do apelo à ajuda, ao voluntariado, à solidariedade das pessoas, enquanto argumento principal de lidar com os problemas apresentados, discursos próprios da herança caritativa e de bem-estar, uma dinâmica bastante presente no histórico do Serviço Social nos períodos anteriores à redemocratização consolidadas a partir da CF de 1988.

Segundo, Varjão (2015) que desenvolveu com o Grupo ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância) o estudo: Comunicação e Direitos, uma metodologia de identificação da “*Violação de Direitos na Mídia Brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*”, levantou - a partir sistematização das principais legislações vigentes sobre o tema - nove tipos mais comuns, de crimes praticados pela imprensa, alguns destes recorrentes e identificados nesta unidade de análise nas reportagens da RPC.

Os tipos de violações: 1. Desrespeito à presunção de inocência; 2. Incitação ao crime e à violência; 3. Incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais; 4. Exposição indevida de pessoa(s); 5. Exposição indevida de família(s); 6. Discurso de ódio e Preconceito de raça, cor, etnia, religião, condição socioeconômica, orientação sexual ou procedência nacional; 7. Identificação de adolescentes em conflito com a lei; 8. Violação do direito ao

silêncio; 9. Tortura psicológica e tratamento desumano ou degradante (VARJÃO, 2015, p. 08).

Portanto, a violação de direitos no campo da comunicação, aliado às demais categorias relacionais desenvolvidas neste trabalho, se apresentam naturalizadas e, muitas vezes invisibilizadas, nas práticas midiáticas da emissora analisada. Ainda se apresenta enquanto dinâmica de sua linha discursiva e campo semântico produzido pela RPC, modelos discursivos que se imbricam e relacionam a todo o momento com: o contexto de desmonte, desinvestimento e precarização das políticas sociais do Estado, no que tange o esvaziamento de seus recursos; com o ressurgimento e/ou a retomada dos investimentos em projetos do terceiro setor na conformação das redes socioassistenciais da PAS; e ao contexto das tensões e disputas de projeto societário, enquanto uma reafirmação ao modelo neoliberal que se apresenta. Também se deflagram, nos achados dessa pesquisa, a partir da AC e DC das reportagens, a ausência dos princípios e preceitos da CP, no que se refere ao caráter público do direito ao acesso à informação previstos pela PAS e ao direito à comunicação assegurado na CF. Assim, consideramos que esta situação se apresenta como horizonte a ser enfrentado, de modo a qualificar esse debate, na direção da viabilização dos direitos, no contexto de correlações de forças que se inscrevem as políticas sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi o de “conhecer como o direito à comunicação se apresenta no contexto da PAS no município de Foz do Iguaçu”, a partir das representações sociais produzidas pelas reportagens do Programa Meio Dia Paraná da RPC. A partir dessa pesquisa, foi possível evidenciar que a categoria do direito à comunicação, como também os preceitos da CP não estão presentes enquanto conteúdo e/ou discursividade, no uso de conceito, categoria e/ou enunciação, nas reportagens analisadas, o que denota a ausência de práticas de combate a violações de direitos nesse campo. A partir da compreensão de que a PAS não obtém uma estrutura comunicacional para veicular suas informações e lidar com as problemáticas sociais que se formam na opinião pública, foi possível identificar a transferência desse papel aos meios privados de comunicação, se propondo a responder sobre os contextos de produção do discurso da RPC, que se apresentam naturalizados e hegemônicos sobre as problemáticas sociais, e que produzem discursividades distanciadas e rasas sobre a PAS, características presentes na intencionalidade da empresa privada de comunicação. Já para a PAS, a partir dos atores entrevistados, o direito à comunicação e os preceitos da CP, aparecem de forma breve e pontual, enquanto uma necessidade reconhecida na fala de um gestor, em contraste com a linha editorial da emissora que não prioriza em nenhum momento essa perspectiva.

Já no primeiro objetivo específico que foi, o 1º. “conceituar o direito à comunicação como um direito humano e compreender qual a sua relação com a PAS”, se pôde qualificar a relação entre as categorias fundamentais liberdade, ética, política, democracia, participação e comunicação, enquanto um nexos compreensivo e relacional essencial à efetivação e avanços na viabilização dos direitos sociais pela PAS, em suas múltiplas determinações e inter relações. Também se pode analisar e dimensionar os avanços das normativas e diretrizes da PAS com relação ao direito à comunicação, ao longo do tempo, e quanto essas tem se apresentado, cada vez mais necessárias para se pensar as dimensões formativas, pedagógicas, ideológicas e culturais, nos permitindo perceber algumas debilidades inscritas na visão ainda utilitarista do direito à comunicação, a partir de seu foco no direito ao acesso à informação.

No 2º e 3º objetivos específicos que se propunham, respectivamente, “Trazer o debate sobre o direito à comunicação no Serviço Social, levantando sua relação com a viabilização e materialização de direitos na PAS” e “Refletir sobre o conceito de comunicação pública (CP) e sua contribuição na disseminação das informações na PAS”, foi possível mensurar a importância e complementaridade dos princípios, valores e preceitos do direito à comunicação e da CP para o serviço social e, conseqüentemente, para a PAS, em face à conjuntura política de correlação de forças no sistema capitalista, no que refere as múltiplas facetas do ideário neoliberal e seus mecanismos pedagógicos, que disputam as representações sociais, a todo o momento, dos temas analisados, a partir do que se espraia para a opinião pública. Foi também importante ressaltar o uso que se tem feito dos meios de comunicação, evidenciando a importância de se pensar a comunicação a partir de uma compreensão enquanto política pública, e que esta dialogue com as ofertas e garantias já consolidadas.

Por fim, o 4º objetivo específico que se propunha “identificar e analisar o conteúdo e os discursos, presentes e ausentes, veiculados sobre a PAS no canal de televisão RPC, entre os anos 2012 a 2022, de modo a contextualizar essa produção no debate proposto” se pode constatar um exemplo de produção do conteúdo e do discurso, sobre a PAS e as principais problemáticas sociais, a partir de uma perspectiva da comunicação privada e empresarial, seletiva, tendenciosa e reducionista dos fatores sociais e das vozes existentes nesse contexto. Algo que evidenciou a importância de se pensar as políticas sociais, e a garantia de direitos, a partir da perspectiva do direito à comunicação e da CP, permitindo garantir a construção de processos, políticas e relações comunicacionais que abarquem os mesmos princípios e valores democráticos, que se encontram ausentes na AC e DC das reportagens sobre os temas da PAS na RPC. Sobre isso e os principais elementos do conteúdo (AC), a partir da contabilização do campo semântico levantado por palavras-chave, nos possibilitou ter uma visão sobre as palavras, termos, conceitos e categorias mais utilizadas pela emissora nas reportagens sobre as problemáticas sociais que se relacionam com a PAS, demonstrando a ausência de categorias caras e de fundamental importância para o Serviço Social e a PAS. A AD nos permitiu analisar o contexto discursivo das reportagens, a partir dos principais temas sociais que foram apresentados, de modo a evidenciar que tipo de princípios e valores vão sendo projetados no imaginário social sobre a PAS, em

contraste às complexas determinações, à luz das ciências sociais em geral. Essa constatação suscita nos perguntarmos sobre o que está ausente nesse tipo de produção midiática, o que possibilita identificar as escolhas políticas da emissora, em relação aos temas abordados, e que tensionam e redesenham, a todo o momento, o campo ideológico da luta de classes, como também suas determinações e formas de opressão.

A partir das reflexões realizadas e dos resultados encontrados neste trabalho, evidenciamos o imbricamento e tensões dos sentidos, valores e princípios das categorias desenvolvidas, almejando reafirmar a necessidade de se refletir sobre o uso e a compreensão que se faz das dimensões da comunicação (categoria relacional) na arena de disputas pelos sentidos na construção da PAS. Ao falarmos de categorias relacionais necessárias para a emancipação humana, horizonte do serviço social, a liberdade, a ética, a política, a democracia, a participação, a cidadania e a comunicação, se apresentam como constructos indissociáveis na efetivação dos direitos. Desta forma, nos impele a pensar, qual enunciação é preciso projetar para contrastar os resultados encontrados nesta análise.

Iamamoto (2006) pontua que o Serviço Social está imerso no processo de reprodução das relações sociais, sendo visto como uma atividade que subsidia o exercício do controle social e da ideologia ou, em outras palavras, atua na constituição de bases políticas em prol da hegemonia das classes fundamentais. Neste contexto, Faleiros (1979) afirma que o Serviço Social pode ser visto como uma tecnologia, em que as classes dominantes requerem o consentimento das classes dominadas para perpetuação de sua hegemonia. Para ele, a violência está entremeada também neste campo do conhecimento, sendo muitas vezes disfarçada pela face humanista (IAMAMOTO, 2006 e FALEIROS, 1979, apud FRANÇA, 2020, p. 17).

Considera-se que os achados dessa pesquisa, a partir de seu recorte proposto, conteúdos e discursos analisados, como também as suas práticas semânticas e o que se apresenta ausente nessa discussão, contribuem para a melhor leitura e análise da conformação do jogo político e de sua arena simbólica, que segue em disputa.

Também foi possível evidenciar nessa leitura das práticas comunicacionais, a partir das categorias gramscianas do Estado, que o que se apresenta eminentemente presente e em disputa, nesse cenário analisado - para além do esvaziamento da perspectiva da garantia dos direitos sociais, são as dinâmicas discursivas que priorizam a apresentação de um modelo democrático liberal, em

detrimento de outras conformações democráticas, mais participativas e alinhadas com práticas de emancipação humana.

As práticas da emissora RPC, com relação à PAS, no que se refere ao tema da exploração do trabalho infantil e do tema da fome, contribuem para a reprodução ideológica da classe dominante, alicerçada na manutenção e perpetuação das noções, vicissitudes e sentidos conservadores, que estão arraigados na sociedade atual, e que dentro do espectro das concessões públicas de televisão, não dá espaço para emergir o novo. A partir de sua presença e preenchimento no protagonismo comunicacional da emissora, esvazia e reduz, por meio de sua produção midiática, a importância e efetividade das ações da PAS, exercendo um esvaziamento simbólico e gradual dos valores, princípios, diretrizes, perspectiva política, vozes e garantias inscritas no contexto do Estado democrático de direito. Justamente, perspectiva essa, que a CP e a construção histórica do direito à comunicação, tem muito a contribuir enquanto meio para o avanço da viabilização dos direitos sociais, qualificando a sua práxis política e a consolidação de novas práticas comunicacionais, mais libertadoras e descolonizadoras, aliados à compreensão relacional do direito à comunicação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rodrigo Miranda. Vilém Flusser e Marshall McLuhan e as Eras Comunicacionais. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, nº 51. p. 122-145, Edição Especial. Dossiê Flusser: 100 anos. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** / Laurence Bardin ; tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro – São Paulo : Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia da S. Direitos Humanos, Neoconservadorismo e Neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/>. Acesso em: 25 abr. 2023

BERNARDES, Ângela de Carvalho. Resenha Análise de conteúdo, de Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. **Resenha Dialogia**, São Paulo, n. 32, p. 338-342, maio/ago. 2019.

BOFF, Ricardo Bruno ; ROCHA, Adriela Luana Sutil da. Mídia, Poder e Controle de Subjetividade: a distorção da tentativa de golpe de 2002 na Venezuela. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 03, ed. especial, dez., 2017, artigo nº 528.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 27abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH anotada e comentada**. Brasília-DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social PNAS/2004**: norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08-2011.pdf/vie. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. 2012.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

GRESS-PR EM MOVIMENTO. **Assistentes Sociais no Combate ao Trabalho Infantil**. GRESS-PR Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região. 2017-2022.

COUTINHO, Maria Antonia. **Marcadores Discursivos e Tipos de Discurso**. (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/110449/1/2l_maria_coutinho.pdf . Acesso em: 20 jun. 2023.

CUNHA, Angely Dias da; NUNES, Ariadna. Aspectos do Conservadorismo Higienista no Serviço Social Clínico: implicações para o projeto ético-político profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 328-350, jul. / dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/31729> . Acesso em: 03 ago. 2023.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Encontro 108º**, Chapultepec, 2000.

DE SOUZA, Herbert José. **Como se Faz Análise de Conjuntura**. Editora Vozes. 1984.

FERNANDES, Rosa M. Castilhos ; HELLMANN, Aline. **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil** [recurso eletrônico] / organizadoras Rosa M. C. Fernandes [e] Aline Hellmann. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016. 324 p. : pdf

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação pública e assistência social: conexão entre os direitos humanos e a democracia**. São Paulo: Biografia, 2018.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação Pública e Políticas Sociais: uma conexão de princípios. **RCD**. n. 7 - ano 4 - jan/jun 2022.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública na Política de Assistência Social: Um direito para se ter direitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016, Olinda-PE. **Anais** [...]. Olinda-PE, 2016.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação Pública e a Política de Assistência Social: uma intercessão necessária à democracia. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém - PA. 2019

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública: um direito humano em conexão com o Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 18, n. 36, p. 162-177, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/21506/pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Encontros Dialógicos entre Serviço Social, Comunicação Pública e Paulo Freire. **Anais do 16º CBAS**. 2019.

FRANÇA, Guilherme Jhuann da Silva. **Serviço Social e Direito à Alimentação: O Trabalho Profissional nas Organizações Socioassistenciais da Região Central de Santos.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). UNIFESP. 2020. Santos-SP.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**: Paz e Terra, São Paulo, 1985.

FRONZA, Claudia Sombrio. O Serviço Social e uma perspectiva crítica de atuação na erradicação do trabalho infantil. **Anais Congresso Catarinense de Assistentes Sociais.** Florianópolis. 2013.

G1 OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/cidade/foz-do-iguacu/> Acesso em: 26 jul. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (ORG). **Métodos de Pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLOBO PLAY. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/busca/?q=Assist%C3%A2ncia+Social+Foz+do+Igua%C3%A7u> Acesso em: 20 mar. 2023

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação de Identidade.** 4 ed. 2004.

GRPCOM. **Nossa História.** 2017. Disponível em: <https://www.grpcom.com.br/nossa-historia/> Acesso em: 26 jul. 2023.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia.** Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, G. T. D; PAULA, M. C. **Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: reflexões teórico-metodológicas em diferentes vertentes.** Alexa Cultural: São Paulo; Edua: Manaus, 2022a, p. 298. Disponível em: <https://www.pucrs.br/humanidades/wp-content/uploads/sites/30/2022/08/9788554671730-Analise-de-conteudo-e-analise-do-discurso.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro et al. **Teorias da Análise do Discurso: contribuições de Michel Pêcheux e Teun van Dijk à pesquisa social.** Gleny Terezinha Duro Guimarães, Maria Cristina Leandro-Ferreira e Marlúbia Corrêa de Paula (orgs). Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2022b. Disponível em: <https://www.pucrs.br/humanidades/wp-content/uploads/sites/30/2022/04/978-85-5467-173-0-Teoria-Analise-do-Discurso.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional / Marilda Villela Iamamoto.** - 10 ed. - São Paulo, Cortez, 2006.

INTERVOZES: Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Intervozes e Repórteres Sem Fronteiras lançam novo site sobre concentração da mídia latino-americana.** 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-novo-estudo-sobre-concentracao-nos-meios-de-comunicacao/> Acesso em: 21 ago. 2023.

LIMA, Venício A. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MACIEL, Alaci de Souza et al. Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil enquanto estratégia para o seu combate. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas** da Universidade Federal do Maranhão (UFM). São Luís, 2019.

MARCHIORI, Marlene; VILAÇA, Wilma. **Cultura organizacional e comunicação nas organizações contemporâneas**: temas imbricados ou desarticulados? TOMAÉL, Maria Inês (org.). Compartilhamento de informação. Londrina: Eduel, 2012.

MARINONI, Bruno. Concentração dos Meios de Comunicação de Massa e o Desafio da Democratização da Mídia no Brasil. Coletivo de Comunicação Social Intervezes. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. **Análise nº 13**. 2015.

MELO, Juliana Rízia Félix; MACIEL, Silvana Carneiro. **Representação Social do Usuário de Drogas na Perspectiva de Dependentes Químicos**. Psicologia: ciência e profissão jan./mar. de 2016 | 36 (1), 76-87.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MORAES, Dênis. **Vozes abertas da América Latina**: estado, políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Faperj, 2011.

MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx / Carlos Eduardo Sell. Itajaí. 2001.

MORAES, Dênis. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de gramsci. Dênis de Moraes. Dossiê Comunicação e Política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

RABELO, Desirée Cipriano. Informação e comunicação no controle social da Política Nacional de Assistência Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 237-250, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/4812/2868>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RABELO, Melissa Silva Moreira. Hegemonia em Gramsci e Estado para o delineamento do campo público de comunicação no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 759-774, jan. 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/981268>. Acesso em: 24 jul. 2023.

REIS, Fernando Feix. **Análise da Lei Municipal nº4.770 de Foz do Iguaçu**: que dispõe da campanha “Dar esmolas não ajuda”. 59 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) UNILA. 2022.

(Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana,

Foz do Iguaçu, Brasil. 2022.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva. **O trabalho dos assistentes sociais na Política de Assistência Social**: as estratégias comunicacionais e possibilidades interventivas / Claudiana Tavares da Silva Sgorlon - Tese (Doutorado em Serviço Social). Londrina, 2020. 356 f. : il.

SIMIONATO, Ivete. Classes Subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

SOARES, Jéssica Degrandi; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. A Interlocução do Serviço Social e os Meios de Comunicação: aproximações reflexivas. **Serv. Soc. Rev.** LONDRINA, V. 22, N.1, P. 197-218, JUL./DEZ. 2019.

STAVIZKI JÚNIOR, Carlos . **Trabalho Infantil e Serviço Social**: a experiência vivenciada pelo estagiário de Serviço Social junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do município de Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995. - Normativas da Política de Assistência Social

UMBELINO, Maria Tereza Carneiro. **Os cineastas, a televisão e duas trajetórias na tela**: Construção da imagem no Globo Repórter e Temps Présent. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Comunicação Social. UFJF. 2013.

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa / Suzana Varjão. Brasília, DF: ANDI, 2015. 80 p. (Guia de monitoramento de violações de direitos; v.1)

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO 03

Quadro 03 – Matérias Jornalísticas relacionadas à Política de Assistência Social no município de Foz do Iguaçu-PR, disponíveis para acesso na plataforma Globo Play.

Qtd	Título da Matéria	Data de Veiculação	Duração:	Segundos:	Link de acesso
1	Crianças paraguaias são obrigadas a pedir esmola nas ruas de Foz.	02/05/2013	06 min e 58 seg	418	https://globoplay.globo.com/v/2550629/?s=0s
2	Crianças vindas do Paraguai para pedir esmola em semáforos de Foz.	03/05/2013	06 min e 15 seg	375	https://globoplay.globo.com/v/2552331/?s=0s
3	Atendimento às vítimas de exploração sexual ainda é precário em Foz do Iguaçu.	17/05/2013	4 min e 58 seg	298	https://globoplay.globo.com/v/2580295/?s=0s
4	Conferência de Assistência Social começa hoje em Foz.	17/07/2013	02 min e 47 seg	167	https://globoplay.globo.com/v/2697973/?s=0s
5	Casas construídas pela prefeitura estão com a estrutura precária em Foz do Iguaçu	20/05/2014	11 min e 14 seg	674	https://globoplay.globo.com/v/3359982/?s=0s
6	Conselho da Assistência Social tem novas salas para se instalar.	13/03/2014	02 min e 27 seg	147	https://globoplay.globo.com/v/3207662/?s=0s
7	Meninos e adolescentes são abordados por educadores sociais do CREAS.	22/07/2015	01 min e 10 seg	70	https://globoplay.globo.com/v/4339038/?s=0s
8	Crianças são flagradas vendendo doces à noite, em Foz.	15/09/2015	05 min e 21 seg	321	https://globoplay.globo.com/v/4468354/?s=0s
9	Atingidos pelo Temporal de Foz devem fazer o cadastro no Cras Sul	15/09/2015	02 min e 22 seg	142	https://globoplay.globo.com/v/4468306/?s=0s
10	Número de crianças pedindo esmola em Foz preocupa	29/03/2016	02 min e 01 seg	121	https://globoplay.globo.com/v/4917320/?s=0s
11	Campanha quer combater o trabalho infantil em Foz do Iguaçu.	10/07/2018	03 min e 52 seg	232	https://globoplay.globo.com/v/6861250/?s=0s
12	Ação vai combater o trabalho infantil nas ruas de Foz do Iguaçu.	09/07/2018	05 min e 50 seg	350	https://globoplay.globo.com/v/6859424/?s=0s

13	Dona Chica tem o poder de adoçar a vida das crianças carentes de Foz do Iguaçu.	05/06/2019	05 min e 29 seg	329	https://globoplay.globo.com/v/7669238/?s=0s
14	Moradores reclamam da sujeira da geladeira solidária de Foz do Iguaçu.	24/01/2019	05 min e 24 seg	324	https://globoplay.globo.com/v/7325250/?s=0s
15	Flagrantes de crianças pedindo esmola nos semáforos de Foz.	30/07/2019	07 min e 55 seg	475	https://globoplay.globo.com/v/7804177/?s=0s
16	Assistência Social faz operação em pontos onde crianças vendem doces em Foz	31/07/2019	11 min e 07 seg	667	https://globoplay.globo.com/v/7807392/?s=0s
17	Observatório Social questiona compra feita pela Secretaria de Assistência Social.	23/07/2020	2 min e 19 seg	139	https://globoplay.globo.com/v/8719774/?s=0s
18	Abrigos para moradores em situação de rua em Foz do Iguaçu.	19/08/2020	04 min e 22 seg	262	https://globoplay.globo.com/v/8787334/?s=0s
19	Prefeitura faz campanha contra a doação de esmolas em Foz do Iguaçu.	08/01/2021	03 min e 55	235	https://globoplay.globo.com/v/9162568/?s=0s
20	Crianças são flagradas pedindo esmola no trânsito de Foz do Iguaçu.	26/03/2021	14 min e 01 seg	841	https://globoplay.globo.com/v/9628572/?s=0s
21	Série Pandemia da Fome: mostra a realidade de famílias que vivem em extrema pobreza (Reportagem 01) Campanha #JuntosContraaFome	29/04/2021	14 min e 44 seg	884	1nk.dev/kO6hB (Todos os vídeos da Série)
22	Série Pandemia da Fome: mostra realidade de famílias que sobrevivem na miséria. (Reportagem 02) Campanha #JuntosContraaFome	29/04/2021	11 min	660	-
23	Série Pandemia da Fome: Guarda Mirim é ponto de doação da campanha 'Juntos contra a Fome' da RPC (Reportagem 03) Campanha #JuntosContraaFome	29/04/2021	06 min e 45 seg	405	-
24	Série Pandemia da Fome: número de pessoas desempregadas agravou, em Foz do Iguaçu. (Reportagem 04) Campanha #JuntosContraaFome.	29/04/2021	10 min e 38 seg	638	-
25	Série Pandemia da Fome: recebem alimentos doados. (Reportagem 05) Campanha #JuntosContraaFome.	29/04/2021	07 min e 07 seg	427	-
26	Série Pandemia da Fome: Esmolas garantem a sobrevivência de parte	29/04/2021	10 min e 18 seg	618	-

	de estrangeiros em Foz. (Reportagem 06) Campanha #JuntosContraaFome.				
27	Série Pandemia da Fome: CAIA recebe doação de 60 cestas básicas (Reportagem 07) Campanha #JuntosContraaFomeSérie	29/04/2021	03 min e 34 seg	214	-
28	Aumenta número de moradores de rua em Foz do Iguaçu.	18/02/2022	11 min e 36 seg	696	https://globoplay.globo.com/v/10314555/?s=0s
29	Mulheres paraguaias usam crianças para pedir esmolas em ruas de Foz do Iguaçu.	07/07/2022	13 min e 07 seg	787	https://globoplay.globo.com/v/10736794/?s=0s
30	Assistência Social de Foz do Iguaçu tem novos horários de atendimento.	18/01/2022	02 min e 18 seg	138	https://globoplay.globo.com/v/10220063/?s=0s
31	Cresce o número de moradores de rua em Foz do Iguaçu.	21/02/2022	07 min e 16 seg	436	https://globoplay.globo.com/v/10320729/?s=0s
	Total:			03 horas 28 minutos e 10 segundos	

Fonte: Próprio autor, a partir de informações coletadas na Plataforma Globo Play (2023).